

JACINTA CRISTIANA BARBOSA

**Pescadores Artesanais e Políticas Públicas:
o Pronaf em Anchieta-ES**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, para obtenção do
título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2009

JACINTA CRISTIANA BARBOSA

**Pescadores Artesanais e Políticas Públicas:
o Pronaf em Anchieta-ES**

**Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências
do Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural,
para obtenção do título de
“Magister Scientiae”.**

APROVADA: 31 de julho de 2009.

*Dr.^a Fernanda Henrique Cuperti-
no*
(Co-Orientador)

Dr.^a Maria de Fátima Lopes
(Co-Orientador)

Dr.^a France Maria Gontijo Coelho

Dr.^a Wânia Maria Guimarães La-
cerda

Dr. Marcelo Miná Dias
(Orientador)

Vênus Maratimba

“Irmãzinha das mares e horizontes
pelo cinzaverdeazul oceano possuída
um dia, vestida
de areiascascalhais praieiras prateadas
adornada de broches caranguejos e siris
lua de tantos peixes sol de quantas gaivotas
giram e circunvoam.
Vênus Maratimba domina os segredos mais difíceis
mistérios mais profundos cabalas mais herméticas
e deles faz doação singela e cotidiana
ao passante capaz de mergulho
em ser mar de rosas”.

Sonia Missagia Mattos

As pescadoras e pescadores artesanais de Anchieta e Guarujá,
Em especial aos informantes da pesquisa de campo que foram
fundamentais para realização deste trabalho.

Aos capixabas e mineiros.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais essa possibilidade, pela esperança renovada diante de cada obstáculo, pela crença de que no final dará certo mesmo não sabendo quando será o final, pois estamos re-construindo, re-começando, em constante processo de re-aprendizagem.

À Universidade Federal de Viçosa, particularmente ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, pela concessão da bolsa de estudo durante os 10 primeiros meses do curso.

Ao Prof. Marcelo Miná Dias pela amizade, pelos conselhos, ensinamentos, pela orientação, pelas críticas e sugestões, além do apoio durante a realização deste trabalho. Principalmente pela liberdade que me proporcionou para fazer minhas “escolhas” profissionais e acadêmicas, pela confiança até mesmo nos momentos de crise.

A Prof.^a Maria de Fátima Lopes pela amizade, convívio, orientações e apoio no decorrer do meu desenvolvimento acadêmico.

A Prof.^a Fernanda Henrique Cupertino Alcântara pela co-orientação, sugestões e pelas palavras de estímulo nos momentos de desânimo.

A Prof.^a Wânia Maria Guimarães Lacerda pela leitura cuidadosa e sugestões no projeto de pesquisa e pelas contribuições para concretização deste trabalho.

A Prof.^a France Maria Gontijo Coelho pelas importantes contribuições para concretização deste trabalho.

A prof^a Ana Louise de Carvalho Fiúza pelas sugestões no projeto de pesquisa.

A Prof^a Nora Beatriz Presno Amodeo pelas sugestões como debatedora do seminário.

Ao NIEG/UFV e a ITCP/UFV por fazerem parte da minha trajetória acadêmica contribuindo no aprendizado teórico e prático acerca das questões de gênero e agricultura familiar para além das 04 pilastras.

Aos colegas do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, em especial àqueles que se tornaram verdadeiros amigos: Simone, Eliana, Janailton, William, Michele, Ícaro, Rafa e Alan.

A todos da turma do mestrado de 2007 pela integração e convívio com a diversidade.

Aos funcionários do DER/UFV em especial as secretárias por facilitar a burocracia da vida acadêmica, e ao guarda noturno pela atenção nos momentos de “serões acadêmicos” no laboratório de informática.

A Simone e Adrian pelo apoio, pelo acesso gratuito a internet, pela ajuda nas minhas “aventuras de mudanças”, por oportunizarem o terceiro e por fim último objeto de estudo deste mestrado. E, sobretudo por ser minha família em Anchieta.

À minha irmã, Rosangela Maria Barbosa, com quem compreendi o significado da maternidade, pelo apoio e compreensão pela ausência em tantos momentos.

Ao meu Pai, José Geraldo Barbosa (in Memoriam), pelo seu jeito de ver a vida com simplicidade e justiça que de certa forma foi o embrião das minhas inquietações e que possibilitou ser o quem sou hoje.

Ao tio Galdino por acreditar nos meus sonhos e torcer para que eles se concretizem.

A vovó Maria pelo amor gratuito e 100 anos de muita sabedoria.

À minha mãe, Isabel Coelho Barbosa, pela dádiva da vida.

Ao meu irmão, Gentil e sua batalhadora esposa Marli.

Aos meus sobrinhos Cairon, Caique e Elisa que ainda não tive oportunidade de conviver, mas que são alegrias em nossas famílias.

As minhas amigas da Economia Doméstica (Solange, Gourete, Iris e Eleniz), e às colegas de republica (Eliana e Isabela) pelo convívio nessa caminhada acadêmica.

Ao pessoal do alojamento pela torcida e hospedagem concedida na fase final do mestrado.

A Bete, Paulo, Carla, Marcos, Carlos e Paloma pela torcida.

Principalmente a “meu” namorado Paulo Henrique Gonçalves Rosado que me mostrou ser possível o mestrado e esteve sempre presente, pelo companheirismo, pelo apoio incondicional e por ser meu porto seguro. Pelas críticas, pelas contradições que nos completa re-afirmando que é possível conviver com as nossas diferenças.

Meus sinceros agradecimentos a todos que cruzaram pelos caminhos que percorri durante a construção do objeto de pesquisa, a realização do trabalho de campo, o processo de construção da dissertação enfim da concretização de um sonho que eu sequer sabia ser possível- o mestrado.

BIOGRAFIA

Jacinta Cristiana Barbosa filha de José Geraldo Barbosa e Isabel Coelho Barbosa nasceu em Teófilo Otoni, Minas Gerais, em 22 de fevereiro de 1980. Viveu a infância e parte da adolescência no interior de Minas na cidade de Setubinha, localizada no Vale Jequitinhonha.

Iniciou o ensino fundamental em 1991 na Escola Estadual João Ferreira de Oliveira em Poté/MG, onde concluiu o ensino fundamental e também o ensino médio no ano de 1998.

Em maio de 2002, ingressou no curso de Economia Doméstica, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), no qual foi bolsista de extensão universitária pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NIEG), sob orientação da Prof^a Maria de Fátima Lopes.

De 2002 a 2005 participou da coordenação do Centro Acadêmico de Economia Doméstica.

De 2003 a 2007 foi estagiária no, NIEG/UFV com participação nos projetos de extensão inseridos na sub-área Saúde Sexual Reprodutiva.

De 2003 a 2006 participou como estagiária voluntária no projeto: Viva-idade: uma proposta de lazer para idosos do Programa Gilberto Melo/UFV.

De 2004 a 2005 realizou estágio no Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI) – Prefeitura Municipal de Viçosa.

Em 2005 participou como estagiária no II Estágio Interdisciplinar de Vivência do Estado de Minas Gerais-EIV/MG. Realizado em áreas de Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária no Estado de Minas Gerais.

De 2006 a 2007 foi estagiária na Incubadora Tecnológica de Cooperativas (ITCP/UFV) atuando como formadora no processo de incubação de agricultores familiares da Associação de Pequenos Agricultores de Taquarassú, Paula Cândido-MG.

Graduou-se em março de 2007, obtendo o título de Bacharel em Economia Doméstica.

Em seguida, iniciou o curso de Mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa, sob orientação do Prof^o Marcelo Miná Dias.

Em 2008 atuou como servidora pública da Prefeitura Municipal de Guarujá/SP na Secretaria de Assistência Social na função de Técnico de Atendimento Comunitário junto ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) na periferia do município.

De 2008 a 2009 atuou como coordenadora administrativa do projeto "Qualificação Social e Profissional de Jovens Rurais Capixabas", uma parceria entre o

Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes) e Secretaria de Agricultura do Estado (Seag).

Em agosto de 2009, submeteu-se ao exame final de defesa de dissertação para obtenção do título de *Magister Scientiae* Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
.....	
1. PESCA ARTESANAL E PRONAF: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS	6
.....	
1.1. Caracterização da pesca artesanal em Anchieta-ES	6
.....	
1.2. Políticas públicas de modernização no cenário da pesca artesanal	12
.....	
1.3. Pescadores artesanais: um segmento da agricultura familiar	17
.....	
2. O UNIVERSO DA PESQUISA: UM CAMPO DE POSSIBILIDADES	28
.....	
2.1. Caminhos percorridos para a execução da pesquisa	28
.....	
2.2. Dificuldades e desafios do trabalho de campo	32
.....	
3. REPRESENTAÇÕES E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO PRONAF	34
.....	
3.1. A percepção sobre a atividade pesqueira: uma análise a partir da fala dos entrevistados	34
.....	
3.1.1. Diferentes tipos de pesca e de pescadores	35
.....	
3.1.2. A pesca artesanal	43
.....	
3.2. Descrição do trabalho do pescador	46
.....	
3.2.1. O trabalho das marisqueiras	46
.....	
3.2.2. Mudanças na pesca artesanal	50
.....	
3.2.3. Família, jovens, aprendizado e sucessão	54
.....	
3.2.4. A organização dos pescadores para o trabalho e para a ação polí-	58

tica	
3.2.5. Os pescadores e suas relações com os mercados	59
3.2.6. Grandes projetos e seus impactos sobre a pesca artesanal	61
3.3. O Estado e as políticas públicas para a pesca	70
3.4. Representações e significados atribuídos ao Pronaf na atividade pes- queira	78
3.4.1. O Pronaf na fala dos gestores públicos	78
3.4.2. O Pronaf e seus significados para pescadores	88
3.5. Uma análise exploratória de projetos elaborados pelo Incaper	99
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

RESUMO

A pesquisa consistiu em analisar o acesso dos pescadores artesanais a recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no município de Anchieta-ES a partir das representações e sentidos atribuídos ao mesmo pelos atores sociais envolvidos com o mesmo. A pesca artesanal, oficialmente enquadrada como atividade da agricultura familiar, possibilitou a inserção de pescadores como público beneficiário do Programa. No entanto, este enquadramento, a partir da delimitação do pescador artesanal como “agricultor familiar” pode contribuir para o ocultamento ou invisibilidade de características e demandas próprias da atividade pesqueira familiar. Ao definir os pescadores artesanais como beneficiários, o Pronaf estabelece critérios de enquadramento e insere os pescadores, que aderem ao programa, em um circuito de relações institucionais no intuito de apoiar seu desenvolvimento socioeconômico. Este apoio, no contexto atual do município de Anchieta – que vive sérias mudanças econômicas que tem impacto direto e negativo sobre as atividades pesqueiras de pequeno porte – parece ser importante apoio estatal à reprodução socioeconômica dos pescadores artesanais apesar de não atender às demandas e especificidades dessa categoria. Nesse sentido a fundamentação para realização da pesquisa de campo consistiu no uso da metodologia qualitativa, sendo ao método agregado a entrevista semi-estruturada e técnicas de observação direta e participante. Os pescadores artesanais e agricultores familiares são categorias diferentes com algumas similaridades que estão pelo Pronaf enquadradas em condições semelhantes para acesso ao crédito. Portanto por não ser uma política direcionada para pescadores artesanais e sim para agricultores familiares, o Pronaf não atende efetivamente as especificidades do universo da pesca artesanal para acesso ao crédito. Tal enquadramento nos remete à invisibilidade da pesca artesanal e à ineficiência do Estado em promover alternativas que viabilize a inserção da pesca artesanal na proposta do Pronaf valorizando as especificidades e demandas desse segmento. É fundamental considerar as diversidades dos segmentos beneficiários do Pronaf não somente em termos de renda, mas, sobretudo nos aspectos organizacionais, culturais, educacionais, tecnológicos entre outros que caracterizam e definem a demanda de cada segmento.

Palavras-chave: Pesca Artesanal; Pronaf; Políticas Públicas

ABSTRACT

The research was to examine the access of artisanal fishers to resources of the National Program for Strengthening Family Farming (Pronaf) in the municipality of Anchieta-ES from the representations and meanings attributed to it by social actors involved with it. The artisanal fisheries, officially framed as an activity of family farming, allowed the insertion of fishermen and public beneficiary of the program. However, this framework, from the definition of artisanal fishermen as "family farmer" can help to hide or invisibility of their own characteristics and demands of family fishing activity. To define the artisanal fishermen as beneficiaries, the Pronaf establishes guidelines and criteria for entering the fishermen who join the program in a circuit of institutional relations in order to support its socioeconomic development. This support, in the current context of the municipality of Anchieta - living serious economic changes that have direct and negative impact on the fishing activities of small - seems to be an important aid for the social reproduction of the artisanal fishermen despite not meeting the demands and peculiarities of rate. In this sense, the reasons for conducting the field research was the use of qualitative methodology, the method is added to semi-structured and techniques of direct observation and participant. The artisanal fishermen and farmers are different categories with some similarities that are framed by Pronaf under similar conditions for access to credit. Therefore not a policy targeted to artisanal fishermen, but for farmers, the Pronaf not effectively meet the specificities of the universe for fishing access to credit. This framework refers to the invisibility of the artisanal fisheries and the inefficiency of the State to promote alternatives to allow insertion of the artisanal fisheries in the proposal of Pronaf value and the specific demands of that segment. It is important to consider the diversity of the segments of beneficiaries Pronaf not only in terms of income, but especially in the organizational aspects, cultural, educational, technological and others that characterize and define the demand for each segment.

Key words: Artisanal Fishing; Pronaf; Public Policies.

INTRODUÇÃO

No momento de meu ingresso no Curso de Mestrado em Extensão Rural esta pesquisa tinha como temática de estudo a agricultura familiar e suas relações com o Pronaf. Uma oportunidade de trabalho levou-me ao município de Guarujá, no litoral do estado de São Paulo. Lá, o encontro com a realidade de pescadores artesanais fez com que o tema de estudo mudasse. O Pronaf continuava como interesse de pesquisa, mudava, no entanto, o público, de agricultores para pescadores. Embora os pescadores artesa-

nais, para o Pronaf, também sejam, ao menos formalmente, “agricultores familiares”. Foi assim que pesca artesanal se tornou objeto de estudo para alguém que, em Minas Gerais, nasceu tão longe do mar.

Uma experiência não bem sucedida em Guarujá e uma nova proposta de trabalho levaram-me a Anchieta, litoral sul do Espírito Santo. Lá, novo encontro com os pescadores artesanais. Passei a vivenciar uma realidade em que a atividade pesqueira era inclusive mais presente do que em Guarujá, onde a indústria do turismo desponta como atividade econômica pungente.

Na proposta inicial, estudar a agricultura trazia o desafio do exercício de desnaturalizar uma vivência como filha de agricultores de uma região tipicamente de agricultura de base familiar. Na nova proposta, o desafio seria enfrentar a dificuldade de inserção e de aprendizado em um campo que não me era familiar. Porém, como veremos no terceiro capítulo deste texto, a entrada nesse universo do desconhecido não se configurou em impasse para realização da pesquisa de campo. Ao contrário, em certos momentos, tornou-se passaporte para uma interação mais próxima com os sujeitos da pesquisa.

Nesta longa jornada, a princípio o que motivou a opção por esse objeto de estudo foram duas “escolhas” profissionais. A primeira no Guarujá, quando aconteceram os primeiros contatos com pescadores artesanais por intermédio da Sociedade dos Amigos de Pescadores (Sape). A segunda em Anchieta, quando do contato e interação com os pescadores e com mediadores públicos resultou a realização deste trabalho.

Essa dissertação trata de uma reflexão sobre as conseqüências da implementação de políticas públicas de modernização no cenário da pesca artesanal. Sobretudo de uma reflexão acerca da inexistência de políticas específicas para esse segmento, acarretando a justificativa do enquadramento de pescadores artesanais como público beneficiário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Tal fato pode sinalizar uma possibilidade de ocultamento ou de construção da invisibilidade de características específicas e próprias da atividade pesqueira de base familiar. Pode, inclusive, configurar-se como um dos fatores limitantes para acesso ao crédito por pescadores artesanais.

Ao definir os pescadores artesanais como beneficiários, o Pronaf estabelece critérios de enquadramento e insere os pescadores, que aderem ao programa, em um circuito de relações institucionais no intuito ou intenção de apoiar seu desenvolvimento

socioeconômico. Este apoio, no contexto atual do município de Anchieta – que vive sérias mudanças econômicas, com impactos diretos e negativos sobre as atividades pesqueiras de pequeno porte – parece ser importante à reprodução socioeconômica dos pescadores artesanais, apesar de não atender, como discutiremos neste trabalho, a demandas e especificidades dos pescadores artesanais. Por outro lado, a uniformização do público, não distinguindo agricultores e pescadores, desconsiderando suas especificidades, pode contribuir à má implementação do programa. Configura-se, assim, um problema para a produção do conhecimento e, mais grave, para os “beneficiários” do programa de política pública.

Esta proposta de pesquisa se justifica pela importância do estudo sobre acesso a recursos do Pronaf por pescadores artesanais, na medida em que este programa propõe o resgate de um débito histórico das políticas nacionais que deixaram a agricultura familiar e outros segmentos como a pesca artesanal à margem do apoio público governamental ao seu “desenvolvimento”. Este empreendimento de pesquisa se justifica também pela carência de informações e precariedade das estatísticas sobre a pesca artesanal no Brasil, bem como pelo reduzido número de pesquisas sobre acesso a recursos do Pronaf por pescadores artesanais.

Neste sentido, este trabalho consiste em analisar o acesso dos pescadores artesanais a recursos do Pronaf no município de Anchieta-ES a partir da análise das representações e atribuições de sentido elaboradas nas falas dos principais envolvidos com o programa, os gestores públicos e os pescadores artesanais. Esta análise é complementada com o exame de projetos técnicos elaborados pela instituição pública de extensão rural do estado do Espírito Santo, entre 2003 e 2008, para que os pescadores conseguissem recursos do Pronaf. Tendo como referência este objetivo geral, esta pesquisa buscou especificamente:

- a) Caracterizar a atividade pesqueira em Anchieta;
- b) Identificar e caracterizar os diferentes tipos de pescadores presentes no município;
- c) Identificar, caracterizar e analisar os tipos de acesso ao Pronaf pelos pescadores artesanais;
- d) Analisar o papel dos mediadores no acesso e execução dos recursos obtidos por meio do Pronaf em Anchieta;

- e) Evidenciar as possíveis diferenças e semelhanças entre pesca artesanal e agricultura familiar e suas implicações na reprodução social das famílias de pescadores artesanais; e
- f) Elaborar algumas recomendações a respeito do enquadramento, pelo Pronaf, dos pescadores artesanais como público amplo da “agricultura familiar”.

A designação oficial e o enquadramento da categoria “agricultura familiar” para a operacionalização do Pronaf possibilitou a delimitação do público-alvo para implementação do programa. Dessa forma, a agricultura familiar se constitui como categoria política para acesso ao crédito, envolvendo sob sua designação uma enorme diversidade de segmentos que têm na forma de produção e organização do trabalho, a base familiar.

Dentre esses segmentos destacamos neste trabalho os pescadores artesanais, nosso foco de estudo. Se por um lado essa designação oficial foi o marco da inserção daqueles que historicamente estiveram, no Brasil, à margem dos processos de implementação de políticas públicas. Por outro, acarretou no enquadramento de segmentos distintos em uma mesma categoria, o quê de certa forma evidencia o ocultamento de características específicas de determinados segmentos e a conseqüente limitação para acesso aos recursos disponibilizados pelo Estado, no nosso caso específico a partir do Pronaf. Esta é a hipótese central deste estudo.

Historicamente, a atuação do Estado brasileiro foi marcada pela dispersão espacial, pela ausência de políticas de garantia de infra-estrutura básica e de assistência técnica. No entanto, não podemos desconsiderar a importância da descentralização dos investimentos, historicamente concentrados nas regiões Centro e Sul do País, com um gradual aumento da participação da região Nordeste mais recentemente. Além da descentralização dos investimentos por região, houve também, com o Pronaf, a incorporação no sistema de crédito de segmentos sociais até então desconsiderados. Novas linhas de financiamento foram implementadas, beneficiando pescadores artesanais, jovens, mulheres e a prática da agroecologia, dentre outros segmentos.

Ao comparar a variedade de estudos realizados acerca da agricultura familiar com aqueles produzidos sobre a pesca artesanal, nota-se que essa temática ainda é pouco estudada no Brasil. Pressupõe-se que o desconhecimento de várias características e particularidades econômicas da pesca artesanal, das suas especificidades sociais e cultu-

rais e da sua situação conjuntural, constitui uma das causas principais que limitam o fomento e o sucesso das políticas públicas destinadas a essa categoria, como se pode constatar pela dificuldade de acessos dos pescadores artesanais aos créditos do Pronaf em todo o país. Mesmo com essas particularidades, estudos sobre a agricultura familiar podem fornecer orientações relevantes que auxiliem no processo de compreensão da realidade da pesca artesanal.

Estes pressupostos serão aprofundados no decorrer do texto apresentado a seguir. Nele privilegamos a fala e a palavra daqueles envolvidos direta e cotidianamente com o Pronaf. As entrevistas, para além de instrumento de coleta de informações e dados para a pesquisa, cumpriram o papel de dar voz a atores sociais que geralmente encontram dificuldades para expressar suas percepções e idéias acerca de temas que às vezes são mais temas da academia do que assuntos do seu dia-a-dia.

O trabalho aqui apresentado está organizado em cinco capítulos. Inicialmente, apresentamos este capítulo introdutório, contextualizando o tema proposto e destacando o objetivo e motivações para realização da pesquisa. No segundo capítulo são abordados os referenciais teóricos que fundamentaram nossa discussão sobre a pesca artesanal e políticas públicas de modernização no cenário dessa categoria, tendo como foco o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Além disso, esse capítulo contempla a caracterização do objeto estudado: o universo da pesca artesanal em Anchieta-ES.

O terceiro capítulo consiste na descrição do caminho e das opções metodológicas escolhidas para desenvolver a pesquisa de campo, retratando os procedimentos realizados para obtenção dos dados e as dificuldades nesse processo. Enfim, as escolhas que definiram o caminho da pesquisa de campo e os aprendizados proporcionados por estas escolhas.

O quarto capítulo foi construído visando à descrição e análise dos dados. De modo geral neste item apresentamos a caracterização da atividade pesqueira e, sobretudo, da pesca artesanal em Anchieta-ES, a partir da voz e da perspectiva dos informantes da pesquisa. Outro aspecto trabalhado neste capítulo refere-se às representações e aos significados atribuídos pelos informantes ao Pronaf. Ambas as temáticas foram metodologicamente evidenciadas e problematizadas por meio de instrumentos qualitativos, que possibilitaram identificar categorias e fundamentar a construção de um conjunto descritivo e analítico a respeito das características da pesca artesanal e dos impactos do Pronaf

na vida e no trabalho dos pescadores artesanais de Anchieta. Além disso, a metodologia utilizada possibilitou o “conhecer” a realidade social, dando subsídio para identificação e construção das categorias empíricas de análise bem como para compreensão do objeto estudado.

No quinto capítulo apresentamos os principais achados do estudo. Além de elaborar uma síntese dos mesmos, buscamos elaborar recomendações e pontuar conclusões acerca do que nos possibilitou a inserção temporária na realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa. Por fim, cabe considerar que este estudo é uma primeira aproximação ao tema. Um exercício metodológico na tentativa de compreender a realidade social daqueles que vivem da pesca artesanal e que se envolveram, dado momento, com um programa de política pública. Esta primeira aproximação torna-se, assim, convite a outras, que tornem esta realidade mais bem compreendida, academicamente, e que contribua, de alguma forma, para que os atores sociais, os pescadores artesanais de Anchieta-ES e os gestores públicos com os quais interagem possam se apropriar daquilo que conseguimos perceber e analisar a respeito de sua realidade.

1. PESCA ARTESANAL E PRONAF: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

1.1. Caracterização da pesca artesanal em Anchieta-ES

Anchieta localiza-se na microrregião do estado do Espírito Santo denominada “Metrópole Expandida Sul”. Sua extensão territorial é de 401,1 km², com densidade demográfica de 45,7 hab/km², sendo a população total de 19.459 habitantes¹. O município foi fundado pelos jesuítas no século XVI. Inicialmente era uma aldeia indígena chamada Riritiba², situada às margens do rio Benevente, entre os povoados de Guarapari e Itapemirim. Com a expulsão dos jesuítas, Riritiba tornou-se, em 1759, a Vila Nova de Benevente, que em 1883 passou a ser a cidade Anchieta (ANCHIETA, 2007).

Com a presença da Samarco³, empresa que atua na extração de minerais, Anchieta está passando por uma nova dinâmica demográfica, com atração de mão de obra, que tem influenciado expressivamente os aspectos socioeconômicos do município. Nesse sentido podemos destacar a atividade pesqueira como uma das preocupações projetadas para o novo cenário do município. Esta preocupação pública é expressa, por exemplo, no Plano Diretor Municipal de Anchieta, que apresenta uma proposta para implementar um “plano diretor de agricultura e da pesca sustentável” no qual constem estímulos para capacitação técnica, para comercialização e certificação de produtos agropecuários e da pesca (ANCHIETA, 2007).

A atividade pesqueira em Anchieta congrega cerca de 600 famílias, com uma produção média em torno de 2.800 ton/ano. Estima-se um número de 1.250 pescadores profissionais ligados diretamente à atividade de captura, distribuídos nas sete comunidades litorâneas do município (ANCHIETA, 2006). Com base nos dados e informações do censo da pesca artesanal em Anchieta, a atividade pesqueira tem forte expressão so-

¹ Dados disponíveis em: <http://www2.cidades.gov.br/geosnic/src/php/frmPerfilMunicipal.php?idIBGE=320040>. Acesso em 19 out. 2008.

² Palavra de origem tupi cujo significado é “lugar de muitas ostras”.

³ Fundada em 1977, a Samarco é uma empresa com processo único de produção, que contempla lavra, beneficiamento, transporte, pelotização e exportação de minério de ferro. A Samarco tem duas unidades industriais – uma em Mariana/Ouro Preto-MG e outra em Anchieta-ES – e ocupa hoje a segunda posição no mercado transoceânico de pelotas, comercializando 100% de seus produtos para mais de 15 países na Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Américas. O controle acionário da Samarco pertence à Companhia Vale e à BHP Billiton. Cada uma detém 50% das ações. Informações disponíveis em www.samarco.com.br.

cioeconômica no município, porém apresenta fragilidade em relação à infra-estrutura, organização social, formação, treinamento e capacitação profissional. Neste documento, os pescadores artesanais “exercem a atividade como principal meio de vida” e são nomeados como “embarcados” e “não embarcados”. A maioria das embarcações tem pouca autonomia de pesca e utilizam como principais instrumentos a linha de mão, o espinhel de fundo e o espinhel de superfície. A pesca artesanal e o “pescador artesanal de subsistência” são caracterizados como um tipo de atividade que envolve a “família toda”, sendo uma “atividade cultural passada de geração em geração” (ANCHIETA, 2005).

Esta atividade localizada está submetida à gestão administrativa do Estado brasileiro. Esta administração é responsável, ao longo do tempo, pela criação de uma institucionalidade pública que visa à coordenação das atividades pesqueiras e à implementação de políticas públicas. Assim, a Gestão Pesqueira Nacional⁴ tem como intuito coordenar e fiscalizar o desenvolvimento da atividade pesqueira. Para tanto, em 1846 os pescadores foram organizados em Distritos de Pesca, sendo a responsabilidade administrativa pela pesca uma atribuição conferida à Marinha do Brasil, determinando a obrigatoriedade da matrícula (registro público) para os pescadores profissionais. A Inspeção de Pesca, criada em 1910 e extinta em 1918 realizou um levantamento das espécies marinhas e determinou a criação de Colônias de Pescadores. O objetivo dessas colônias consistia em criar pontos de fiscalização da pesca, vigilância da costa e de defesa nacional de fácil mobilização. Em 1923 foi criado o Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral, fundamental para organização e defesa da pesca artesanal. Esse organismo foi substituído, no início dos anos 1930, pela Divisão da Pesca Artesanal, sendo marco da “tecnificação do setor pesqueiro”. Nesse contexto, foi criada a Caixa de Créditos da Pesca, que tinha por objetivo atender a demanda do setor empresarial, com financiamento de projetos para empresas de pesca.

As Colônias de Pescadores passam, em 1942, a serem subordinadas aos Comandos Navais e às Capitânicas dos Portos, para os assuntos de vigilância e defesa das águas territoriais. Em 1961, foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (Codepe), que visava conferir uma orientação única à política de desenvolvimento pesqueiro. Com a extinção da Divisão de Caça e Pesca, da Caixa de Crédito da Pesca e do Codepe, foi

⁴ Informações disponíveis em: http://tuna.SEAP.gov.br/SEAP/html/sobre_secretaria/historico_main.html e em: <http://www.incaper.es.gov.br/pedeag/setores15.htm>.

criada, em 1962, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), que centralizou todas as funções políticas e econômicas desses organismos. A partir da criação da Sudepe, o modelo de desenvolvimento do setor pesqueiro e, conseqüentemente as políticas públicas do setor, passaram a ser atrelados ao objetivo de crescimento da produção.

Em convênio com o Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e Sudepe foi criado, em 1973, o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Pescart), visando a assistência técnica aos pescadores e às suas organizações. Em 1980, cria-se o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro, que inclui em sua estrutura uma Coordenação de Extensão, com o objetivo de prestar assistência técnica aos pescadores artesanais. O serviço até então prestado pelo Pescart passa a ser realizado por esse instituto.

Em 1989, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a gestão da pesca e da aqüicultura, antes realizada pela Sudepe e com evidente foco produtivista, passa a ser atribuição do Ibama, que passa a enfatizar a “dimensão ambiental” dos processos que envolvem os distintos tipos de atividades pesqueiras. Em 1998, a responsabilidade e a competência de apoio da produção e fomento à atividade pesqueira foram transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que passou a executá-las por intermédio de seu Departamento de Pesca e Aqüicultura (DPA), permanecendo as responsabilidades relacionadas com a política de preservação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), mais especificamente com o Ibama.

Enfim, em 2003, foi criada a Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca (SEAP), na perspectiva de “fomentar e desenvolver a atividade pesqueira”, no seu conjunto, nos marcos de uma nova política de gestão e ordenamento do setor mantendo a dimensão da sustentabilidade ambiental. A referida secretaria passa a ser ministério a partir da Lei 11.958 de 26 de junho de 2009, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cria o Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA) em substituição à SEAP.

O setor pesqueiro no Estado do Espírito Santo vivencia os reflexos desse cenário institucional da gestão pesqueira. No início da década de 1970, com a criação do Pescart, deu-se início no estado a uma nova política para o setor pesqueiro através da Sudepe, por meio de convênios firmados, no final dos anos 1970, com a Empresa de Assis-

tência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo (Emater-ES)⁵, que possibilitaram a contratação Engenheiros de Pesca para prestar assistência técnica e extensão pesqueira ao pescador artesanal, formando equipes com a participação dos Economistas Domésticos, que tinham a tarefa de “socializar as comunidades tradicionais”. Com essa política foram introduzidas novas tecnologias, com os incentivos do BNCC, através de uma linha de crédito direcionado ao pescador artesanal. Desta forma deu-se início ao processo de incremento da frota, gerando, de acordo com informações oficiais, “mais autonomia principalmente no sul do estado” (INCAPER, s/d).

De acordo com informações disponíveis no sítio do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper)⁶ na Internet, a participação dos pescadores na “Constituinte da Pesca”, em Brasília, e as eleições diretas para presidentes de colônias de pesca podem ser considerados marcos fundamentais da organização dos pescadores. A Colônia Z-4 “Marcilio Dias”, no Município de Anchieta/ES foi a primeira do estado a realizar eleições diretas, tornando-se a segunda no Brasil. O principal motivo dessa participação era a extinção da Sudepe. Momento em que a Emater-ES encerrou seu convênio com a Sudepe e o governo estadual assumiu a extensão pesqueira no estado, atendendo toda a costa capixaba.

A década de 1970 foi marcada pela implementação de “grandes projetos” industriais que propiciaram certa dinamização da economia capixaba, mas não sem graves consequências sociais e ambientais. A indústria de pelotização de minerais e de siderurgia foi um desses “grandes projetos”, culminando no crescimento do complexo industrial capixaba. Os impactos socioambientais da referida indústria de mineração têm afetado a potencialidade turística, como também as condições de vida e trabalho da região em decorrência dos danos que traz ao meio ambiente (RAMOS, 2009). Tais impactos têm sido o principal fator de alteração do cenário da pesca artesanal no município de Anchieta. Desse modo, a pesca artesanal é a atividade em que as condições de trabalho têm sido mais afetadas.

Em Anchieta os pescadores foram os primeiros a sentirem os reflexos das transformações advindas do processo de desenvolvimento industrial petrolífero. A pesca, historicamente uma das maiores fonte de renda do município, tem diminuído considera-

⁵ Em 1999 a Emater-ES foi extinta quando de sua fusão com a empresa estadual de pesquisa agropecuária, dando origem ao Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

⁶ Informações disponíveis em: <http://www.incaper.es.gov.br/pedeag/setores15.htm>.

velmente, pois a criação do porto da Samarco reduziu a área para a prática pesqueira. Além disso, o diagnóstico oficial aponta que a “falta de qualificação” para atuação em outras áreas dificulta aos pescadores a busca de alternativas para geração de trabalho e renda (ANCHIETA, 2008). Trata-se de um recorrente diagnóstico conservador, que atribui aos grupos sociais atingidos por mudanças qualificadas de “modernizantes” a responsabilidade pela falta de adaptação aos “novos tempos”. Nesta visão, omite-se a responsabilidade pública com as conseqüências destes processos para as populações locais e suas costumeiras atividades econômicas. A solução tradicional tem oscilado entre o descaso e o desenho de políticas públicas compensatórias.

Diversas mudanças estão ocorrendo no mundo do trabalho e algumas destas mudanças, em Anchieta, estão relacionadas a novas demandas de geração de emprego e renda, sobretudo para pescadores artesanais, em função dos impactos causados por indústrias que atuam na exploração de petróleo e gás. Especificamente no caso dos pescadores artesanais outros elementos estão sendo inseridos nesse processo, como as linhas de financiamento bancárias e a legislação ambiental. Além disso, alguns conflitos decorrem da pressão imobiliária e da pesca empresarial sobre o *lôcus* de trabalho e também social.

Diante deste cenário, surgem associações de pescadores, organizações não-governamentais (ONGs) e políticas específicas para regular este tipo de atividade. Muitas famílias persistem em suas tradicionais e costumeiras atividades buscando, constantemente, alternativas de incremento da renda junto a organizações coletivas – ONGs, associações, cooperativas e outros – para assegurar a sua reprodução socioeconômica. Neste sentido, algumas iniciativas têm sido positivas e demanda, de acordo com os entrevistados nesta pesquisa, ser potencializadas. Contudo, as mudanças verificadas no mundo do trabalho e da sociedade, ligadas, de certa forma, à industrialização e à expansão urbana, pressionam elementos da cultura de pescadores artesanais para mudanças na direção da modernização.

Em Anchieta os órgãos envolvidos com a atividade pesqueira do município são a Secretaria Municipal de Pesca, o Instituto Capixaba de Pesquisa, o órgão estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), a Associação de Pescadores de Ubú e Parati, a Associação de Maricultores, e a Colônia de Pesca Z4 “Marcílio Dias”. Em termos de políticas públicas para o setor é notória a presença e a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Mais adiante neste texto,

este programa será apresentado, inclusive com a análise sobre suas relações específicas com a pesca artesanal em Anchieta. No presente capítulo interessa-nos apresentar, de modo introdutório, a influência do programa na atual caracterização da pesca artesanal no município de Anchieta. Neste sentido, entre 1998 e 2001, o acesso à linha de crédito e financiamento denominada “Pronaf infra-estrutura” possibilitou ao município a aquisição de bens e de equipamentos que contribuíram ao processo de “modernização” das atividades pesqueiras. Dentre estes destacam-se as seguintes aquisições⁷: barco, equipamentos para carpintaria naval, reforma e melhoria do sistema de comunicação da Colônia de Pescadores Z-4 (radio, fonte de energia e antena), construção da Casa do Pescador e do Agricultor Familiar e compra máquinas de costura destinadas para grupos da agricultura familiar e da pesca artesanal.

No ano de 2008 o Incaper de Anchieta, que abrange 14 municípios da Zona costeira capixaba, auxiliou na elaboração de aproximadamente 50 projetos de pescadores artesanais para acesso ao crédito do Pronaf. Destes projetos, dois foram de Anchieta, na modalidade investimento da categoria “D”. No período de 2003 a 2008 foram emitidas pelo Incaper e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira Nova 36 Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP)⁸ ao Pronaf para pescadores do município de Anchieta. Destas declarações, 28 se enquadram na categoria “D” e oito na categoria “C”, indicando que há marcante diferenciação entre os pescadores que conseguem acessar o Pronaf, com evidente privilégio aos que são mais capitalizados ou conseguem oferecer garantias.

Nos dados disponíveis sobre Pronaf nos municípios, disponibilizadas no sítio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na Internet, não há diferenciação entre informações para pescadores e para agricultores. Essa diferenciação só é possível obter por meio dos agentes bancários e dos órgãos e instituições que trabalham com Pronaf para pescadores. Nesse caso dos dados aqui apresentados, a diferenciação foi realizada com auxílio do Incaper. Segundo um dos técnicos do Incaper em Anchieta, o Pronaf tem sido o único programa que atende ao pescador artesanal, embora haja enormes entraves burocráticos e descontinuidade. O próprio desenvolvimento do pescador, indicado pelo aumento de sua renda, o impede de seguir acessando recursos do programa. A

⁷ Informações obtidas na Secretaria de Agricultura de Anchieta-ES.

⁸ Disponível em: <http://smap.mda.gov.br/credito/dap/listaAgrinfores.asp?Lstuf=32&Lstmunicipios=3>. A DAP, de acordo com Manual do Crédito Rural do Banco Central do Brasil, é o instrumento legal, o documento que formalmente identifica os agricultores familiares e, ou, suas formas associadas aptos a receberem recursos do Pronaf. Cada estado da federação define e submete aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural a lista de instituições credenciadas a emitir esta declaração.

capitalização, de acordo com o informante GP1, faz com que o pescador deixe, com o tempo de ser enquadrado nas linhas do Pronaf. Este fato, segundo o informante, é “compreensível”, porque o Pronaf não foi “pensado” para pescadores artesanais, mas sim para “agricultores familiares”, como resposta para as suas reivindicações, por isso a prioridade do programa é a agricultura familiar e não a pesca. Neste sentido pondera que seria necessária mais pressão por parte dos pescadores, organização política e representatividade para reivindicar políticas que atenda às demandas dos pescadores, principalmente dos artesanais. O técnico entrevistado considera que um dos problemas dos pescadores é a falta de organização política para lutar por melhorias para a categoria.

Esta breve caracterização nos leva a buscar entender as razões da intervenção estatal, por meio de suas políticas públicas, direcionada ao público específico da pesca artesanal. Embora haja uma institucionalidade pública relacionada à pesca, esta ainda é bastante frágil e pouco estruturada para a ação local, como pudemos perceber na breve descrição da atual situação em Anchieta-ES. A seguir nos dedicaremos à problematização das políticas públicas dirigidas à pesca artesanal. Para tanto buscaremos nos fundamentar em aportes teóricos direcionados ao tema. A caracterização da pesca artesanal em Anchieta será aprofundada mais adiante, quando retomaremos as falas dos principais atores envolvidos nesta atividade colhidas em depoimentos possibilitados pelas entrevistas e conversas informais.

1.2. Políticas públicas de modernização no cenário da pesca artesanal

Os indígenas que habitavam as praias do Brasil muito antes da chegada dos primeiros colonizadores europeus já praticavam a pesca de subsistência com instrumentos rudimentares. Essa atividade além de ser fonte de alimento tinha também importância significativa no cotidiano familiar desses povos. O contato entre índios, europeus e escravos africanos possibilitou a troca de conhecimentos e saberes e, conseqüentemente, a origem de várias culturas litorâneas ligadas à pesca (BÚRIGO, 2009).

Os estudos sobre sociedades marítimas no Brasil têm retratado o significado das atividades pesqueiras na economia, o modo de integração e de organização das comunidades litorâneas na sociedade mais ampla e o caráter simbólico das relações com o mar (DIEGUES, 1999). Para este autor, a análise das comunidades de pescadores ao longo do litoral brasileiro, até recentemente, era baseada na utilização de conceitos e metodo-

logias aplicadas às sociedades agrícolas ou rurais. Diegues demonstra preocupação em analisar as comunidades de pescadores como distintas das demais comunidades rurais que praticam a agricultura.

No entanto, ao analisarmos o Pronaf como um programa de política pública direcionado a diversos segmentos da agricultura familiar destaca-se entre estes as populações pesqueiras, mais especificamente “pescadores artesanais”. Com isso, os elaboradores da política imaginaram (e na verdade, normatizaram) que tanto agricultores quanto pescadores que têm na produção familiar a forma principal de organização do trabalho e que, historicamente, estiveram à margem do processo de modernização (predominantemente agrícola) conduzido pelo Estado brasileiro ao longo dos anos 1960 e 70. Estes passam, com o Pronaf, a ser parcialmente introduzidos, por meio de ações orientadas por políticas públicas, em processos modernizantes de sua produção e de inserção em mercados consumidores, que passa a ser estimulada e orientada pelo próprio Estado (MATTEI, 2006).

Da mesma forma como aconteceu na agricultura de base familiar, especificamente aquela voltada principalmente ao autoconsumo, os pescadores estiveram ausentes nas políticas de estímulo à modernização. Neste sentido, as políticas foram voltadas para o fomento e o apoio à instituição de processos técnicos mais modernos e, de certa forma, privilegiaram o pescador empresarial (ou aqueles mais capitalizados) em detrimento do artesanal. Estes não possuíam garantias materiais necessárias para obtenção de crédito junto às instituições financeiras, bem como não possuíam recursos para adquirir as tecnologias mais modernas (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

As políticas de modernização da agricultura brasileira, historicamente excluíram um setor importante da cultura e da produção, a agricultura familiar, contrariamente ao que ocorreu nos países capitalistas desenvolvidos, onde apoiaram e favoreceram sua transformação e modernização (ABRAMOVAY, 1992). Esse processo de modernização no Brasil, ao se desenvolver de forma excludente, beneficiou somente alguns produtores, principalmente médios e grandes, algumas regiões, como o sudeste e o sul e alguns produtos, em especial, os produtos voltados à exportação. Isso também é parte do cenário das comunidades pesqueiras de caráter familiar, marcadas pela precariedade social, econômica e política, reflexo de um modelo econômico excludente.

Cardoso (2001) identifica três principais processos alavancados pelo Estado no século XX, que culminaram na configuração de um modelo em crise com relação à ges-

tão das pescarias brasileiras: o primeiro consiste na criação do sistema organizativo das Colônias, Federações e Confederação Nacional de Pescadores. O segundo processo refere-se à modernização de pesca através da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), que destinou recursos para criação e estruturação do setor pesqueiro industrial promovendo uma “modernização conservadora”. Por fim o terceiro processo identificado pelo autor está relacionado à consolidação da Marinha em território nacional.

Tais processos apresentaram conseqüências negativas para o setor pesqueiro, sobretudo para a pesca artesanal. A estratégia da Marinha de vincular a si os pescadores brasileiros impôs uma estrutura que repercute na inoperância de várias Colônias de Pescadores. Somente após a promulgação da constituição de 1988 as Colônias se constituíram como organização sindical independente do Estado. O segundo processo, desencadeado pela Sudepe, levou à configuração de um modelo de modernização concentrador, beneficiando quase que exclusivamente o setor pesqueiro industrial, em detrimento da pesca artesanal. Foram conseqüências deste processo a expropriação dos pescadores e graves impactos negativos sobre os recursos naturais. O terceiro processo, relacionado aos acordos estabelecidos para entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar a respeito do mar territorial e das Zonas Econômicas Exclusivas – promulgado em 1982 – trouxe desafios para o ordenamento da atividade pesqueira em alto mar. Ao estabelecer as Colônias de Pescadores e o restante do sistema representativo dos pescadores, o controle do Estado brasileiro foi pautado em interesses hegemônicos que visavam ao controle da força de trabalho na pesca e ao fomento das indústrias de pesca. Desta forma, o Estado conseguiu o avanço tecnológico controlando o objeto e trabalho através do território. Esses três processos possuem uma mesma lógica de racionalidade, a lógica da “pesca artesanal moderna baseada na tecnologia com pescadores comportados” (CARDOSO, 2001).

Pascotto (2004), ao analisar as principais mudanças no setor pesqueiro provocadas pelas políticas de modernização entre as décadas de 1960 e 1970, evidencia que o setor pesqueiro, assim como o setor agrícola⁹, em função do impacto das políticas de modernização, pode ser caracterizado como “concentrador e excludente”. Essas transformações, de um modo geral, dificultaram o acesso ao crédito e intensificaram os con-

⁹ Ambos os setores são aqui considerados como setores econômicos amplos, nos quais estão presentes determinadas funcionalidades estabelecidas, de um modo geral, pelas políticas de desenvolvimento econômico.

flitos sócio-ambientais enfrentados pelos pescadores artesanais, limitando a reprodução social desse grupo. Neste contexto, segundo Pascotto, a reprodução social das famílias de pescadores artesanais pode ser compreendida em dois níveis:

Em um nível de análise mais abstrato [a reprodução social das famílias] assegura à sociedade a permanência desta forma de exploração do meio, que se mantém artesanal (ou não-industrial) justamente por atuar em ambientes ecológicos altamente diversificados, os quais constituem uma “barreira” para o desenvolvimento de uma pesca industrial de larga escala. Em um nível menos abstrato, mas permeado por evidências empíricas observadas no cotidiano dos pescadores artesanais, a reprodução social é entendida tanto em relação à suas condições objetivas, relacionadas ao acesso a alimentação e renda para a satisfação das necessidades da família e para a reprodução material do sistema de produção, como também em suas determinantes subjetivas, como a reprodução (não sem re-criação) da cultura e do conhecimento próprio das famílias de pescadores artesanais, elementos que fazem parte da identidade destes grupos sociais. (Pascotto, 2004, p.4).

Neste sentido, as políticas públicas de apoio e de fomento à atividade pesqueira, mais especificamente à atividade pesqueira artesanal, poderiam ser caracterizadas como mecanismos de suporte à diversidade de alternativas e, ou, estratégias de reprodução social, cultural e econômica, na medida em que possibilitassem a realização de atividades culturais, econômicas e produtivas, considerando as especificidades desse segmento e apropriando-se a elas. É neste sentido que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) se apresenta como uma possibilidade de apoio importante para a pesca artesanal, embora não tenha sido desenhado especificamente para este público.

A possível inadequação do programa à pesca artesanal é tratada por Cardoso (2001), quando este autor evidencia a complexidade da situação dos financiamentos para pesca artesanal. Ele argumenta que os pescadores, diferentemente de parte considerável dos agricultores familiares, não possuem bens que possam avalizar seus empréstimos junto às instituições financeiras. Para o autor, os pescadores muitas vezes não se envolvem com o banco, uma das exigências para o acesso ao Pronaf, porque na realidade estão em jogo lógicas distintas: a lógica do setor primário extrativista e a do setor financeiro. O setor financeiro está preocupado com garantias ao dinheiro que empresta, de modo a manter sua lucratividade no negócio. Aos pescadores artesanais interessa a manutenção da atividade a partir das práticas e costumes que garantem, ao longo do tempo, a vida de suas famílias e a própria existência do trabalho que realizam. Os demais interesses em jogo são os do Estado.

Segundo Offe (1984), as políticas públicas constituem estratégias por meio das quais se viabilizam as intervenções reguladoras do Estado, estabelecendo o que ele chama de “complementaridade funcional” entre o sistema de instituições políticas e o sistema econômico. Tais políticas representam propósitos gerais que direcionam os princípios para intervenções a serem efetivadas por meio de programas e, ou, projetos, buscando suprir as demandas sociais emergentes. Para se estudar uma política pública em especial devem ser considerados os vários contextos em que estas políticas foram criadas e, assim, melhor compreender como as especificidades socioculturais dos segmentos focados foram ou não incorporados pela política. Este autor problematiza os modos como as demandas públicas chegam até o Estado e se tornam políticas públicas.

Neste debate sobre política pública faz-se necessário perceber que existe uma discussão referente às ciências sociais e às formulações de leis que regulamenta tais políticas. Elisa Reis (2003) menciona a necessidade de organizar uma agenda de pesquisa em políticas públicas, pois as reflexões teóricas sobre o assunto têm ficado em segundo plano. Para a autora, são relevantes os aspectos morais, teóricos e técnicos, visto que estão interligados, principalmente quando tratam de grupos étnicos que defendem uma identidade coletiva. Nesse sentido a autora afirma que as comunidades tradicionais são um desafio para o Estado, em que “identidades coletivas são redefinidas por toda parte, cruzando fronteiras e desafiando autoridades nacionais” (2003, p.13).

Para melhorar a efetividade das políticas públicas Reis (2003) afirma que seria necessária uma melhor compreensão da relação do Estado com o mercado e com a sociedade civil. Para isso, seriam extremamente relevantes pesquisas voltadas à compreensão dos novos padrões de funcionamento da política social e que expliquem conceitos como inclusão social, governança, democracia participativa e capital social. No entanto, ela afirma não ser fácil avaliar estas comunidades tradicionais, devido às suas intrínsecas complexidade e diversidade.

Segundo David Maybury-Lewis (1985), na atualidade, muitas pessoas e grupos recorrem à etnicidade para conseguir seus direitos civis, ou ao menos um tratamento igualitário, que lhes foram historicamente negados devido a processos homogeneizantes de desenvolvimento e a uma idéia hegemônica de modernidade. Entretanto, para que estes direitos sejam alcançados e exercidos, é necessário, de acordo com este autor, rever nossa própria idéia de Estado.

Segundo Chagas (2001), durante o processo de reconhecimento oficial das comunidades tradicionais, vários grupos – instituições governamentais, não governamentais e organizações de movimentos sociais – passam a interagir em arenas de disputa pela afirmação de demandas, interesses e identidades. Para o autor, a diversidade de segmentos sociais dificulta, de certa forma, a apreensão das categorias sociais envolvidas no processo. Chagas afirma que estas instituições aparecem num determinado momento que complicam ainda mais o processo de reconhecimento, pois as mesmas nem sempre fazem parte dessas comunidades, criando, assim, conflitos sociais entre indivíduos, entre instituições e entre indivíduos e instituições.

No entanto, de acordo com Chagas (2001), para que o reconhecimento destas comunidades seja feito, bem como seja apreendidas suas diferenças culturais, é necessária a emergência do multiculturalismo na implementação dessas políticas. Para ela, o problema não está somente em uma diferença econômica, “mas evidentemente em uma representatividade sociocultural que não encontra lugar” (CHAGAS, 2001, p.232).

Portanto, as políticas públicas de modernização no cenário da pesca artesanal têm inserido essa categoria num contexto mais amplo sem, contudo, considerar suas particularidades socioculturais e econômicas. Esse cenário em que se insere a pesca artesanal brasileira tem sido historicamente configurado pela “eficiência produtiva”, e não pela valorização daqueles que dependem da pesca não apenas como trabalho, mas como meio de produção e de reprodução social de um modo de vida.

1.3. Pescadores artesanais: um segmento da agricultura familiar na concepção do Pronaf

O governo militar de 1964 concedia papéis semelhantes para a pesca e a agricultura no desenvolvimento nacional. Ambas deveriam atender a um modelo de modernização que consistia na demanda urbana por alimentos a baixo custo e divisas com as exportações como atividades lucrativas para os investimentos de capital. Nesse sentido foram destinados recursos públicos, com incentivos fiscais e crédito subsidiado. Essas políticas geraram aumentos da produção destinada ao mercado interno e principalmente para a exportação, entretanto assumiram tanto na agricultura como na pesca, um caráter seletivo em termos sociais (BÚRIGO, 2009).

A política governamental negligenciou o financiamento do segmento que atualmente corresponde à agricultura familiar no Brasil desde a institucionalização do crédito rural em 1965. As linhas de crédito rural existentes então sempre estiveram voltadas, para grandes produtores, com exigências que impossibilitavam a adesão de agricultores de base familiar que produziam em pequena escala (CAMPOS, 2004).

Após a promulgação do decreto-lei 221, em 1967, ocorreu grande impulso à industrialização pesqueira no país através, sobretudo, dos incentivos fiscais. Esse decreto incluiu a pesca entre as atividades ligadas ao desenvolvimento. Para tanto, definiu a indústria da pesca como “indústria de base” e considerou as operações de captura e beneficiamento de pescado como “atividades agropecuárias”, propiciando o acesso ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (BÚRIGO, 2009).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um novo reordenamento do Estado brasileiro, introduzindo novos mecanismos de gestão social e descentralizada das políticas públicas. Dessa forma buscava-se democratizar o acesso dos agricultores aos recursos públicos. Tais transformações do Estado possibilitaram, em 1994, a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), o embrião do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o primeiro programa de política pública voltado para agricultores familiares, que atendia as reivindicações dos movimentos sociais, e as demandas dos setores menos capitalizados da agricultura brasileira. Mattei (2006) considera que a “importância do Provap consiste na transição que se inicia em direção a uma política pública diferenciada para categorias de produtores rurais” – o Pronaf. Com isso os pequenos agricultores, como eram então denominados, passaram a ter acesso ao crédito rural juntamente com grandes proprietários, que historicamente foram os principais beneficiários do crédito destinado à agricultura brasileira.

As políticas públicas de modernização da agricultura brasileira privilegiaram os setores agropecuários e a produção agrícola voltada ao mercado externo. Enquanto o segmento da produção familiar permaneceu à margem, sem os benefícios da política agrícola, principalmente aqueles referente ao crédito rural. Fato que também se refletiu na pesca artesanal, que ficou à margem das políticas de modernização, porém para esse segmento as conseqüências foram ainda mais intensas.

Silva (2007) enfatiza que a pesca artesanal e os recursos pesqueiros estão em crise em decorrência, sobretudo, do estilo desenvolvimentista do Estado, que historicamente não ancorou sua política nos interesses das culturas tradicionais.

O desenvolvimento esqueceu o povo, até porque, a própria palavra já o diz *des*, significa não, então o *não* envolvimento popular, a ausência de autonomia dos contextos populares nos seus próprios projetos de vida levou a decisões para os valores puramente mercantis e para a manutenção do poder com a intenção de privilegiar o hegemônico. Esse conflito tem sido tratado de forma incipiente pelas políticas públicas de desenvolvimento sustentável e da pesca artesanal. Continua-se reconvertendo a natureza frente aos desígnios da economia, acelerando a máquina devoradora de recursos finitos (p.1775).

Mattei (2006) destaca a inexistência de políticas públicas, até início da década de 1990, direcionadas ao atendimento das especificidades dos agricultores familiares. Historicamente no Brasil, a agricultura familiar foi excluída das políticas públicas e dos projetos de desenvolvimento. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) há tempos vinha reivindicando um programa, com políticas diferenciadas e específicas para os pequenos produtores do país. Nesse aspecto Mattei (2006) enfatiza que tais reivindicações ganharam força na Constituição de 1988, tendo destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” na década de 1990, que passaram a ser nomeadas de “Grito da Terra Brasil” a partir de 1995.

Segundo Cabral (2006) os anos 1990 revelaram um novo papel do Estado na agenda do desenvolvimento rural. O modelo de desenvolvimento implementado até então não havia promovido a esperada mudança social nas condições de vida e de produção da agricultura de pequena escala de produção, mais voltada ao auto-consumo e baseada na mão-de-obra familiar. Diante desse contexto, ganhava cada vez mais legitimidade, como estratégia de ação das políticas públicas, um estilo de desenvolvimento com ações mais localizadas, com enfoque de “sustentabilidade” envolvendo os condicionantes ambientais, históricos, sociais, políticos e econômicos, tendo como prioridade a agricultura familiar. Esta perspectiva já vinha sendo “experimentada” principalmente por organizações não governamentais. Por outro lado, crescia a demanda pela integração mercantil dos “pequenos agricultores”. Imaginava-se um novo processo de modernização que, desta vez, incluísse os agricultores não beneficiados ou atingidos pela onda modernizante dos anos 1970.

O Pronaf foi instituído pelo decreto presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996, atendendo, em parte, às reivindicações dos movimentos sociais e a demandas dos setores menos capitalizados da agricultura brasileira. Com a instituição desse programa a agricultura familiar passa a ser compreendida como uma categoria política que envolve diversos segmentos, dentre eles os pescadores artesanais, que passam a ser enquadrados como “agricultores familiares”, por terem, assim como os agricultores, a produção

familiar como forma de organização do trabalho e também por terem sofrido as consequências de uma “modernização excludente”. Nesse sentido a criação do Pronaf é considerada uma resposta governamental à situação de abandono na história brasileira, vivenciada por agricultores familiares e outros segmentos, como os pescadores artesanais.

Os estudos que serviram de base para criação do Pronaf foram realizados pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) em parceria com o Incra, por meio de um Projeto de Cooperação Técnica que ficou conhecido como Incra/FAO. Tais estudos, de acordo com Mattei (2006), possibilitaram conceituar a agricultura familiar de forma mais “precisa”, estabelecendo “um conjunto de diretrizes para nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos grupos de agricultores”. A partir dos resultados advindos desses estudos caracterizou-se a agricultura familiar por três elementos: gestão familiar, tempo de trabalho dedicado à unidade produtiva e área do estabelecimento.

Wanderley (2007) destacou que a definição de agricultura familiar adotada pelo Pronaf é “operacional” e tem como finalidade fazer um recorte do universo dos agricultores que serão beneficiados por essa política. A autora enfatiza que essa definição resulta de negociações entre forças sociais envolvidas, movimentos sociais e representantes dos poderes públicos. Os seus limites conceituais são evidentes. Talvez o mais importante, aquele que teve forte influência sobre a alocação dos recursos do programa, seja o viés econômico utilizado para classificar os agricultores familiares a partir de seu grau de integração a mercados formais, aferido por meio da renda anual obtida com a comercialização de produtos. Este critério – que estabelece um modo de apreensão da realidade – contribui para tornar invisível à produção para o auto-consumo, fundamental para a manutenção da segurança alimentar das famílias.

Assim como há uma ocultação do papel econômico da agricultura familiar pouco vinculada a mercados convencionais, no Brasil há uma carência de políticas voltadas para o desenvolvimento das atividades de pesca realizadas por pescadores artesanais e pelos pequenos aqüicultores. Desde 1997 o Pronaf atende aos pequenos aqüicultores e pescadores profissionais que se dediquem à pesca artesanal *com fins comerciais*, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou regime de parceria com outros pescadores artesanais. O vínculo “comercial” é condição de acesso ao programa

Contudo, a partir da constituição SEAP¹⁰, em 2003, estabeleceu-se o início de uma mudança institucional na gestão pública. Naquele ano, a pesca artesanal passou, de certo modo, a ser reconhecida oficialmente como um dos segmentos importantes para a economia do país. Este processo de reconhecimento público da atividade econômica data da definição de pesca artesanal instituída em 1994. O artigo 2 da Lei nº 10.164 (de 11 de maio de 1994) define pesca artesanal como o tipo de pesca profissional “exercida sem vínculo empregatício com indústria, praticada em águas litorâneas ou interiores desde que o trabalho seja em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros”¹¹.

Para Cardoso (2001), outra característica importante é que a pesca artesanal consiste em um tipo de atividade que faz uso de tecnologias de baixo “poder de predação”, realizada por pescadores “autônomos”, com predomínio da força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança, sendo a produção destinada parcialmente ao mercado. O autor ressalta que a pesca artesanal “envolve uma diversidade de modalidades de técnicas, modos de apropriação dos recursos pesqueiros, formas de organização da produção e distribuição dos rendimentos”. Além do instrumental técnico utilizado nas capturas, é fundamental considerar a forma de organização social das pescarias para uma definição da pesca artesanal (CARDOSO, 2001).

Para Leonel (1998), “pescador artesanal” é aquele que realiza a pesca utilizando pequenas embarcações de até 20 toneladas, enquanto a pesca empresarial utiliza embarcações que chegam a 108 toneladas. A pesca artesanal é definida, portanto, a partir de uma série de características, além dos tipos de embarcações e equipamentos, são considerados outros critérios como pequena escala de produção de pescado, a inexistência de vínculo empregatício formal e o fato de parte da produção ser principalmente destinada à sustentação econômica da família. Poderíamos complementar ressaltando a inserção parcial dos pescadores em mercados locais, característica que os distingue dos pescadores vinculados a frigoríferos ou empresas de pesca.

Esta categoria, a de “pescador artesanal”, foi equiparada à de “agricultor familiar” a partir do Pronaf, o que deu subsídios para que pescadores artesanais fossem reconhecidos, uma década depois da criação do Pronaf, como beneficiários da Política Na-

¹⁰ Para maiores informações acesse: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/SEAP/.

¹¹ Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/ambiente/legislacao/id1956.htm>. Não há paginação no documento disponível na Internet.

cional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, instituída pela Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Esta Lei estabelece as diretrizes para a formulação dessa política.

Ao se considerar pescadores artesanais e agricultores familiares como categorias equivalentes, “ambos encontram-se imersos em condições semelhantes” para acesso ao crédito pelo Pronaf. Entretanto são necessários “cuidados para não homogeneizar condições e características próprias de cada universo”, pois são categorias diferentes (NIEDERLE e ANJOS, 2005, p.5). Apesar da existência de uma linha de crédito específica para pescadores artesanais (desde 1997, denominada de “Pronaf Pesca”), o programa ainda tem apresentado limitações na sua implementação junto aos pescadores artesanais, principalmente por não atender as especificidades desse segmento. Uma dessas limitações refere-se à exigência de documentos para acesso ao crédito. Estes documentos, muitas vezes, pertencem ao universo dos agricultores familiares e não dos pescadores artesanais.

O Pronaf¹² é voltado aos agricultores familiares, pescadores artesanais, aqüicultores e organizações dessas categorias. Tem como objetivo geral propiciar condições para o aumento e a diversificação da produção, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida.

Os agricultores familiares beneficiários¹³ do Pronaf eram classificados em quatro grupos distintos para concessão dos financiamentos, definidos a partir da renda bruta anual e do tipo de mão-de-obra empregada em seus sistemas de cultivo e de criação. Esta classificação vigorou até meados de 2008, quando houve modificações no Manual do Crédito Rural, mais especificamente em seu capítulo décimo, que é o que trata do Pronaf. Para fins de nosso estudo, consideraremos a classificação tal qual estava vigente no momento da elaboração da realização da pesquisa documental. Justifica-se esta opção com o argumento de que o trabalho de campo, inclusive seus instrumentos de coleta de dados, foi desenhado a partir da regulamentação do Pronaf disponível em junho de 2008. As mudanças ocorridas no Plano Safra 2008-2009 foram significativas e mexeram profundamente na classificação dos agricultores vigente até então.

¹² Para maiores informações: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php>.

¹³ Informações disponíveis em: http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp.

A classificação vigente até junho de 2008 estabelecia cinco grandes grupos, definidos a partir da condição de renda dos agricultores, o *Grupo A*, composto por agricultores familiares beneficiários da política de reforma agrária. Os agricultores deste grupo recebiam do Pronaf o primeiro crédito para estruturação de suas unidades produtivas. O *Grupo B* constituído por agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento e explorem parcela de terra na condição de proprietário posseiro, arrendatário ou parceiro residindo na propriedade ou em local próximo. O *Grupo A/C* enquadra o agricultor familiar assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCR.

No *Grupo D* são classificados os agricultores familiares podendo dispor de empregados temporários e até dois empregados permanentes. Finalmente, o *Grupo E* consiste em outra denominação do Pronaf para acesso ao crédito, para financiamento do custeio das atividades agropecuárias e não-agropecuárias, e o financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, especificamente direcionado aos agricultores familiares. Além dos grupos há linhas de financiamento específicas, dentre elas destacamos nesse trabalho o “Pronaf Pesca”, que é uma linha de investimento para pescadores artesanais com disponibilização de recurso para modernizar e ampliar as atividades produtivas desse segmento.

Os pescadores artesanais beneficiários do Pronaf podem obter financiamento para ações de infra-estrutura, produção e capacitação. Nesse sentido é possível o financiamento¹⁴ de redes e apetrechos, embarcações, motores e infra-estrutura de armazenamento, de transporte e de comercialização do pescado. Os pescadores artesanais são também beneficiários do Pronaf e se enquadram como agricultores, exceto nos grupos A e A/C desde que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da DAP até R\$ 110, 0000, incluída renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele por qualquer membro da família. Não são considerados benefícios sociais e previdenciários decorrentes de atividades rurais. Enfim os pescadores artesanais que se dediquem a pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores também artesanais.

¹⁴ Informações disponíveis em: <http://200.198.202.145/SEAP/html/cartilhapronafpesca.htm>.

Para buscar o financiamento junto aos agentes financeiros é necessário que os pescadores beneficiários apresentem os seguintes documentos: carteira de identidade; CPF ou CIC; RGP (Registro Geral de Pesca); DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf); contrato de garantia de compra do pescado com cooperativa, colônia de pescadores ou empresa de beneficiamento, exceto para o Grupo B. Outra forma de acesso ao crédito para pesca artesanal é através do “Pronaf Mulher”, que se destina a aqüicultoras e pescadoras, que pertençam a unidades familiares de produção.

No entanto, recentemente, a partir das novas regras estabelecidas para acesso de agricultores familiares ao Pronaf, é alterada a divisão em grupos como também as linhas de acesso ao crédito. Entre essas mudanças destaca-se à extinção dos grupos C, D e E, constituindo em uma única categoria denominada Agricultura Familiar. Outra mudança refere-se à redução das taxas de juros. Para os financiamentos de custeio, as taxas ficaram entre 1,5% e 5,5% ao ano, variam entre 3% e 5,5% para os grupos extintos. Já as operações de investimento tiveram redução de juros de 2% e 5,5% ao ano para 1% e 5% anuais. Os grupos A (crédito para a reforma agrária) e B (microcrédito rural) não foram alterados. Também sofreram redução as taxas de juros das linhas especiais do Pronaf como Pronaf Floresta e Pronaf Jovem, entre outras.

O objetivo do Pronaf é apoiar o desenvolvimento rural, a partir do apoio, via financiamentos, às condições técnicas e econômicas de inserção da agricultura familiar em cadeias produtivas e mercados. O Pronaf oferece quatro linhas de crédito: (a) Financiamento da produção; (b) Financiamento de infra-estrutura e serviços territoriais; (c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares; e (d) Financiamento da pesquisa e extensão rural.

O Pronaf destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas exclusivamente pela força de trabalho familiar do agricultor e dos diversos segmentos enquadrados nessa categoria, dentre eles pescadores artesanais. Entende-se por “atividades não-agropecuárias” os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar. Esta definição consta da Resolução nº 2.310, de 29/08/96 do Banco Central do Brasil.

Para ser beneficiário do crédito rural desse programa é necessário obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que identifica o beneficiário no seu grupo de enqua-

dramamento. A DAP para pescadores artesanais pode ser emitida pelas Superintendências Estaduais da SEAP, colônias credenciadas junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), as delegacias do MDA nos estados e sindicatos credenciados. A DAP identifica a família como beneficiária do Pronaf e diz a que grupo essa família pertence. Trata-se de um documento obrigatório para acessar o crédito.

A modalidade de crédito para financiamento da produção está voltada para o apoio financeiro dos diversos segmentos da agricultura familiar e compreende faixas de crédito específicas para as modalidades de custeio e investimento. Neste trabalho destacaremos as modalidades custeio e investimento por serem acessadas pelos pescadores artesanais de Anchieta, objeto de nosso estudo. A modalidade de crédito denominada “custeio” é um financiamento que no caso dos pescadores artesanais é utilizado para as atividades de produção, como remendo de redes, manutenção de motores e barcos, compra de apetrechos, combustível e outros. Podem acessar essa modalidade os grupos C e D. Enquanto o “investimento” é um financiamento para os meios para a produção e, ou, comercialização utilizado geralmente para aquisição de motores, embarcações, estruturas de comercialização e transporte.

Apesar dos avanços alcançados com o Pronaf e das ressalvas feitas ao programa, ele instituiu novas relações entre Estado e diversos segmentos da agricultura familiar, buscando o atendimento das necessidades dessa categoria. Nestas relações, as discussões entre representantes desses segmentos e agentes financeiros avançam em direção a ações que visam melhorias, e cujo processo, conforme Abramovay e Veiga (1998, p.48), “ganha uma dimensão pública inteiramente inédita na história do país”.

No entanto, para que os beneficiários do Pronaf, sobretudo os pescadores artesanais, tenham êxito no acesso ao crédito é fundamental a participação de agentes públicos e financeiros, órgãos de assessoria técnica e organizações locais, atuando como mediadores em todo o processo. Com relação à mediação, Oliveira (1990) considera que o Estado induz um processo de mudança através dos programas, como um elemento mediador no processo de aproximação do conhecimento. Assim, o papel do Estado se materializa nos programas de mudança social induzida no processo de desenvolvimento. Alguns autores advogam que o mediador deve se colocar na posição de neutralidade. Entretanto, na perspectiva de Freire (1996), essa neutralidade não seria possível uma vez que o “ensinar exige estética e ética”, o que posiciona o mediador como um ator social político e ético:

[...] mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens é uma transgressão (FREIRE, 1996, p.16).

A diferenciação de acesso às inovações e aos direitos sociais vai se repetindo nas diversas instâncias das políticas públicas, evidenciando a grande desigualdade que existe no acesso ao crédito de programas de incentivo à produção familiar, sobretudo para pescadores artesanais. Esse conjunto de iniciativas tem reforçado a necessidade de organização e, principalmente, a importância em se buscar a auto-organização dos pescadores artesanais, considerando suas especificidades.

Pescadores artesanais e agricultores familiares são categorias diferentes com algumas similaridades que estão, de acordo com o Pronaf, enquadradas em condições semelhantes para acesso ao crédito. Por não ser uma política direcionada especificamente para pescadores artesanais e sim para agricultores familiares, o Pronaf não atende efetivamente as especificidades do universo da pesca artesanal. Tal enquadramento nos remete à invisibilidade da pesca artesanal e à ineficiência do Estado em promover alternativas que viabilize a inserção da pesca artesanal na proposta do Pronaf, valorizando as especificidades e demandas desse segmento. É fundamental considerar as diversidades dos segmentos beneficiários do Pronaf não somente em termos de renda, mas, sobretudo, nos aspectos organizacionais, culturais, educacionais, tecnológicos, dentre outros, que caracterizam e definem a demanda de cada segmento.

Pascotto (2004) considera que as políticas públicas direcionadas à pesca artesanal, como o seguro desemprego e o Pronaf, têm como foco a pesca enquanto atividade majoritária em termos de renda. O autor argumenta que:

Em muitos casos, as famílias que buscam outras fontes de renda são aquelas que maiores dificuldades enfrentam, devido à precariedade dos sistemas de produção na pesca que podem colocar em prática. Constituem, dessa forma, aquelas que mais necessitam de acesso a recursos para continuar na atividade (p.11).

Ao evidenciar as diferenças e semelhanças entre pesca artesanal e agricultura familiar, Pascotto observa que, na pesca, nem sempre a unidade de produção corresponde à unidade doméstica e que esta separação traz implicações sobre a análise da reprodução social das famílias de pescadores. Mesmo quando a unidade de produção se dá fora da família, argumenta o autor, esta tem função crucial na reprodução social. Além

disso, observa também que as mulheres desempenham papéis importantes ‘dentro’ ou ‘fora’ da pesca. Nesse sentido considera que:

Os sistemas de produção na pesca constituem a unidade de análise adequada para compreender os diferentes tipos de pescadores, as relações entre eles e as mudanças produzidas dentro da pesca em relação às condições externas, entretanto, no estudo da reprodução social, a unidade de análise é a família, e os sistemas de produção na pesca passam a constituir uma das estratégias de reprodução implementadas pelo *sistema familiar*, a qual podem se somar outras que são buscadas fora da pesca, mesmo que tendo como objetivo “continuar enquanto uma família de pescadores” (p.10).

De acordo com Abramovay (1998), a unidade familiar de produção, na agricultura, é caracterizada pela gestão da propriedade e devido à maior parte do trabalho ser realizado por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou de casamento. Segundo Campanhola (2000), não é fácil elaborar uma tipologia para a agricultura familiar, pois essa categoria é ampla e tem dificuldades de descrever um público que é muito heterogêneo. Este autor considera que “agricultura familiar” não é sinônimo de “trabalho familiar”, mas sim procura descrever a preponderância da família como estrutura fundamental de organização da reprodução social, por meio de formulações de estratégias que remetem à transmissão do patrimônio material e cultural construído a partir da exploração agrícola. Poderíamos afirmar o mesmo para caracterizar a pesca artesanal. O barco, a morada na praia e a exploração do mar constituem, neste caso, o patrimônio material e cultura do pescador. No entanto, diferente da agricultura, o pescador artesanal trabalha com uma lógica de extração ou coleta daquilo que se reproduz biologicamente no mar. A produção do pescador diz respeito àquilo que ele consegue extrair do mar a partir de seu trabalho.

Dadas estas diferenças, parece evidente que o enquadramento dos pescadores artesanais como “agricultores familiares”, tornando-se um segmento de público beneficiado pelo Pronaf, pode contribuir para ocultar algumas especificidades socioeconômicas dos pescadores e ter impactos sobre a operacionalidade e a eficiência do programa.

2. O UNIVERSO DA PESQUISA: UM CAMPO DE POSSIBILIDADES

A metodologia qualitativa foi a fundamentação para realização da pesquisa de campo, contribuindo para inserção no universo do objeto de estudo, um universo até então distante/desconhecido pela pesquisadora – o universo dos pescadores artesanais de Anchieta. Este método foi fundamental para o processo de compreensão do significado das falas, vivências, valores, necessidades e demandas dos pescadores artesanais, explicitadas no decorrer da pesquisa por meio da realização das entrevistas semi-estruturadas, observação direta e participante e outros instrumentos que serão abordados posteriormente.

A proposta dessa pesquisa consistiu em estudar o acesso dos pescadores artesanais a recursos do Pronaf, no município de Anchieta-ES, a partir da análise dos depoimentos dos principais envolvidos com a implementação deste programa de política pública no município. Estes depoimentos foram colhidos utilizando-se o instrumento da entrevista semi-estruturada. A este foram agregadas técnicas de observação participantes, para caracterizar atividades e compreender o contexto de construção das falas sobre o acesso ao Pronaf. Também foi feita a análise de documentos pertinentes ao objeto deste estudo, particularmente projetos técnicos elaborados para o acesso ao crédito. A seguir, detalha-se este processo de pesquisa, indicando seus potenciais e limites ao alcance dos objetivos inicialmente traçados.

2.1. Caminhos percorridos para execução da pesquisa

A pesquisa consistiu na realização de entrevistas (18 semi-estruturadas, sendo 16 individuais e duas coletivas), observação direta e participante, análise de documentos e participação em eventos locais ligados à atividade pesqueira no município de Anchieta-ES. Esses eventos foram importantes para estabelecer os primeiros contatos com informantes privilegiados da pesquisa de campo e planejar o próprio trabalho de campo. Segundo Duarte (2002, p.34) “as situações nas quais se verificam os contatos entre pesquisador e sujeitos da pesquisa configuram-se como parte integrante do material de análise”. Desse modo, as conversas informais em eventos dos quais participam pessoas liga-

das ao universo investigado e outras formas de contato podem ser parte das estratégias de investigação qualitativa, constituindo em material complementar à pesquisa.

O número de entrevistas não foi determinado previamente, sendo delimitado no decorrer da pesquisa de campo a partir das informações obtidas em cada depoimento. O que está de acordo com a concepção de Duarte (2002) sobre entrevistas com base em metodologias qualitativas.

Numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado a priori – tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas (DUARTE, 2002.p 143-144).

A pesquisa de campo se deu em duas etapas. Na primeira etapa foram realizadas oito entrevistas semi-estruturadas, envolvendo pescadores artesanais representantes da Colônia de Pescadores (três) e da Associação de Pescadores de Anchieta (um), agente financeiro (um) e gestores públicos (três) que atuam no setor pesqueiro local. Na segunda etapa foram realizadas oito entrevistas semi-estruturadas individuais e duas coletivas. As entrevistas semi-estruturadas individuais foram realizadas com dois pescadores idosos e seis “pescadores pronafricanos”. Além desses, há mais dois pescadores entrevistados na primeira etapa de campo, que também são “pronafricanos”. O público de abrangência com a realização das entrevistas foi de 29 pessoas, destas 25 são pescadores artesanais. Desse total de 25 pescadores artesanais entrevistados, oito são “pronafricanos”.

As entrevistas coletivas não foram previamente determinadas e aconteceram em função da dinâmica do trabalho de campo. A princípio seriam realizadas individualmente, porém com a aglomeração de pessoas no local onde acontecia a entrevista, foi necessário adaptar a técnica para que acontecesse de forma coletiva, seguindo o roteiro de investigação planejado previamente. Uma das entrevistas coletiva envolveu um grupo com cinco informantes, enquanto na outra foram oito pescadores integrantes do grupo das marisqueiras, sendo quatro mulheres e quatro homens. Além da realização de entrevista semi-estruturada coletiva com integrantes do grupo das marisqueiras, foi feito o acompanhamento da rotina de trabalho desse grupo, seguido de observação direta e “participante” de algumas de suas atividades.

Para Haguette (1992, p.74), a observação participante consiste na “melhor forma de captar o sentido encoberto da ação humana”, fundamentando-se no pressuposto que

“a sociedade é construída a partir de um processo de interação entre indivíduos e grupos que agem em função dos sentidos que seu mundo circundante representa”. Para essa mesma autora a entrevista também pode ser definida como processo de interação social, porém não uma interação grupal, mas sim uma interação entre duas pessoas, o entrevistador e o entrevistado buscando obter informações deste. A autora destaca quatro elementos fundamentais desse processo de interação na entrevista: entrevistador, entrevistado, situação da entrevista, instrumento de captação de dados ou roteiro da entrevista. Os métodos de pesquisa qualitativa “ênfatisam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 1992, p.63). No entanto neste trabalho, especificamente à realização de duas entrevistas coletivas não planejadas, a entrevista pode ser compreendida também como um processo de interação social grupal.

Com relação às entrevistas realizadas, optamos pelas semi-estruturada aberta, seguidas de gravação feita mediante autorização prévia dos informantes e o compromisso que seus nomes não seriam divulgados, sendo o caderno de anotações utilizado para registro de observações e principalmente quando não havia permissão para gravação. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, exceto a entrevista com agente financeiro, cuja gravação não foi autorizada, tendo sido permitido apenas o registro de sua fala no caderno de anotações.

A opção pela entrevista semi-estruturada aberta vai de encontro à concepção de Minayo (2008), possibilitando ao entrevistado discorrer livremente sobre o tema proposto. Nesse aspecto a autora enfatiza que:

É preciso lembrar também que a entrevista, como forma privilegiada de interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade. Quando se trata de uma sociedade ou de um grupo marcado por acirrados conflitos, cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados que aí são produzidos. Além disso, pelo fato de captar formalmente a fala sobre determinado tema, a entrevista, quando analisada, precisa incorporar o contexto de sua produção e, sempre que possível ser acompanhada e complementada por informações provenientes de observação participante. Dessa forma, além da fala que é seu material primordial, o investigador terá em mãos elementos de relações, práticas, cumplicidades, omissões e imponderáveis que pontuam o cotidiano (MINAYO, 2008. p.262-263).

A observação direta e as conversas informais aconteceram em todas as etapas da pesquisa de campo. Dentre estas se destaca a observação direta no porto de desembarque de Anchieta (Praça do Imigrante e Fábrica de Gelo) e durante o passeio de barco com pescador pelo Rio Benevente até às ruínas próximo ao Rio Salinas em Anchieta.

Na maioria das vezes a conversa se prolongava após as entrevistas, tornando-se um momento revelador de dados empíricos para a pesquisa. Durante a realização das entrevistas e as conversas, os informantes indicavam outros informantes.

A observação direta esteve presente em todo processo da pesquisa por ser uma metodologia de pesquisa em que o observador, através de sua participação junto ao grupo em estudo, identifica dados que poderão ser utilizados no desenvolvimento da pesquisa. Esse método pode ser utilizado tanto para identificar problemas e hipóteses quanto para testar hipóteses definidas *a priori*. Assim, os pesquisadores partem do princípio de que não conhecem suficientemente a realidade em estudo e que, por isso, os problemas e hipóteses podem ser construídos ou modificados no decorrer da pesquisa (BECKER, 1999).

Todas as entrevistas seguiram o mesmo roteiro de investigação elaborado previamente. Esse roteiro foi estruturado com as seguintes questões gerais:

1. Como você caracteriza a atividade pesqueira em Anchieta?
2. Você acha que há diferentes tipos de pescadores?
3. Que apoio o pescador tem para desenvolver sua atividade?
4. Você conhece ou já ouviu falar do Pronaf?

As questões gerais orientavam um roteiro de temas a serem tratados no momento da entrevista. Cada questão geral servia como introdução ao tema. As respostas permitiam, quando necessário e sempre que o ambiente da entrevista possibilitava, a elaboração de questões mais específicas para compor o conhecimento da pesquisadora sobre o tema tratado.

No entanto, esse grau de abertura do roteiro poderia ser gerador de insegurança, dada a necessidade do imprevisto. Por isso foi elaborado um roteiro mais específico, que deveria ser recorrido sempre que houvesse necessidade. O estudo de Schwarzer (2000) sobre impacto socioeconômico das aposentadorias rurais revela a necessidade de realizar entrevistas padronizadas para captar dados específicos e caracterizadores desses impactos. O autor relata que é possível “evitar constrangimentos e, contornar problemas oriundos da dificuldade de manutenção de documentos, de uma maioria de beneficiários com baixa taxa de alfabetização e condições de moradia pouco favoráveis à conservação de papéis” (SCHWARZER, 2000, p.36). Nessa perspectiva foi elaborado o roteiro específico da entrevista semi-estruturada, que permitiu caracterizar a atividade pesqueira em

Anchieta (identificando alguns impactos do Pronaf sobre a situação socioeconômica das famílias de pescadores), além de possibilitar uma compreensão inicial das estratégias familiares e os fatores sócio-culturais da pesca artesanal nesse município.

Outra técnica utilizada foi análise documental. Foram analisados 70 projetos técnicos elaborados pelo Incaper para que os pescadores artesanais de Anchieta pleiteassem acesso a recursos do Pronaf. Os dados destes projetos permitiram complementar informações acerca desse acesso e, principalmente, discutir sobre a natureza dos projetos. O procedimento de análise documental foi a leitura e a interpretação dos textos dos projetos.

Finalmente, a partir da transcrição das entrevistas, organização e análise dos dados foi construído um conjunto descritivo e analítico a respeito das características da pesca artesanal em Anchieta e sobre os impactos do Pronaf na vida desses pescadores.

2.2. Dificuldades e desafios do trabalho de campo

A pesquisa de campo é sempre uma tarefa desafiante, porque é momento de confronto de nossas subjetividades e da explicitação das diferenças que estão presentes nas relações que vão se desenvolvendo e consolidando no cotidiano. No entanto no decorrer desta pesquisa, apesar de estar num universo que não me era familiar, não tive dificuldades de inserção, em campo, junto aos atores que prestaram depoimentos. Pelo contrário, essa ausência de familiaridade/proximidade auxiliou o desenvolvimento da pesquisa e, sobretudo, a minha condição de “mineira”, que, ao mesmo tempo justificava o não conhecimento vivencial das coisas do mar e possibilitava, como “estrangeira” e por “Minas não ter mar”, uma postura geralmente empática dos informantes. Esta postura se revelou determinante ao fornecimento de informações detalhadas e explicações dedicadas sobre suas práticas e sobre o contexto atual da pesca em Anchieta-ES.

Porém, encontrei dificuldade na busca de documentos relacionados à pesca e ao Pronaf. A Casa de Cultura do município estava em reforma e por isso os poucos documentos que existem não estão disponíveis por estarem armazenados em caixas. Além disso, ex-funcionários do setor se apropriaram de documentos quando deixaram o cargo. Consegui apenas um diagnóstico sócio-cultural e econômico da população pesqueira do

litoral capixaba, datada de 2005. Também o relatório final do Censo da Pesca em Anchieta-ES, realizado em 2005.

No Banco do Brasil também não tive acesso a documentos. Segundo o informante: “são documentos confidenciais do Banco e que não são disponibilizados”. Este informante acreditava – e declarou isso – que estas informações não seriam interessantes para a pesquisa, pois o Banco não diferencia pescador e agricultor. Mas no decorrer da entrevista relatou que iria tentar diferenciar alguns dados e depois me passaria. Retornei ao Banco e o funcionário forneceu apenas dados numéricos, indiscriminados, mas disse que não poderia disponibilizar uma cópia desses dados, argumentando que não são liberados por se tratar de documentos confidenciais. Em alguns momentos o informante afirmou que havia dados específicos sobre a pesca e o Pronaf; e em outros afirmou o contrário, que o Banco não faz essa diferenciação.

No Incaper recebi a informação que havia documentos acerca dos últimos cinco anos e que estariam disponíveis para pesquisa, entretanto não foi possível ter acesso a todos os projetos elaborados para pescadores por meio do Pronaf em função da perda de arquivos digitalizados, que não possuíam cópia impressa.

Outra dificuldade em campo refere-se ao não acompanhamento de uma pescaria de “beirada”, que era um dos objetivos da observação participante. Este tipo de pesca é realizada por pescadores homens. Como pesquisadora não me foi permitido acompanhar o cotidiano desta prática dos pescadores. A alegação foi precisamente o fato de “ser mulher”. Os pescadores justificaram que as condições dos barcos, sem banheiro, não permitem ter uma mulher na embarcação. “Mesmo sendo a pescaria de um dia, é muito difícil segurar, você não ia agüentar ficar o tempo todo sem ir no banheiro, parece que o mar faz com que a gente vai mais no banheiro”. Tais condições, obviamente, causariam constrangimento entre pesquisadora e pesquisados, inviabilizando o acompanhamento da pesca de beirada *in loco*.

3. REPRESENTAÇÕES E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO PRONAF

3.1. A percepção sobre a atividade pesqueira: uma análise a partir da fala dos entrevistados

A fim de caracterizar a atividade pesqueira em Anchieta-ES foi desenvolvida uma pesquisa de campo junto a pescadores e gestores públicos que atuam no setor pesqueiro local. Esta pesquisa se deu em dois momentos, sendo realizada essencialmente por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação direta. Os informantes privilegiados nesse primeiro momento da pesquisa foram pescadores representantes da Colônia de Pesca, da Associação de Pescadores de Ubú e Parati e gestores públicos que atuam no setor pesqueiro. Os órgãos referenciados são:

- a) A Colônia de Pescadores “Z-4 Marcílio Dias”, fundada em 1980, que tem como função principal a organização dos pescadores de Anchieta.
- b) A Associação de Pescadores de Ubú e Parati, fundada em 2006 por pescadores dos referidos balneários, que surgiu como proposta de representar e defender os interesses desses pescadores nas negociações entre pescadores, indústrias petrolíferas e órgãos ambientais, relacionadas aos impactos da exploração de petróleo na atividade pesqueira. Até o ano de 2005 essa função de defesa dos interesses dos pescadores era atribuída exclusivamente à Colônia.
- c) A Secretaria Municipal de Pesca de Anchieta, criada em 2005 com intuito de buscar estratégias de apoio a pesca artesanal e indústria pesqueira do município.
- d) Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incapex), que é o órgão que auxilia os pescadores nos procedimentos técnicos para acesso ao crédito pelo Pronaf.

Nessa primeira etapa de campo somente em uma das oito entrevistas realizadas obteve-se como resposta para questão “Como você caracteriza a atividade pesqueira em Anchieta?” a afirmação desta atividade como “pesca artesanal”. No entanto, no decorrer da realização das entrevistas, abordando as demais questões, essa denominação surgiu para nomear a atividade de pesca no município.

Em um segundo momento a pesquisa de campo foram informantes os pescadores, as marisqueiras e pescadores pronafianos. Em ambos os momentos seguimos o

mesmo roteiro elaborado previamente com as seguintes questões que nortearam as entrevistas.

A seguir apresentaremos a caracterização da pesca artesanal em Anchieta por meio da percepção dos pescadores e demais atores envolvidos no setor pesqueiro local.

3.1.1. Diferentes tipos de pesca e de pescadores

De forma geral, nos depoimentos dos informantes, a atividade pesqueira tem sido caracterizada, tanto pelos pescadores como pelos gestores públicos que atuam no setor, a partir de descritores que incluem a modalidade ou tipo de pesca, os tipos ou espécies de peixe pescados, os utensílios ou equipamentos usados para pescar; de acordo com o tamanho e motorização da embarcação, com relação à área onde acontece a pesca, em relação ao tempo de permanência do pescador no mar e, finalmente, acerca de como o pescado chega à comercialização. Essa caracterização perpassa pelas falas de todos os informantes da pesquisa, pescadores, pescadores representantes da Colônia de Pesca, da Associação de Pescadores de Ubú e Parati, gestores públicos que atuam no setor pesqueiro e marisqueiras.

Os pescadores retratam e fazem referências a outros elementos na caracterização dessa atividade pesqueira, relacionando-a ao envolvimento e à influência da família na transmissão dos conhecimentos acerca das práticas de pesca e nas relações de trabalho e de vida. Mais adiante retomaremos os elementos desta caracterização. Apresentaremos a seguir a caracterização feita por quatro informantes privilegiados, pescadores representantes da Colônia de Pesca e da Associação de Pescadores.

A modalidade de pesca identificada como *pesca simples* se refere aos catadores de caranguejo e à participação das mulheres na atividade pesqueira como “marisqueiras¹⁵”. São os pescadores de menor renda. A maioria daqueles que atuam nessa modalidade são mulheres que fazem cata de conchinhas na praia, mulheres que extraem sururu do costão¹⁶, mas há também a participação dos homens nessa atividade. Na época do

¹⁵As mulheres atuam em diferentes segmentos da atividade pesqueira. Algumas são denominadas de “marisqueiras”, porque realizam a coleta de mariscos (principalmente o “sururu”). Há mulheres que fazem a cata de caranguejo e outras catam conchinhas na praia para o trabalho com artesanato de conchas.

¹⁶Extrair sururu dos costões consiste na atividade de coleta de marisco que as marisqueiras realizam na “pedra”, ou seja, no conjunto de rochas no litoral.

defeso essas mulheres trabalham informalmente como empregadas domésticas. A renda obtida complementa aquela recebida como compensação ao defeso¹⁷.

A *pesca de beirada*, identificada pela Secretaria de Pesca como o “grupo do peixe fresco”, é desenvolvida pelos pescadores que usam barco a remo e rede. A “beirada” é a área que dista o máximo uma milha da praia, ou seja, 1,6 km. Estes pescadores fazem o tipo de pesca descrito como “completamente artesanal”, usam rede de arrasto e barcos não motorizados para pescar camarão e vendê-lo fresco no mercado de peixe. Alguns a denominam “pesca de balão”, assim denominada por utilizar uma rede de arrasto em formato de balão, usada para capturar o camarão. Este tipo de pesca é totalmente dependente das condições naturais, ou seja, do tempo e das marés que facilitam ou dificultam a pesca em pequenas embarcações.

A *pesca de mar aberto* é a feita pelos pescadores que usam anzol de linha, que vão e voltam do mar no mesmo dia. Às vezes ficam mais tempo, três ou quatro dias a depender do rendimento e das condições do mar. Também fazem arrasto de camarão e são identificados pela Secretaria de Pesca como o “grupo do peixe semifresco”. As embarcações são pequenas, mas motorizadas. Ao todo, há aproximadamente quarenta delas em Anchieta. Geralmente vendem o “barco fechado”, isto é, tudo que conseguiram pescar em uma viagem. Os pescadores identificaram o cultivo de mexilhões em mar aberto como um tipo da pesca de mar aberto e mencionaram que quem desenvolve esse trabalho é a Associação de Maricultores de Anchieta (AMA). Essa associação foi fundada em 1999 visando à organização de pescadores e pescadoras, o apoio e fomento para a produção de mexilhões (sururu) e ostras.

Por fim, a *pesca oceânica* é aquela feita com barcos maiores e motorizadas, com maior autonomia de combustível para se afastar mais da costa capixaba, chegando à costa da Bahia, indo em direção norte; e ao sul, atingindo a costa do Rio de Janeiro. Geralmente estes pescadores passam mais de 25 dias no mar. A pesca com espinhel é realizada em áreas mais profundas e consiste numa seqüência de vários anzóis amarrados por linhas lembrando o formato de pente. A Secretaria de Pesca identifica este grupo como o do “peixe no gelo”.

¹⁷O “defeso” refere-se à proibição da pesca no período reprodutivo de determinadas espécies por alguns meses. Esse tempo de proibição varia em função de cada espécie. Nesse período os pescadores podem solicitar ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o seguro-desemprego para pescador artesanal. O auxílio de um salário mínimo é garantido por lei e é pago durante os meses de proibição da pesca em função do defeso.

Percebe-se que para cada modalidade de pesca são relacionadas diferentes técnicas de captura do peixe. Na *pesca simples*, destaca-se, como técnica de pesca a “coleta” e “cata”, referindo-se á captura de mariscos e caranguejos, respectivamente. Quanto à *pesca de beirada* as técnicas são a “rede de arrasto”, a “pesca de balão” e “anzol de linha”, utilizando-se remo e rede. A “pesca de balão” consiste numa rede de arrasto em formato de balão para captura do camarão. Para a *pesca de mar aberto* utiliza-se anzol de linha. A pesca com espinhel aparece na fala dos pescadores como uma técnica de pesca relacionada à *pesca oceânica*.

Nota-se que esta classificação destaca como elementos descritivos principais o instrumento da pesca, o tipo de embarcação e o tempo de permanência no mar. Foram estes elementos os citados espontaneamente pelos pescadores informantes. A “pesca artesanal” foi por eles identificada como aquela que, sujeita à natureza, depende da força física do remo e de instrumentos simples, ficando o barco na “beirada”. A denominação utilizada pela Secretaria de Pesca, em contraste com esta, usa o critério do produto obtido, o pescado, para diferenciar os “grupos”, classificando-os desde “peixe fresco” ao “peixe no gelo”.

Além dessa classificação identificou-se outra, que será apresentada posteriormente, considerando as percepções dos agentes públicos que atuam na Secretaria de Pesca. Ambas as classificações se referem aos mesmos elementos, com algumas variações, para caracterizar a atividade pesqueira.¹⁸ No entanto há diferenças na denominação e ordenação dos grupos.

No que se refere a como os pescadores são nomeados e classificados, os diferentes tipos são identificados a partir da modalidade de pesca que desenvolvem e dos elementos que caracterizam a sua atividade pesqueira. Nessa lógica têm-se, a partir dos depoimentos, os seguintes tipos de pescadores em Anchieta:

- a) *Pescador mesclado*, aquele que pesca, em mar aberto, camarão e mexilhão.
- b) *Pescador da praia central* ou *pescador artesanal*, aquele que vai pescar e retorna no mesmo dia, também conhecido como pescador de canoa.
- c) *Pescador de beirada*, aquele que pesca com pequenas embarcações e por isso tem pouca autonomia de pesca.

¹⁸Como citamos anteriormente, os descritores mais utilizados foram: a modalidade de pesca, os tipos ou espécies de peixe pescados, o tamanho da embarcação, o tempo de permanência do pescador no mar, os utensílios utilizados para pescar e a área onde acontece a pesca.

- d) *Pescador camaroneiro*, o pescador de camarão.
- e) *Marisqueiros*: mulheres e homens que fazem coleta de mariscos (sururu).
- f) *Pescador de caranguejo*: homens e mulheres que realizam a cata de caranguejo.
- g) *Pescador rendeiro*, aquele que utiliza rede para pescar.
- h) *Pescador de arrastão*, aquele pescador que faz uso da rede de arrasto na captura do peixe.

Há também a referência a pescadores artesanais e profissionais quando se remete a *carteirinha ou caderneta* como documentação de identificação dos pescadores.

O informante GP1 diferencia os pescadores a partir da modalidade de pesca que desenvolvem e do espaço/localização onde pescam, classificando-os a partir dos seguintes espaços: (a) “manguezal”, os pescadores de caranguejo; (b) “próximo da costa”, pescadores de barco a remo; (c) “afastado da costa”, pescadores de linha e anzol; e “mais afastados da costa”, aqueles que se afastam de Anchieta em direção à costa da Bahia e Rio de Janeiro. Segundo esse informante, em Anchieta é predominante a “forma simples de capturar peixe”, que consiste no uso de embarcações não motorizadas, o barco a remo, e pesca próximo da costa. Relata que nas praias de Ubú e Parati acontece essa modalidade de pesca com um número significativo de pescadores que saem pela manhã para “armar a rede” e ao entardecer “retiram o peixe”. Ele relaciona a diminuição da produção da pesca com as intervenções das atividades portuárias e de mineração presentes no município. Também as vincula à poluição dos estuários com a descarga de esgotos.

É mantida essa tradição e uma resistência muito grande por esses pescadores. Em função de algumas intervenções que o município tem sofrido, a produção da pesca caiu. Como é uma pesca muito próxima da costa, esses recursos dependem muito da costa e tem a poluição ao longo dos anos, com descarga de esgoto nos estuários, desmatamento de mangue e outras atividades pontuais próximas: atividade portuária e de mineração. A atividade portuária (dragagem, redragagem, construção de novos portos) é a que mais tem prejudicado a pesca. Atualmente o número de embarcações é reduzido. São sete pescadores por embarcação. Pescam mais ao norte, divisa com Bahia e também ao sul. Os catadores de caranguejo são reconhecidos como pescadores profissionais¹⁹. Essa caracterização garante que o pescador possa comercializar o peixe. Todos que utilizam barco para captura devem estar habilitados pela Capitania dos Portos.

Informante GP1

¹⁹O informante se refere à carteira de pescador profissional expedida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP).

O informante GP3 pondera que, do ponto de vista econômico, a pesca pode ser compreendida a partir de alguns critérios selecionados. O primeiro deles, o monetário. Neste caso, há uma pequena participação da renda obtida com a pesca para o município. Conseqüentemente esta renda influencia muito pouco o Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Outro critério seria utilizar o volume de peixe pescado, que no caso é considerado o segundo maior do estado, “mas não é relevante do ponto de vista monetário”. Por fim, pode-se compreender a pesca a partir do critério dos ganhos indiretos por meio da atividade turística e do artesanato. Neste caso, ela ganha destaque como atividade e como geradora de produtos, o pescado, na composição da “indústria do turismo”. Entretanto, este informante considera ser difícil mensurar a importância da pesca para o município a partir de critérios estritamente econômicos, uma vez que os lucros monetários gerados pela presença da Samarco²⁰ e Petrobrás²¹ são bem mais significativos. Portanto, de acordo com este informante “a pesca não representa uma economia forte para o município”, porém considera que essa atividade “é significativa do ponto de vista cultural”, por ser uma atividade que caracteriza o município como atrativo turístico.

[...] a pesca foi a primeira atividade comercial exercida no município. As comunidades se fizeram em torno da pesca. Todas as pessoas têm parentes pescadores próximos. Se a pesca cair mais do que está caindo, o município estará perdendo a sua identidade. O pescador tem um potencial para o turismo, o pescador como alavancador do turismo. Os pescadores de Anchieta são chamados de *Maratimba*. *Informante GP3*

O referido informante classifica a pesca em quatro grandes tipos em função das atividades que os pescadores exercem e o modo como as desenvolve. O primeiro tipo é por ele denominado de “Grupo do Peixe Fresco”. Este grupo é formado por pescadores com pouca autonomia de pesca, utilizando geralmente meios técnicos mais rudimentares, como pequenas embarcações a remo e rede para colher os peixes. Estas embarcações são conhecidas como “baiteras” ou simplesmente “canoas”. Pescam robalo, polvo e tainha e seu alcance territorial é bastante limitado, restringindo-se às proximidades da costa. Por isso, seu dia de trabalho começa cedo pela manhã e acaba no início da noite,

²⁰Fundada em 1977, a Samarco é uma empresa com processo único de produção, que contempla lavra, beneficiamento, transporte, pelotização e exportação de minério de ferro. A Samarco tem duas unidades industriais – uma em Mariana/Ouro Preto-MG e outra em Anchieta-ES – e ocupa hoje a segunda posição no mercado transoceânico de pelotas, comercializando 100% de seus produtos para mais de 15 países na Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Américas. O controle acionário da Samarco pertence à Companhia Vale e à BHP Billiton. Cada uma detém 50% das ações. Informações disponíveis em www.samarco.com.br.

²¹A Petrobrás possui no município de Anchieta uma estação de tratamento de gás e está realizando a construção de seu terminal marítimo para exploração de hidrocarbonetos.

logo depois do pôr-do-sol quando as condições do mar permitem. Esta é outra característica importante: dadas as condições técnicas rudimentares, este tipo de pesca é muito dependente das condições climáticas e das marés. Quando o mar não permite, não há trabalho de pesca. Percebe-se que a concepção de “autonomia” do informante está relacionada à capacidade de permanência no mar, que tem desdobramentos sobre o tipo de pescado, sua conservação e, posteriormente, sobre os processos de comercialização, como trataremos mais adiante. O informante também nos relatou que em Ubú e Parati há muitos pescadores que trabalham desta forma, usando “baiteras”.

O segundo grupo, na visão do informante, é o “Grupo do Peixe Semifresco”. Este é formado por pescadores que utilizam embarcações de tamanho médio, motorizadas que, portanto, conferem maior autonomia aos pescadores, em termos de tempo de permanência no mar e de enfrentamento de condições climáticas desfavoráveis. Com isso, os pescadores ficam de dois a três dias no mar e se afastam um pouco mais da costa e dos limites do município. Os barcos são grandes o suficiente para ter “camas” nas quais os pescadores descansam quando alternam turnos na pesca. Geralmente a rede de arrasto é lançada pela manhã e retirada à tarde. A rede faz o arrasto do camarão, mas também pescam com linha e espinhel.

O terceiro grupo é descrito como o “Grupo do Peixe no Gelo”. Neste caso, os barcos são bem maiores²² com uso de espinheis para captura do peixe. A técnica de pesca é similar àquela empregada pelo “Grupo do Peixe Semifresco”, mas com ampliação da dimensão dos equipamentos de pesca e da embarcação, proporcionando maior autonomia de pesca. Com isso, aumenta-se o tempo de permanência do pescador em alto mar. Essa ampliação do tamanho do barco possibilita ter “espaço” para cama e “cozinha”, garantindo um mínimo necessário para que os pescadores fiquem de 10 a 30 dias em alto mar.

Por fim, o quarto grupo recebe a nomeação de “Grupo de Pescadores da Praia Central”. Este é constituído por pescadores que utilizam a técnica de pesca de balão também conhecida como “giribá” na beira da praia. Não é uma pesca de “valor comercial”, tem a finalidade de ser complemento na alimentação das famílias de pescadores, portanto relacionada à segurança alimentar das famílias e à sua economia reprodutiva. A

²²O informante menciona que essas embarcações têm tamanho acima de 10 TAB. “TAB” é uma unidade de medida que significa “Tonelagem de Arquiação Bruta”, isto é, trata-se da relação de tamanho e peso que o barco pode comportar.

relevância desse quarto grupo também está relacionada a aspectos socioculturais, não sendo significativo, estritamente, do ponto de vista econômico.

O informante GP4 caracteriza a pesca a partir do tipo de peixe pescado, do envolvimento dos pescadores na atividade e da influência das indústrias petrolíferas no município levando os pescadores a abandonarem a pesca e a buscarem qualificação para trabalhar na construção civil. Mas, a partir da notícia de que a Baosteel²³ não viria mais para o município, houve “um movimento de retorno desses pescadores para suas antigas atividades”. Considera como característica da pesca a redução do número de peixe em função da presença da Samarco, e as condições precárias dos barcos e equipamentos da atividade pesqueira: “os barcos e equipamentos são velhos, sucateados”.

Diferencia os pescadores em função dos equipamentos usados para pesca, área onde é desenvolvida a atividade e tipo de peixe pescado: pesca de arrastão, pesca de canoa, pesca de mar aberto, pesca de camarão. Considera que “a crise atinge mais o pescador menor, o de camarão”.

A classificação dos tipos de pescadores está relacionada aos apetrechos utilizados na pescaria, ao modo de trabalho, ao tempo de permanência no mar e ao tamanho da embarcação. A diferença está na modalidade de pesca e não no pescador em si.

Pescador é tudo igual, o que muda é o que ele usa pra pescar, se é rede, se é espinhel, anzol de linha, gaiola. A diferença é isso, cada modo de trabalho, mas no resto é tudo igual. A gente trabalha mais com espinhel com anzol essas coisa, mas tem gente que trabalha com rede, com lagosta, gaiola. *Informante P7*

Tem pescador que vai e volta no mesmo dia, aqueles dos barcos pequenos, que pesca camarão. Quando tá liberado né. [...] as marisqueiras vão todos os dias, elas estão chegando aí, elas pegam sururu. Daqui a pouco elas estão aí, tirando a casca, desmanchando marisco [...]. Esses barcos mais pequenos sai às quatro da manhã e a tardezinha estão voltando, vão de duas a três horas mais ou menos daqui pra fora. Agora pra pescar camarão é ali, há uma meia hora. *Informante P7*

Ah, tem. Tem. Tem pescador de água doce, que pesca mais na lagoa. Tem os que pesca mais no rio. Tem uns pescador aqui de camarão que pesca aqui no litoral se passa pra fora acabou o pescador, que enjoa num se dá bem na pesca né? A de alto mar. [...] ah, eu sempre pesquei em alto mar, mas eu comecei em pescaria de rio, aí depois, naquela época era barco a pano,²⁴ a gente ia aí pescar pargo, peroá [...] é do mesmo feitio, só que não tem motor. *Informante P7*

Tem diferença no pescado, uns pesca no Abrolhos, outros camarão. Eu pesco mais camarão, tem pesca de linha. A maioria é linha, linha, espinhel. *Informante P7*

²³ Principal siderúrgica da China.

²⁴ Barco a pano é segundo o informante um barco sem motor.

Embora a categorização em diferentes tipos de pescadores esteja dada pelos elementos que caracterizam as modalidades de pesca e não na figura do pescador, há uma diferenciação de tipos diferentes a partir das suas preferências e habilidades de pesca, de ser menos ou mais qualificado, enfim do seu jeito de ser e atuar na atividade pesqueira.

Ter, tem, tem gente que gosta de pescar de um jeito outro de outro, ninguém é igual, cada um faz um serviço que entre aspas, ele acha que é bom pra ele né? Um trabalha com balão de um jeito, outro trabalha de outro. Um trabalha com peso mais leve, outro com peso mais pesado. Tem uns que trabalha mais no fundo, outros mais no raso, entendeu? *Informante P5*

Como assim? Mais qualificado ou menos qualificado? Tem pescador que só faz aquele tipo de coisa e existe outro pescador que faz a pesca de camarão, a pesca de rede. Tem aquele que engloba todo tipo de pesca. Tem outro que faz um tipo de pesca [...] na outra situação ele não vai se dá bem, fica só naquele setor. *Informante P5*

A classificação dos pescadores em diferentes tipos está atrelada à concepção de coletividade em que o indivíduo faz parte e estabelece uma relação de reciprocidade entre um grupo de iguais. E o diferente é aquele que não faz parte desse coletivo, não se integra e o representa negativamente.

Ah, tem. A pesca agente depende muito um do outro, tem gente que não se mistura com o grupo que gosta de ajudar, que um ajuda, que faz um pelo outro. Tem o grupo dele, que só ele, um critica o outro. Tem diferentes pescadores, tem aqueles que ficam fora criticando, não vem pra saber como são as coisas. Um grupo, B.²⁵, eu, o grupo de A. que tá mais ligado a Colônia. É dividido. E esse outro grupo que não chega não se interessa em participar, mas gosta de criticar. *Informante P5*

Aqui tem pescaria de arrasto, de rede de balão. *Informante P5*

O pescador é também categorizado como profissional ressaltando a aquisição de embarcações maiores e melhores equipamentos de pescaria. Porém destaca-se que esses apetrechos não garantem a obtenção dos rendimentos almejados com a pescaria.

Meu filho tem quatro barcos, ele é pescador profissional, tem tudo coitado, mas não tá correndo nada. Tem que colocar muito aparelho e ter um barco maior, mais de potencia pra poder sair pra fora e ficar mais tempo e pegar mais peixe. Aqui tem 12 barcos grandes e dez pequenos, em Anchieta fica cheio de barco. *Informante P6*

Desta forma as tipologias de pescadores artesanais estão relacionadas à modalidade de pesca, às técnicas de captura do pescado e aos demais elementos que caracterizam a categoria. Dentre esses elementos destaca-se a nomeação dessas tipologias, a par-

²⁵ Embora tenho sido citados nomes, optamos por manter o sigilo da identidade dos atores citados. As iniciais escolhidas obviamente não correspondem aos nomes verdadeiros citados.

tir da concepção de coletividade em que o pescador faz parte e estabelece uma relação de reciprocidade entre um grupo de iguais e aqueles que perpassam pelo aprendizado da atividade condicionado a características da região onde o pescador desenvolve seu trabalho e constrói uma história de vida garantindo a reprodução social da família.

3.1.2. A pesca artesanal

De acordo com depoimentos dos informantes privilegiados, a atividade de pesca em Anchieta é tipicamente artesanal e categorizada a partir de descritores estritamente relacionados à atividade de pesca e também por aqueles do cotidiano familiar, cabendo à família o papel da transmissão de conhecimentos e saberes acerca da pesca artesanal.

De acordo com pescador informante P1, a caracterização da atividade pesqueira envolve vários segmentos e está relacionada, como afirmamos anteriormente, ao local e modalidade de pesca, às espécies de peixe e utensílios utilizados na pesca, bem como ao tamanho da embarcação e tempo de permanência do pescador no mar. As falas transcritas na seqüência nos ajudam a adentrar na caracterização da pesca em Anchieta a partir da voz dos pescadores envolvidos na organização da categoria.

A pesca aqui se caracteriza desde a área de mangue com catadores de caranguejo, que são pescadores que têm menos recurso. Tem pesca de arrasto de camarão na Baía de Anchieta. No mar aberto a gente usa anzol de linha. São aqueles que vão e voltam no mesmo dia. Já a pesca oceânica, com grandes embarcações até 25 dias na costa capixaba, Bahia e Rio de Janeiro. [...] tem as marisqueiras, as mulheres que fazem cata de cochinhas de praia e extrai sururu do costão. Tem vários segmentos. E tem também o cultivo de mexilhões em mar aberto da associação AMA²⁶. *Informante P1*

Na perspectiva do pescador informante P4, a atividade pesqueira em Anchieta é basicamente artesanal e se constitui na principal fonte de renda do orçamento familiar.

Aqui em Anchieta a pesca é artesanal mesmo. É a pesca da beirada²⁷ de remo e com rede apenas aqueles que têm barco é que vão mais longe. A pesca depende muito da natureza [...] a pesca é que mantém a família, com a pesca que pago contas de água, luz, remédios e as despesas da casa [...] tem alguns momentos que minha esposa pesca junto comigo, ela vai no barco e até rema. Em outros ela trabalha na extração do marisco e no beneficiamento (limpeza) do pescado. *Informante P4*

De acordo com pescador informante P2, também pescador, essa classificação em diferentes tipos de pescadores está relacionada à “arte” que o pescador utiliza para cap-

²⁶ Associação dos Maricultores de Anchieta envolvendo a organização de pescadores e pescadoras.

²⁷ “Beirada” é a faixa imaginária que se encontra a mais ou menos uma milha da praia. Uma milha corresponde a aproximadamente 1.400 metros.

turar o peixe, à localização onde acontece a pescaria e o tempo de permanência do pescador no mar.

A diferença não é do pescador, é da arte que ele usa pra fazer esse pescado. Tem barco que só usa um determinado tipo de aparelho, então o pescador está habituado a trabalhar com aquele tipo de aparelho. No sul é a pesca de vara, o peixe chamado de atum. A modalidade de pesca é diferente do norte para nossa região e da nossa região para o sul, a região de Santa Catarina. A modalidade de pesca é diferente porque o peixe é diferente. Se ele muda de região ele vai sofrer uma pequena adaptação, então ele vai se adaptar àquela outra modalidade. [...] Quando é chamado de pescador artesanal, quer dizer ele vai pescar e retorna no mesmo dia, esses pescadores são chamados de pescadores artesanais, não fica muito tempo no mar. Esses no período do defeso vai ter apoio, vai ter apoio do seguro desemprego. O pescador profissional de alto mar, esse não tem defeso, não tem apoio. *Informante P2*

A classificação dos diferentes tipos de pescadores, além de estar relacionada aos elementos que identificam e caracterizam a atividade pesqueira, perpassa pelo aprendizado da atividade, que, de certa forma, está condicionada à realidade de pesca do pescador, ou seja, aos recursos e características da região onde desenvolve seu trabalho. No entanto parece ser passível a superação das dificuldades de adaptação para um novo aprendizado pesqueiro. Nesse sentido alguns pescadores têm buscado diversificar suas habilidades de pesca, tornando “pescadores mesclados” para transitar entre as diferentes modalidades. Os depoimentos a seguir nos ajudam a compreender esta necessidade de aprendizado.

Sim. Tem diferentes pescadores. Cada grupo tem sua área de atuação. Tem grupo que aprendeu pescar só no mangue e fica difícil pra ele se adaptar, vai ter dificuldade, mas se adapta. É mais difícil a coisa mais mesclada. Eu sou mesclado: mar aberto, camarão e mexilhão, porque eu cresci dentro do barco praticamente, eu aprendi tudo que tinha pra aprender sobre a pesca. No arrasto de camarão, vende o pescado fresco. Já na pesca de mar aberto, congela o peixe. Nesse caso vende o barco fechado, não é vendido como peixe fresco pra um e pra outro não. *Informante P1*

Tem diferentes tipos, tem pescador que ele trabalha só com camarão, não sabe trabalhar com outro tipo de pesca, tem aquele que só sabe trabalhar de linha, tem aquele que só sabe trabalhar de rede, tem aquele que só sabe trabalhar em Abrolhos ainda, e tem aquele que só sabe trabalhar no Sul. Só mexe com uma espécie só. Tem camaroneiro, os rendeiro. Eu pesco camarão, com rede, pesco em Abrolhos. *Informante P3*

Ao caracterizar a atividade pesqueira o pescador informante P4 faz uma diferenciação entre o que é “artesanal” para o governo, leia-se o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), e o que é “artesanal” para o pescador.

Pesca artesanal para Ibama são embarcações de até 10 toneladas, acima desse valor já seria industrial. O Ibama utiliza como parâmetro o tamanho das embarcações. A pesca artesanal para pescador é toda pesca manual. Para se caracterizar como pesca artesanal não deve predominar o tamanho do barco, mas

sim a pesca manual. Para ele o pescador seria industrial as embarcações maiores, acima de 20 toneladas que não utilizassem a pesca manual, mas sim equipamentos sofisticados. Para nós pescadores a pesca artesanal significa pesca manual, sem equipamentos sofisticados para captura do peixe. *Informante P4*

A diferença entre as concepções de pesca artesanal, a qual o pescador nos chama a atenção, nos remete ao modo como as nomeações são construídas a partir das intenções de quem nomeia. O Ibama busca um critério e uma racionalidade técnica, o tamanho do barco, para criar distinção entre os pescadores. Esta distinção, inclusive, lhe possibilita fiscalizar e monitorar a atividade pesqueira. Para o pescador, na sua fala, esta distinção deveria ser outra, relacionada ao uso de equipamentos sofisticados. Se o pescador dispõe somente de sua força física, “manual”, então o tipo de pesca é “artesanal”. A nomeação é construída a partir do critério da experiência cotidiana e da observação do vivido.

Em dado momento de sua fala, ao fazer a afirmação de que “a pesca é igual em toda região pesqueira”, o informante faz referência aos tipos de peixe pescados e aos instrumentos utilizados na *pesca de beirada* no Espírito Santo, na Bahia e no Rio de Janeiro. Ele menciona que a única diferença está relacionada a alguns fatos. Em Anchieta não é realizada a pesca de atum, também não se utiliza traineira²⁸ e arrastão na pesca e as grandes embarcações vão para o Estado da Bahia.

O informante GP2 caracteriza a pesca como artesanal utilizando como critério os indicadores das espécies de peixe pescado, dos utensílios/equipamentos usados para pescar e do período de permanência do pescador no mar. Esse período é determinado em função do tamanho da embarcação e das condições que esta oferece para armazenamento do pescado. Ele também considera, em concordância com os depoimentos dos demais entrevistados, que tem ocorrido uma diminuição da quantidade de peixe e também da área disponível para pesca em função da presença de empresas petrolíferas como a Samarco e vinda da Petrobrás com as pesquisas sísmicas.

A pesca é completamente artesanal, é uma pesca de rede de arrasto manual que ainda existe. O Camarão artesanal com arrasto de balão. A pesca de barco com três a quatro dias no mar, uma embarcação pequena. Tem também os barcos maiores com a pesca em profundidade com espinhel, são barcos que ficam no mar em torno de 30 dias. *Informante GP2*

²⁸Uma traineira é um barco que tem essa denominação em função da rede ou “traina” (que é uma rede que se usa para a pesca da sardinha e de outros peixes) utilizada na captura do peixe. A pesca de traineira é realizada em mar aberto distante da costa por barcos a motor. Geralmente são barcos que possuem sonda para auxiliar na localização dos cardumes.

Esse informante diferencia os pescadores fazendo referência à classificação destes como artesanais e profissionais, a partir da distinção presente na “carteirinha” de identificação da categoria.

Tem nomenclaturas que eles próprios usam como: marisqueiros, catadores de caranguejo, pescadores de fresco e pescadores de gelo. Temos os pescadores que são artesanais, são esses da beirada com arrastos manuais e com barcos não motorizados. Tem a pesca de balão. A pesca de três dias no mar. A pesca de 30 dias no mar. Na carteirinha tem o que é artesanal ou profissional. O artesanal é uma pesca mais simples que a profissional. Tem uma grande quantidade de Marisqueiros a maioria mulheres, mas tem homens também essa é uma pesca dos costões. Tem também os catadores de caranguejo. *Informante GP2*

É recorrente na fala de alguns informantes a categorização dos pescadores como artesanais, profissionais, e industriais: “pela lei são pescadores profissionais artesanais: barco abaixo de 10 tab ou não são embarcados. São pescadores armadores, os industriais: acima de 10 tab”. *Informante GP3*

3.2. Descrição do trabalho do pescador

A descrição do trabalho do pescador consistia em um dos objetivos da observação participante que se materializaria através do acompanhamento da rotina que envolve a prática cotidiana da pesca artesanal. Com essa finalidade realizamos o acompanhamento do trabalho do grupo de marisqueiras de Inhaúma.

3.2.1 O trabalho das marisqueiras

O acompanhamento do trabalho desenvolvido pelo grupo de marisqueiras de Inhaúma teve como finalidade a caracterização da pesca artesanal visando compreender o contexto de construção das falas sobre o universo dessa categoria e também acerca do acesso ao Pronaf. Além da busca por estabelecer certa proximidade/familiaridade vivencial da pesquisadora com o objeto de estudo.

Foi possível observar e apreender alguns aspectos do cotidiano de mulheres e homens na atividade pesqueira durante o acompanhamento da rotina de trabalho de uma família marisqueira que reside em Inhaúma, uma comunidade de pescadores em Anchieta-ES, onde a pesca é a principal fonte de renda das famílias.

Minha inserção nessa comunidade se deu através do padre que aí desenvolve trabalhos sociais. Inicialmente fui apresentada à coordenadora da creche local, que me

apresentou três informantes. Estes fizeram uma caminhada pela comunidade comigo. Um desses jovens apresentou-me dois pescadores mais antigos que posteriormente foram entrevistados. No decorrer dessa caminhada pela praia conheci o referido grupo de marisqueiras. Nesse momento ficou agendado que retornaria para acompanhar um dia de trabalho e entrevistar alguns integrantes do grupo.

Na data combinada fui a Inhaúma para acompanhar um dia de trabalho de uma família marisqueira. Tomamos café da manhã e ficamos aguardando “a maré secar pra sair pra pedra e rancar sururu”. As marisqueiras se orientam pela marca d’ água nas pedras para saber o melhor momento de sair em busca do sururu. Quando elas mencionam a palavra *pedra* estão fazendo alusão ao local de onde os mariscos são retirados. Anunciaram que a maré estava secando e que já estava na hora de ir na pedra. A marisqueira, seu pai, seu marido e eu fomos à pedra em busca do sururu. A marisqueira dizia que “hoje vamos arrancar pouco sururu, só mesmo pra completar a carga, uns quatro sacos só”.

Os pescadores que estão em terra acompanham as esposas na *pedra*. O esposo da marisqueira está em terra em função de um acidente nas mãos que teve quando estava embarcado. Relatou que teve um problema no motor do barco e quando foi verificar teve que agarrar na lâmpada para não cair em cima do motor e evitar prejuízo maior, considera que se caísse em cima do motor iria machucar ainda mais. O papel dos pescadores junto ao grupo de marisqueiras consiste em auxiliar no trabalho carregando os sacos com sururu e levando o barco como suporte para as marisqueiras que vão numa canoa, amarrada ao barco com uma corda. O pai da marisqueira foi na canoa, remando, e o seu marido foi no barco. Eu também estava na canoa. Eles diziam que o *mar estava bravo*, que geralmente naquele horário a maré já teria secado. Paramos nos costões da praia de Santa Helena para arrancar sururu. A marisqueira arranca o sururu e seu marido segura um balde onde armazena o marisco. Quando esse balde fica cheio, o sururu é jogado na pedra onde será amassado com os pés para separar os menores que serão devolvidos para o mar. Como eles diziam o *mar estava bravo* e isso dificultava o trabalho.

O pai da marisqueira dizia: “não gosto de arrancar sururu, espinicar até gosto, mas arrancar não. Lá fora é bem melhor num tem essa trabalheira toda, quando o peixe vem ocê pega”. O marido da marisqueira também considera que arrancar sururu é muito trabalhoso: “é trabalhoso demais, ela só faz pra ajudar a mãe dela senão não fazia, tem que arrancar depois aquilo que cê viu lá” (está se referindo ao processo de *espinicar o*

sururu). Quando vinha onda, a marisqueira comentava: “ta vendo Cristiana como que é, num é fácil não, já pensou todo dia assim, essa é nossa vida”. Nesses momentos a marisqueira e o pescador sempre falavam: “Cristiana, cuidado aí, a onda ta forte, fica mais pra lá se não ela te derruba”.

Encontramos nas pedras um pescador aposentado que tava pescando para o almoço e para passar o tempo: “já sou aposentado, agora pesco só pra passar o tempo e fazer um peixinho em casa. Mas quando ia pra fora pescava muito [...] já peguei muito tempo” (está se referindo aos temporais, tempestades, ventanias em alto mar). O *sururu* foi ensacado e o marido da marisqueira levava os sacos até a canoa. Ele comentava que a esposa tinha falado em 04 sacos, mas ele tinha contabilizado seis sacos de *sururu*.

Chegando em terra observei que tinha algumas pessoas esperando e dentre elas estava um senhor que eu havia entrevistado na primeira ida ao campo em Inhaúma. Ele me perguntou se não passei mal, eu disse que não. Depois duas meninas jovens perguntaram se gostei da vida? Antes que eu respondesse, a marisqueira disse: “essa aí pode até ir em alto mar que num passa mal não”.

Tinha planejado voltar pra casa quando chegasse do mar, mas convidaram para o almoço. Então aceitei o convite. Enquanto o marido da marisqueira preparava o peixe para o almoço, as mulheres colocavam parte do *sururu* para ferver. Quando chegamos o fogo já estava acesso. Logo saiu a primeira panelada de *sururu* e começamos a *espinicar* o *sururu*. Elas fervem o *sururu* numa panela de alumínio em fogueiras improvisadas e em seguida fazem o minucioso trabalho de *espinicar* o marisco.

Paramos para o almoço, almoçamos, descansamos um pouco e retornamos ao trabalho de *espinicar sururu*. Nessa etapa os homens também participavam. Nesse momento as pessoas comentavam sobre a vida em comunidade, sobre os churrascos que fazem nos finais de semana e feriados, sobre gravidez na adolescência, sobre briga conjugais/ciúmes. O pescador esposo da marisqueira é o cozinheiro do barco de seu filho. Relatou algumas vivências *lá fora, em alto mar* e enfatizou sobre o *rancho* dizendo que eles levam muita comida porque lá fora os pescadores comem muito.

Comentava que “em Abrolhos havia muitas adolescentes de 13 anos grávidas e o pescador que não tem cabeça o que ganha fica por lá com mulherada”. Relatou casos em que o pescador abandona sua família e fica por lá mesmo.

Outras mulheres foram chegando para ajudar a *espinicar sururu* e perguntavam quem eu era, se era casada, se tinha namorado. Brincavam dizendo que eu era *a mais nova marisqueira* do grupo. Enfim a conversa girava em torno das festividades da comunidade, do que gostam de fazer nos finais de semana, das vivências dos pescadores e relações sociais do grupo. Fui convidada para retornar e passar um final de semana com eles. Durante o almoço a marisqueira relatou-me sobre o problema de saúde do filho e sobre o termino do namoro da filha.

Meu filho a gente vê ele assim e num fala, graças a Deus, acho que foi mesmo porque eu tenho muita fé, os médicos falaram que depois dessa cirurgia que ele fez todos passam por mais três e até agora ele só fez uma e tá recuperando muito bem, aqui onde moro, na praia é bom pra ele. Ele nasceu com miocardite, o coração dele não é igual ao nosso não [...] tenho uma filha também, ela terminou o namoro de quatro anos, um bom rapaz, meu filho fala que o namorado dela é o melhor amigo dele [...] mas ele tem um defeito ciúme demais, acredita que ela não pode sair pra lugar nenhum, ela gosta de balada e ele é caseiro mesmo. No carnaval o pessoal daqui juntou foi pra praia dos coqueiros tomar uma cervejinha e ela falou com ele que ia, até comprou biquíni coitada, tanto tempo que nem biquíni comparava pois ele nunca sai. Então tava tudo combinado, ele veio pra cá e na hora de sair disse que não ia, ela falou que então ia sem ele pois tinha combinado e ele tinha dado a palavra e fez ela gastar com biquíni [...] terminaram por uma bobeira [...] mas agora falei pra ela mesmo, tem que arrumar namorado que tem carro ou moto que aqui não vai durmi mais não, a gente se apegar. Com ela aqui não vai dormir mais não, só depois que terminar de aumentar a casa e no quarto com irmão dela. *Informante P8*

O trabalho das marisqueiras envolve toda a família, crianças, mulheres, homens idosos e jovens que auxiliam no momento da limpeza do marisco. Embora as mulheres participem em diversas atividades do setor pesqueiro, dentre elas a cata de mariscos, muitas vezes o fato de a pesca ser vista como uma prática tipicamente do universo masculino, contribui para a invisibilidade desse trabalho.

A marisqueira relatou que apesar de gostar do trabalho que desenvolve, ainda trabalha na *cata de sururu* porque não tem alternativa, ressalta que está cada vez mais difícil realizar esse trabalho em função do problema de coluna que adquiriu com esforço e movimentos repetitivos de se baixar e levantar que a cata do sururu exige. Enfatiza que o momento mais difícil com mais dor é quando se deita para dormir com os corpos exaustos e doloridos. Uma das mulheres comentou que pra conseguir um preço melhor tem que levar o marisco para feira em Guarapari. Ela não consegue levar, pois tem problema na coluna e por isso vende para um rapaz que revende na feira. Apesar das dificuldades e limitações do trabalho as marisqueiras demonstram gostar do que fazem.

No entanto, evidenciam que esse trabalho e todo esforço que requer para desenvolvê-lo não é reconhecido pela sociedade. Enfatizam que o sururu não tem valor co-

mercial para aqueles que trabalham como marisqueiros. O valor agregado na comercialização do produto é o lucro do atravessador: “se você for num restaurante aí vai vê que o sururu é caro e eles falam que ta caro porque o preço do sururu ta alto, só que quem vende pra eles não é a gente. Quem compra da gente e passa pra eles é que tá ganhando”.

O grupo de marisqueiras também se constitui como tipologia da pesca artesanal. Na organização e divisão social do trabalho é predominante o envolvimento da força de trabalho familiar. Enfrentam assim como os pescadores dificuldades na comercialização com dependência da figura do atravessador. Essa atividade garante a subsistência da família, principalmente quando os pescadores homens estão em alto mar. As filhas e filhos de pescadores auxiliam na atividade, mas essa não faz parte de seus projetos de vida. Embora essa seja uma atividade que envolva todo o núcleo familiar, são as mulheres que mantêm essa tradição. Os pescadores atuam como marisqueiros quando estão em terra e nos períodos de defeso, já para as mulheres essa é uma atividade predominante. Enfim, acompanhar a rotina de trabalho desse grupo possibilita compreender elementos que caracterizam a pesca artesanal e nomeiam diferentes tipos de pescadores em mais uma alternativa de renda dessa categoria, importantes elementos para se considerar na estruturação das políticas públicas.

3.2.2. Mudanças na pesca artesanal

De acordo com os pescadores, a atividade pesqueira não é valorizada pela sociedade e por isso o valor financeiro do pescado é baixo. Para o pescador, a pesca é uma atividade árdua e que deveria ser valorizada por propiciar à população um produto alimentício.

A pesca não tem reconhecimento em terra e lá fora é muito difícil e chega em terra eles querem o peixe barato e ninguém valoriza o que o pescador faz, tem gente que não gosta de pescador, mas eles comem o peixe que a gente traz. *Informante P7*

A escassez de peixe tem sido recorrente no discurso dos pescadores. Eles associam essa carência ao excesso de embarcações e aos aparelhos introduzidos na pesca, levando o pescador a permanecer mais tempo em alto mar em busca do pescado.

Naquela época²⁹ a pescaria era boa. Agora tá ruim, a pescaria fracassou muito. Eles vão pescar lá fora e num arruma nada coitado, a pescaria fracassou pra caramba. Agora tô afastando né, pra vê se tem mais um pouco de vida né? Eu num pesco que fiquei acidentado, quebrei a bacia, mas se for pra pescar a gente pesca, mas não ta precisando né, a gente ta encostando, né. Antes tinha pouco barco, agora tem muito barco e muito aparelho, muito aparelho acaba com o peixe, na minha época dava muito peixe. A pesca aqui hoje leva dez, 12 dias de mar, antes com cinco, seis dias de mar trazia muito peixe, a gente não perdia viagem. *Informante P6*

De primeiro era de linha, agora é de espinhel, 300 a 400 anzol, de sete em sete braço um anzol, aí larga no mar né, vai embora, vai embora [...] hoje tá difícil que não tá tendo mais o peixe, tem muito pescador e pouco peixe. Agora dá um lance de rede de arrasto e num tira nada, antes pegava 1000 kg quase todo lance. *Informante P6*

Tem muito barco e com isso tá com escassez de peixe, aí tem que ficar uns 12 dias lá fora pra conseguir pescar. *Informante P7*

Agora tá ruim, bom fica depois de agosto com o dourado. *Informante P7*

É muito barco, é muita raça de barco nesse marzão, o mar é grande, mas o que já tem de barco nessa área nossa aqui... Os nossos barcos é menor, mas os barcos maior tem que sair daqui pra Aracajú, Salvador. Porque aqui não tem mais peixe pra barco grande; o barco grande é mais dias 20, 25 dias, um mês. A diferença do barco grande para o pequeno é isso, tem que trabalhar mais dias e a despesa que é maior. *Informante P7*

Eu caracterizo o seguinte que aqui antigamente a melhor fonte de renda que nós tinha era a pesca. Só que hoje não tá mais como era antigamente né? Tá muito fraco, muita pesca que destruiu a natureza aí e tem muito peixe em extinção que não existe mais [...] muita pesca predatória também. *Informante P5*

A pesca diminuiu a produção. *Informante P5*

Além da escassez de peixe os pescadores se referem à dificuldade de comercialização do pescado.

A pesca aqui já foi boa, agora não tá boa mais. Não tem compradores, a produção ainda tem estágio bom de pesca, a gente trabalha mais com camarão. A venda que tá complicada. A quantidade de pescado tem peixe lá fora que não tem mais, o peroá sumiu de vez. Problema quando dá muito, ninguém quer. Mesmo tendo o mercado ali fica difícil de vender [...] Tava pescando camarão esses dias, escondido porque tá proibido, aí tive que parar por causa da fiscalização. Só que o defeso do camarão ainda não saiu até hoje. *Informante P5*

Tem pescador que está por cima da carne seca e ganha mais de que quem trabalha no jornal, [...] ela trabalha na profissão dela tem o ordenado dela (se referindo a mim, pois pensa que sou jornalista), eu tenho o meu [...] naquela época era difícil comprador, hoje eles chegam a brigar pra comprar peixe. *Informante P6*

Os pescadores relatam sobre acidentes em alto mar que acarretam na perda de companheiros de pescaria e mencionam casos de sumiço de barco. Esse assunto surge

²⁹ O entrevistado se refere à época em que ainda trabalhava na pesca. Na época da entrevista ele estava com 73 anos declarados.

também nas conversas informais com pescadores e gestores públicos que atuam na atividade pesqueira. Essa questão aparece atrelada aos barcos que os “navios passam por cima” em alto mar e que não se sabe precisar quantos pescadores faleceram em função disso, pois para as famílias constam como “desaparecidos”.

Já teve caso de sumi barco no mar, aí a gente fica meio assim, mas tem que trabalhar. Já perdi um companheiro no mar, ele caiu e só acharam o boné e sapato dele [...] lá fora não tem isso de saber nadar não, eu se cair no mar, morro só de susto [...] meu irmão perdeu a perna que a calça dele ficou grudada na hélice do barco, já tinha acontecido antes de a camisa dele ficar grudada e comer as costas. *Informante P7*

[...] tem que vigiar, tem o vigia, se não o navio passa por cima, esse bicho é nojento [...] em Piúma já morreu muita gente. Acontece quando tá todo mundo dormindo e não dá tempo de sair do navio. *Informante P6*

Os pescadores atribuem ao tempo uma valoração negativa – tempo ruim – relacionado às tempestades em alto mar, que dificulta o desempenho da pescaria. Porém quando o tempo está bom e facilita o desempenho da pescaria, os pescadores o valorizam positivamente.

[...] O tempo quando passa, o vento sudoeste o barco fica que vira e num vira, já passei muito aperto, é raras vezes que o tempo vem, mas quando vem ele revolta [...] nesse tempo não existia motor, era remo, remo a senhora sabe o que é né? [...] Hoje em dia tem mais recurso que os barcos tudo, tem rádio, de primeira não tinha isso aí a gente ficava lá esperando até passar uma pessoa e a gente abanava com um pano, com a mão. *Informante P6*

Ao contar sua trajetória como pescador o informante faz uma avaliação comparativa entre a pesca de seu tempo e a pesca atual. Ressalta que em seu tempo, apesar das dificuldades e limitações, conseguia-se pescar muito mais em relação aos pescadores de hoje, que dispõe de tecnologia e mais facilidades. Considera que no seu tempo os pescadores e mestres de barco tinham mais conhecimento da pescaria e sabiam mensurar os gastos e ganhos com uma embarcação.

[...] você acredita que pelo amor Deus hoje eles vão com aquele aparelho encima do pesqueiro, queria ver aquela época [...] vocês hoje chega lá e diz que não tem peixe com aquele aparelho. Cês tem que procurar pra consegui trazer o peixe rapaz. Que nós ia com pedaço de ferro e botava sabão no fundo pra conhecer aonde que era terra, aonde que era lama, hoje não. Hoje tem a sonda, tá sondando tudo, onde tinha lama não dava peixe se procurava pedra dava, hoje é uma facilidade terrível, esse tempo passado não era [...] já pesquei muito por aí afora, Salvador, Rio de Janeiro [...] hoje tá difícil que é muito barco, e tem tanto pescador, tá demais [...] antes a gente sabia quanto que cê levava de terra, pra saber o quanto que cê ia ganhar, hoje não, o cara sai daqui pra pescar e não sabe quanto vai de gelo, não sabe quanto vai de isca, quanto vai de óleo, não sabe nada. Eu falo pra qualquer um mestre aí, falo na vista de qualquer um deles, dessas canoas. *Informante P6*

Eu trabalhei em Santos, trabalhei num barco de 300 e tantas toneladas. Antão tudo da minha vida era pescaria, minha vida eu matava pescada que num era brincadeira não. [...] Hoje em dia não mata, que tem muito pescador, mas se parar numa comparação de um ano, mas três meses não adianta, mas se parar um ano o peixe encosta. Eu saia pra pescar com meus companheiro e ia embora, naquela época sem luz sem nada, isso foi 1947, não! 57, aí daí pra cá veio formando né, vei juntando mais gente[...] *Informante P6*

Ah, minha pesca foi terrível saia sem luz no barco, tudo escuro. Eu comecei com 22 anos, não, com 23 anos, eu entrei na pescaria que foi quando tirei minha cardineta com 23 anos. [...] eu quero vender tudo, essa crise que entrou agora, antes tinha gente querendo comprar que num era brincadeira, mas eu tenho fé em Deus que esse ano eu vendo tudo lá... é nove filhos, vai da mixaria pra cada um, aí vende tudo que dá certo, aí fica assim [...] meus filhos mora em baixo, mas né deles não é tudo é meu. Eu vou deixar tudo direitinho que eles não pode fazer nada [*referindo-se à reforma do sobrado*] [...] O cara da Samarco tava me comprano, [*referindo-se a um terreno*] pro cê vê menina, eles tava me pagando bem. *Informante P6*

Os pescadores fazem referencia ao tempo de duas formas distintas: o tempo/clima que é nomeado como bom e ruim a depender das condições favoráveis ou desfavoráveis para realização da pescaria. A outra referência trata-se do tempo/cronológico, o tempo passado e o tempo atual retratando a trajetória de vida do pescador. Enquanto na concepção de espaço o pescador traduz seu duplo universo: mar/terra.

A implementação de grandes projetos industriais (Samarco, Petrobrás) propiciaram certa dinamização da economia capixaba. Os impactos socioambientais desses projetos têm sido o principal fator de alteração do cenário da pesca artesanal no município de Anchieta, alterando negativamente as condições de trabalho dos pescadores, sobretudo dos artesanais que detém pouca autonomia de pesca para captura do peixe. A redução da área para a prática pesqueira consiste nos primeiros reflexos das transformações advindas do processo de desenvolvimento industrial petrolífero. A pesca, historicamente uma importante atividade desenvolvida do município, tem diminuído consideravelmente em função da escassez de peixe associada às pesquisas de sísmica desenvolvida pela Petrobrás, atividades petrolíferas, poluição dos estuários com esgotos, pesca predatória, excesso de embarcações e tecnologias usadas na captura do peixe. Em função disso aumenta-se a permanência do pescador em alto mar na tentativa de encontrar o peixe. Muitos em embarcações que não tem infraestrutura e equipamentos necessários para captura do pescado em alto mar, o que acarreta em conflitos com Ibama e Marinha.

Outra dificuldade identificada trata-se da dependência do atravessador para comercialização do pescado. Estão atrelados a essa figura por não terem condições de armazenar o peixe, pela característica da atividade que não permite disponibilidade de

tempo para negociar um “bom preço” e pelas relações de trabalho estabelecidas previamente, ou seja, o pescador quando sai para pescaria ele já adquiriu o “vale” e deixou com a família, logo essa pescaria trata-se do pagamento do “vale”. Além disso, a falta de qualificação em outra área dificulta aos pescadores a busca de alternativas para geração de trabalho e renda.

3.2.3. Família, jovens, aprendizado e sucessão

Além dos elementos que envolvem a “arte de pescar”, os informantes mencionam outros aspectos que influenciam nas características da atividade pesqueira em Anchieta, como o envolvimento da família nas diversas etapas da atividade pesqueira enquanto “mão-de-obra no trabalho” e como instituição definidora das relações de trabalho e da opção da modalidade de pesca.

A família de pescador, algumas são envolvidas na pesca, são poucas, a maior parte tem outros empregos, na prefeitura nas casas de família. Tem umas que ficam descascando camarão, no sururu, tem coisa ali que as mulheres fazem com mais agilidade, embalar, descascar, cozimento fica por contas delas. *Informante P1*

O pescador passa 30 dias no mar, tem um distanciamento da família, por isso que eu larguei o alto mar e hoje sou pescador artesanal. Eu optei próximo à família, vou e volto. Você perde a criação dos filhos, a identidade com a família, você não tem mais como dizer “ó você tá com nota baixa na prova”, “você tá matando aula”, “você tá no caminho errado das drogas”. E eu não vou perder a identidade com minha família nunca né? [...] Tem o vale³⁰, quando o pescador é casado, tem família, o vale é que dá uma segurança pra família, pois o pescador fica dias fora. *Informante P2*

As famílias valorizam o aprendizado da arte de pescar inserindo os filhos na rotina de trabalho da pesca. De modo geral estes não acompanham a “pescaria em alto mar” em função das atividades escolares. Atualmente auxiliam seus pais na “pescaria de beirada” na cata de sururu e na limpeza do pescado. Há uma transmissão intencional desse saber junto aos filhos para que não se perca essa trajetória, mas na maioria das famílias, de acordo com os depoimentos prestados, os jovens parecem não ser estimulados a construir seus projetos de vida a partir da pesca. Embora a pesca seja uma al-

³⁰ “O Vale” refere-se ao pagamento antecipado que o pescador recebe do seu “patrão” para deixar com a família e/ou pagar dívidas antes de embarcar. O vale é adquirido, às vezes, através dos comerciantes locais, pessoas que não estão envolvidas diretamente com a atividade pesqueira. Geralmente esse “patrão” é o proprietário do barco. Em alguns casos esse proprietário é “pescador mestre de pesca”. No entanto há situações que o mestre de pesca não é proprietário do barco, porém em alto mar ele é o dono do barco, pois é quem define os rumos da pescaria. Embora cada pescador tenha uma função específica no barco, toda a tripulação auxilia na pescaria.

ternativa de renda para essas famílias, os pais não fazem uma projeção de continuidade da atividade através dos filhos, por acharem não ser esta uma atividade valorizada socialmente. As falas a seguir são emblemáticas desta idéia.

[...] se eu tivesse agora um filho menor eu não aconselharia ele a pescar, devido às dificuldades, [...] não é mais igual antigamente, os órgãos não te trata como profissional, na hora de aposentar, você aposenta com uma coisa só, você pode trabalhar com dez barcos que sua aposentadoria é aquela coisa só. Dentro da pesca não existe um grau maior que o outro. Só nós mesmos que não sabemos fazer outra coisa e já virou cultura. É muito difícil, o pescador trabalha demais. É pior que aquele documentário que passou no Globo Repórter³¹ [...] aí foi em barcos grandes, a gente vai em barco pequeno. *Informante P3*

[...]eu que defendo a pesca, mas pra pessoas que querem começar na pesca agora e comprar um barco eu não dava nem uma iniciativa pra montar um barco, uma embarcação grande não. Tá muito difícil montar um barco: custo de manutenção, falta de tripulação, não consegue montar uma tripulação boa [...] baixo custo do pescado. *Informante P3*

No entanto, há casos em que a família estimula a participação efetiva dos filhos na atividade pesqueira pensando na garantia de uma aposentadoria na velhice destes. Essa valorização da atividade e estímulo aos filhos pode ser observada em algumas falas e depoimentos.

[...] meus filhos trabalham na pesca e no período do defeso fazem bico, trabalham sem carteira assinada. Oriento meus filhos para não desistir da pesca e para não assinar carteira por dois ou três meses, que não compensa. Se fizerem isso perdem a carteirinha de pescador e assim não terão feito a contribuição para o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) o que prejudica na hora da aposentadoria deles. *Informante P4*

Veremos mais adiante que essa valorização da transmissão de saber através das práticas entre gerações também está presente na fala dos gestores públicos que atuam junto à Secretaria de Pesca do Município.

Nesse sentido, retratam o envolvimento com drogas como uma dificuldade no desempenho da atividade pesqueira em alto mar que acarreta na inadimplência com Pronaf e, ou, na falta de credibilidade para aquisição do “vale”. O informante P7 refere-se à dificuldade de estruturar uma tripulação para barcos maiores, em função do uso disseminado de drogas, principalmente por pescadores mais jovens, que geralmente se inserem na pesca por falta de oportunidades de trabalho. A maioria desses jovens foi atraída pelos empregos temporários da construção civil, uma demanda que surgiu com a presença e ampliação das indústrias de exploração de petróleo no município.

³¹Trata-se de uma reportagem sobre os desafios da pesca industrial exibida no programa Globo Repórter da TV Globo em 21/11/08. Para maiores informações: http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0_GIM9147477823OS+DESAFIOS+DA+PESCA+INDUSTRIAL.00.html.

[...] Nós temos um problema difícil pessoas novas com consumo de droga, a maioria jovem que às vezes pega recurso e não consegue produzir, no setor pesqueiro tem muito, não se consegue formar uma tripulação, às vezes no meio de uma viagem tem que retornar que tem problemas e não consegui seguir [...] a pessoa pega o vale com patrão antes dele ir trabalhar e não vai. Muitas vezes, como ele ta nesse meio ele não consegue sair pra pescar. *Informante P1*

A partir das falas dos pescadores nota-se que os elementos de categorização da atividade pesqueira perpassam pelas modalidades de pesca desenvolvidas, pelas técnicas usadas na captura do peixe e por todo processo de comercialização do pescado. A família também se constitui em elementos de categorização dessa atividade a partir do envolvimento como mão-de-obra e como propulsora dos meios intencionais da aprendizagem dessa prática entre gerações.

Para o informante GP3 também destacou que há uma transmissão de saberes sobre a pesca entre gerações. Esta prática, na percepção do informante, tornou-se visível, para ele, na maneira como os pais orientam seus filhos quanto à localização dos pescadores no mar. Seu relato ilustra esta sua percepção.

Os pescadores se orientam pelo GPS e pelos pontos da costa. Historicamente eles se orientam pelos pontos da costa. O avô levou o pai, o pai levou o filho, eles têm um conhecimento do mar dos pontos onde é bom pra pescar. É impressionante, quando a gente sai junto, a gente pensa esse cara não vai voltar e ele vai ao ponto certo e eu acho que isso não é só passado de pai pra filho tem também o mestre de pesca que passa para os pescadores mais novos, esse é o “grande segredo do pescador”. *Informante GP3*

A família parece ocupar um lugar central na pesca artesanal, além de contribuir no incremento da renda familiar desenvolvendo atividades diversas relacionadas à pesca ou não, também tem influência significativa na opção que o pescador faz pela modalidade de pesca. Há relatos de pescadores que buscam trabalhar na *pescada de beirada* para ficar mais próximo da família e ter condições de acompanhar o desenvolvimento dos filhos.

O que eu mais pesco aqui é camarão né? Eu pescava em Abrolhos, mas desisti de Abrolhos porque lá é muito tempo no mar. Deus me livre, passava quase um mês fora de casa aí eu desanimei, aí fico mais no camarão que é perto, saio de madrugada e volto de manhã né? [...] Casei... aí no camarão todo dia cê tá em casa. Sai uma hora, duas horas da madrugada e aí oito horas cê tá em casa. Agora Abrolhos não. Abrolhos Deus me livre! A vida lá é outra a vida que você vive preso o tempo todo trabalhando e o dinheiro que ocê ganha lá fica lá mesmo, num da certo uá. No camarão cê vive mais com a família né, agora lá não. *Informante P5*

Quando cê tá lá três meses sem vê a família, ia lá pros lado de Fortaleza esquecia a família, Aracajú, Alagoas. Hoje não, hoje todo dia eu tô com minha família, vendo meus fi crescer, eu num via meus fi, tem um que tá com 11 anos hoje, e há quatro anos atrás eu num vi meus fi quase direito. Hoje eu consigo acompanhar meus filho na escola, eu num ia na reunião de meus filho, hoje não,

é eu é minha esposa, melhorou 100% pra mim, eu não posso reclamar de nada.
Informante P5

A preocupação com a família está sempre presente no discurso dos pescadores. Nesse sentido o *vale* oferece um mínimo de garantia financeira para auxiliar na manutenção dos gastos com a família enquanto os pescadores estão em alto mar.

As famílias fica aqui com quase nada, então a gente pega vale e paga na volta, agora se a pescaria foi fraca paga só uma parte do vale, que eles querem que a gente ganha também né? *Informante P7*

Há uma diferenciação entre pescador e agricultor, no sentido de justificar a dificuldade de participação e envolvimento do pescador na vida social. Essa diferenciação se pauta no fato do pescador transitar em dois mundos distintos, em *duas vidas*, terra e mar.

A vida de pescador é muito diferente da vida do agricultor na participação social e no convívio com a família. O pescador num tem nem como participar. O agricultor tá ali todo dia com a família, vendo os filhos crescer, tá sabendo do que tá acontecendo. Ele vai à missa, vai numa festa da escola. O pescador tem duas vidas, uma na terra e outra no mar, tem dois mundos. Se ele é solteiro quando chega em terra muitas vezes só bebe e quando tá em alto mar só pesca e mais nada, aí quando chega só quer saber de beber. Eu falei que só trabalhava lá fora enquanto tava solteiro e que quando casasse que num ia mais não. Agora só pesco perto, que todo dia tô em casa. *Informante P5*

A transmissão do saber sobre as práticas que envolvem a atividade pesqueira se dá através das gerações, os pais ensinam esse saber para seus filhos. O compartilhamento desse conhecimento ocorre também com pescadores iniciantes na atividade, que não tiveram vivência com a pesca. Geralmente são pessoas de outros estados atraídos pela oferta de emprego na construção civil que se deparam com o desemprego e vêm na atividade pesqueira uma possibilidade de geração de renda.

Eu aprendi a pescar com meu pai, eu vinha pra praia cedinho e depois à tarde ia pra escola, eu estudava, aí com 18 anos já sai pra pescar lá fora. *Informante P7*

Antes trabalhava em obra, aí não tinha emprego e o estudo era pouco, então foi o jeito virar pescador. No início foi difícil, enjoava no barco, aí fui costumando. A vida de pescador é muito difícil, quando a gente tá lá fora fala que não vai mais mexer com isso, mas quando chega aqui agente fica estressado e quer voltar, que lá a gente refresca a cabeça. *Informante P7*

Quem num tá acostumado é difícil, passa mal, enjoa demais por causa do mar. Mas depois que acostuma aí vai aprendendo. Igual o Mineiro, esse sofreu, coitado, só que agora já tá acostumado. *Informante P7*

A reprodução social da família de pescadores em Anchieta é intencionalmente estruturada a partir da transmissão dos saberes e elementos socioculturais que envolvem o universo da pesca artesanal e se constitui como fator determinante para continuidade

desse trabalho e modo de vida, mesmo “remando contra maré” dos grandes projetos industriais presente no município. Desse modo o Pronaf se apresenta como uma possibilidade para continuidade da atividade e reprodução social de pescadores artesanais desde que busque reestruturar a forma de concepção e operacionalização da política nas diversas esferas governamentais.

3.2.4. A organização dos pescadores para o trabalho e para a ação política

Na organização social do trabalho na atividade pesqueira cada pescador além de ter uma função específica, também auxilia na pescaria propriamente dita. Nessa divisão social de papéis há uma hierarquia estabelecida pela experiência e pelo conhecimento do espaço marítimo que confere ao *mestre de barco* o poder de decisão sobre a pescaria em alto mar.

Todos que estão no barco pescam: o mestre, os marinheiros³², mas cada pessoa tem uma função no barco. Tem o mestre de barco que é quem decide tudo, ele é que decide quando a gente vai pro mar, quando tem que voltar, fala onde tá bom de peixe. Tem caso que o mestre do barco é o próprio dono. Às vezes ele pode chegar pra gente e dizer: amanhã vamo embarcar, aí se o pescador tiver um problema pra resolver, ele fica e diz que vai na próxima que nessa tá com problema pra resolver. *Informante P7*

O mestre de barco tem que entender tudo, tem que saber tudo, naquela época num estudava, hoje tem curso, tem que saber tudo... saber quantidade daquilo que ocê vai prum lugar saber; saber se ir no fundo pra pescar, mas com esses aparelho aí qualquer um sabe minha filha. Naquela época num tinha nada, não, não tinha nada. Cê chegava assim num tinha nada só lama, aí dizia: esse aqui é um ponto atravessado. Um ponto atravessado é um ponto que cê sai assim do sul e vai pro norte e fica pra qui é razo e outro lado de lá é fundo, tá entendendo? Hoje aparelho que tem no mar é coisa extraordinária, num posso nem contar nada, é aparelho de tudo conto é lugar do mundo. Hoje eu pesco só pra fazer uma muquequinha. *Informante P6*

No barco trabalho sozinho ou com mais um, aí 30% vai pro barco, 33% pra cada um, tirando aí o pra pagar as despesas com gelo, isca essas coisas. Pra incentivar quem trabalha comigo, como tenho problema de coluna, tem vez que divido o que sobra por dois. Aqui quem faz isso é eu e alemão o irmão de Joldemar. Mas todo mundo do jeito que tava te falando. Ai quem é dono do barco tem os 33% livre. *Informante P6*

Eu conserto motor do barco quando é simples, agora se complicar tem que chamar pelo socorro. Às vezes não tem as ferramentas, a gente leva pouca coisa, que tem a comida, o rancho, o gelo, a isca. *Informante P7*

Eu cuido do gelo, dá dor de cabeça, você fica preocupado se o gelo vai dá, se os peixe vai perder. E tem gente que acha ruim, acha que você ta colocando muito gelo, aí eu falo vocês prefere sobrar gelo e o peixe perder? *Informante p7*

³² “Marinheiro” é uma designação utilizada pelos pescadores para se autoneomarem.

De acordo com informante GP1 a forma de organização do trabalho na atividade pesqueira não segue a lógica da relação patrão-empregado. O fato de ser proprietário da embarcação não garante ao dono o poder de decisão. Esse poder é exercido pela figura do “mestre de pesca”, que é quem intervém na organização do trabalho e decide quem participa do mesmo.

Uma coisa muito interessante na atividade de pesca é que se você é dono de uma embarcação de pesca e nunca pescou e chama um fulano pra trabalhar pra você, você não intervém nas pessoas que vão trabalhar não, ele é que vai chamar as pessoas que vão trabalhar. Não sei a relação na indústria, meu papel não é trabalhar com indústria de pesca, mas tenho muita vontade ainda de sair assim uma semana pelo Rio de Janeiro nas indústrias de pesca e gostaria de ouvir pescadores que estão na indústria. *Informante GP1*

[...] O mestre de barco é responsável por tudo. O dono do barco no mar é o mestre, entrou no mar ele que é o dono. *Informante GP1*

De acordo com os pescadores é necessário ter um processo de organização social que tenha a garantia da legitimidade de representação da categoria. É necessário também que os representantes tenham condições de desempenhar esse papel de representação defendendo efetivamente os interesses dos pescadores junto ao poder público local.

Os pescadores de camarão não receberam o defeso porque tem uma licença sem renovar desde novembro de 2008. É incompetência da Colônia e da SEAP. O problema que dificulta, é que a colônia tem funcionários da prefeitura, tem portaria, o presidente da colônia tem uma portaria e por isso está a serviço da prefeitura e não dos pescadores. Por isso que a Colônia não atua junto dos pescadores pra defender nossos interesses. O presidente deveria receber pelos pescadores e não pela prefeitura, pois ele tem que trabalhar para os pescadores, e é pra isso que a gente paga R\$100,00 por ano, poderia pagar até mais se ele fizesse alguma coisa, se olhasse pelo pescador defendendo o interesse do pescador. *Informante P6*

A organização social dos pescadores artesanais para o trabalho e para ação política configura-se a partir de elementos evidenciados numa interação social estabelecida pela hierarquia da divisão de papéis presente na pesca e conferida através da experiência e conhecimento do espaço marítimo e daquelas experiências vivenciadas no cotidiano. Desta forma a categoria pesca artesanal confere identidade social e política aos pescadores artesanais como sujeitos sociais “reivindicadores de direitos” no âmbito das políticas públicas e não apenas como “consumidores desses direitos”.

3.2.5. Os pescadores e suas relações com os mercados

Os pescadores pontuam que, além das dificuldades e falta de apoio, o pescador enfrenta outras limitações quanto à dependência da figura do atravessador para comercialização do pescado.

Pra te falar a verdade apoio que pescador tem é nenhum, ele só perde, tudo que vem pra ajudar ele nunca acontece nada. [...] o atravessador pega o pescado seu e tem que entregar que num tem como levar pra casa aí, cê traz 30 kg de camarão, mas não tem como estocar, é geral tudo é difícil pro pescador. *Informante P5*

Outro aspecto considerado pelos pescadores são as dificuldades enfrentadas nas relações de trabalho na atividade pesqueira, principalmente quanto à dependência do atravessador para comercialização do pescado. Essa dependência está relacionada ao tempo de permanência do pescador no mar, o que impossibilita ter disponibilidade para a comercialização direta com o consumidor. Além disso, o pescador não possui meios adequados para armazenar o pescado por um período mais prolongado. Por isso se torna dependente do atravessador.

[...] o atravessador ganha o mesmo tanto que a gente ganha [...] Não tem outro jeito, tem que entregar pro atravessador pra gente poder voltar com mais rapidez pro mar. O atravessador pega o barco fechado, então você não pode vender pro turista. *Informante P*

A percepção que os pescadores têm de si próprios e do seu trabalho no mar está relacionada à precariedade das condições de trabalho e a falta de valorização das atividades que desenvolve no processo de comercialização do pescado.

O tal do comprador, olhar mais pelo lado da gente valorizar o sacrifício que a gente passa lá fora. Lá fora a gente vai dormir lá pelas meia noite e quatro horas da manhã cê tá acordado. Vê se dá valor a gente? Cê chega aqui peixe tá três real o quilo, principalmente na safra do dourado. Ele dá bastante, dá muito, graças a Deus é um peixinho que rende, é que nos últimos anos o dourado já tá meio escasso também. Ele é acostumado a pegar em agosto. Ano passado todo mundo começou a pescar só em novembro. Já uma escassez, dois mês é muita coisa. *Informante P7*

A vida de pescador não é vida, é muito sofrida. Por isso fui trabalhar na construção civil. Tenho um barco, mas quem trabalha é meu irmão. Pescador sofre muito e quem fica rico são esses aí [*refere-se aos atravessadores*], eles têm carrão, casas boas [...] na construção civil, não tem essa não, tem outros lugar, é difícil um bom pedreiro. *Informante P7*

Ta vendo aquele carro ali, eu trabalhei seis anos para o dono desse carro e um dia quando chegamo com barco cheio ele disse que eu não precisava nem desembarcar, que era pra eu sair sem nem olhar pra trás, mas eu temi e desembarquei sim, pois eu trabalhei e precisava do dinheiro. Só falei que ia procurar meus direitos. Aí fui no Ministério do Trabalho lá em Guarapari³³ mas tinha que ter advogado, eles indicaram uma rua lá que tem muitos advogados. Sema-

³³Não há delegacia do Ministério do Trabalho em Anchieta. Para ter acesso a esse órgão, os pescadores têm que se deslocar para Guarapari, a 37,8 km de Anchieta.

na que vem vai ter a audiência, peguei advogado de lá, que ele aqui é muito conhecido e pode comprar o advogado. Se eu ganhar, o advogado fica com uma porcentagem da causa, não tô pagando ele não que não tenho condição.
Informante P7

Na pesca artesanal a relação com o mercado é marcada pela dependência dos pescadores artesanais com a figura do atravessador para comercialização do pescado. Estão atrelados a essa figura por não terem condições de armazenar o peixe, pela característica da atividade que não permite disponibilidade de tempo para negociar um “bom preço” e pelas relações de trabalho estabelecidas previamente, ou seja, o pescador quando sai para pescaria ele já adquiriu o “vale” e deixou com a família, logo essa pescaria trata-se do pagamento do “vale”. Além disso, a falta de qualificação em outra área dificulta aos pescadores a busca de alternativas para geração de trabalho e renda.

3.2.6. Grandes projetos e seus impactos sobre a pesca artesanal

É presente no discurso dos informantes o fato de que os pescadores têm sentido os reflexos das transformações advindas do processo de desenvolvimento industrial petrolífero no município e na região. Relatam que a pesca tem diminuído consideravelmente com a redução da área para a prática pesqueira, a partir da criação do porto da Samarco e das pesquisas de sísmica da Petrobrás.

O peixe de nossa região diminuiu 60%, pode ser devido à sísmica que a Petrobrás tem feito nesses dois anos e também o número de barco que aumentou. Com esses empreendimentos como a Samarco mineração, o porto, a rota de navios, 60% do nosso pescado desapareceu. Ainda não existe um estudo do porque do desaparecimento, se é escassez do peixe ou se ele foi espantado para outras regiões. A gente sabe que ele sumiu, por exemplo, o peroá. [...] tá diminuindo severamente. A gente não sabe porque tá sumindo, toda vez que a Colônia ou Secretaria de Pesca tenta fazer um estudo a Samarco e a Petrobrás manda representante e dá aquela aula diz que é assim mesmo que é o fluxo da água. Nunca foi feito um estudo pra saber por que dessa escassez. *Informante P2.*

Esse contexto de impactos negativos socioeconômicos e ambientais das indústrias petrolíferas na atividade pesqueira tem suscitado nos pescadores reflexões sobre a diminuição do volume e espécies de peixe no mar, ao longo dos anos e em função da ação humana na exploração de petróleo e na disseminação da pesca predatória.

Há 40 anos era de muita fartura, tinha muita fartura que a gente nem pescava por aqui, aí a gente trabalhava em Abrolhos na Bahia. Ficava 20 dias no mar. Depois foi acabando, acabando... foi inventando muito aparelho, equipamento de pesca que depreda, tipo rede, foi tendo muito barco, uma pesca sem controle pegando os filhote, trabalhando onde o peixe criava. Não compensava nem pescar aqui, tinha tanto peixe que nem vendia, agora ficou melhor porque tem

pouco, a demanda é maior você vende bem, mas já tá bem escasso, tem peixe que já não existe mais, como o peroá, o dourado está se escasseando bem, devido à pesca predatória, e a pesquisa de sísmica da Petrobrás; essa sísmica acabou com o peroá. A sísmica ela emite um som no fundo que vai lá embaixo ver onde tem petróleo, e um negócio radioativo que eles joga lá. O pescador está migrando pras companhias. Em Ubú e Parati 90% era pescador, agora só encontra os mais velhos, de 50 anos acima. Os mais novos saíram tudo, porque o local de pesca foi invadido, peixes sumindo, as empresas ocupando o lugar de pesca deles, o lugar de botar a rede e que eles pescavam pela beira, então eles abandonaram a pesca e foram migrando. *Informante P2*

Os peixes vêm tudo pra redor da plataforma e a gente não pode se aproximar da plataforma que é de propriedade deles. Diante disso tá desanimando. Na pesca é de safra, tem a época do polvo, do dourado... igual na agricultura que tem a época de manga, do café. Tem que trabalhar em tudo, eu pego polvo, tem aparelho de camarão, só não trabalho com dourado porque minha pesca é de beira. Na beira a gente vai e volta no mesmo dia. *Informante P4*

Além disso, a falta de qualificação em outra área dificulta aos pescadores a busca de alternativas para geração de trabalho e renda. Consideram que essas indústrias petrolíferas não contribuem para geração de emprego que atenda a demanda e necessidades dos pescadores. Estes não têm qualificação para o trabalho das empresas e estas contratam serviços terceirizados.

A relação com as empresas com as indústrias de petróleo sempre foi com conflito, nunca foi uma parceria. Não tem como impedir a vinda das empresas e nem é essa a intenção. Mas pelo menos que as empresas tenham projetos para a comunidade e que não prejudique o trabalho dos pescadores. “o pescador não sabe fazer o trabalho da empresa, ele não tem estudo suficiente, na empresa não tem trabalho para o pescador. Não tem trabalho para os filhos de pescadores. A empresa contrata trabalho terceirizado. O pescador vai fazer o que? Se o que fez e sabe fazer é o que fez a vida toda, é pescar”. *Informante P4*

De forma geral todos os informantes relataram que os pescadores têm sofrido impactos negativos com a presença das indústrias petrolíferas que se instalam no município, sem um diálogo prévio e “efetivo” com a comunidade local, sem um mínimo entendimento sobre “as condicionantes da pesca artesanal”. Na entrevista com informante P4 foi mencionado um documento elaborado pelos pescadores que tratava dessas condicionantes em Anchieta.

Os pescadores junto com a Associação (fundada em 12 de junho de 2006) elaboraram um documento que retratava as condicionantes da pesca em Anchieta assinado pelo presidente da Colônia e da Associação, mas o Secretário de pesca não assinou. O documento foi enviado para órgãos governamentais e para indústrias petrolíferas. Esse documento teve repercussão, pois foi a primeira vez que tais instituições receberam um documento assim. Mas não foi oficializado. A Secretaria de Pesca não tem voz. O secretário não sabe da pesca, pois ele não é pescador ele era atravessador. Mas agora ele representa os pescadores então deveria se colocar e decidir, mas ele não fala nada, não decide nada. Ele é boa pessoa, sua administração é que não é boa, parece que por não ser pescador não sabe o que fazer, ele não entende de pesca. Quem sabe o que o pesca-

dor precisa, quais são as dificuldades é o pescador e nunca ninguém vem aqui pra saber o que a gente precisa. *Informante P4*

Torna-se evidente o descontentamento com a forma de institucionalização pública da pesca em Anchieta. Para além da avaliação da atuação do secretário de pesca, a fala dá indícios sobre a posição subordinada desta secretaria na administração pública municipal. Segundo o referido informante P4, a relação dos pescadores e de suas entidades de representação com as empresas e indústrias petrolíferas (Samarco, Vale, Petrobrás) têm sido marcada por conflitos. Ao que parece, a Secretaria de Pesca não desenvolve um trabalho de mediação buscando conhecer as demandas dos pescadores. Estas demandas ou parte delas aparecem de forma evidente na seguinte fala.

A relação com as empresas com as indústrias petrolíferas sempre se deram com conflito e nunca foi uma parceria. Não tem como impedir a vinda das empresas e nem é essa a nossa intenção. Mas pelo menos que as empresas tenham projetos para a comunidade e que não prejudique o trabalho dos pescadores. O pescador não sabe fazer o trabalho da empresa, ele não tem estudo suficiente, na empresa não tem trabalho para o pescador. Não tem trabalho para os filhos de pescadores. A empresa contrata trabalho terceirizado. O pescador vai fazer o que? Se o que fez e sabe fazer é o que fez a vida toda, é pescar. *Informante P4*

Outro tema de geração de conflito são os entraves ambientais decorrentes de distintos interesses políticos e econômicos envolvendo atividades pesqueiras e petrolíferas.

Tentamos fazer o mercado, mas os órgãos ambientais não liberaram a obra, não pode ser em cima de pedra, não pode ser na praia. Onde pode ser não tem como chegar, não tem transporte é numa localização distante que não tem como vender. Numa reunião eu disse que a Petrobrás consegue, aí falaram que a Petrobrás é diferente. Eu sei que é diferente. É a Petrobrás. Mas os direitos são os mesmos. *Informante P4*

O informante GP4 relata que a influência das indústrias petrolíferas no município, com a geração de expectativas de emprego na construção civil, tem acarretado em abandono da atividade de pesca, desencadeando a busca de “qualificação” para pleitear vagas nesse setor. Considera, assim como avaliam os representantes dos pescadores, que, em decorrência da presença da Samarco no município, a quantidade de peixe para pesca tem reduzido.

A interferência dessas indústrias na pesca artesanal parece ser significativa, principalmente por limitar o acesso dos pescadores artesanais aos locais onde tradicionalmente realizam a captura do peixe. Como vimos, a pesca artesanal acontece próxima à costa, pois a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal possuem pouca autonomia. Além da redução da área de pesca a escassez de peixe, também as indústrias petrolíferas causam impactos negativos na pesca artesanal no contexto ambiental e socioeconômico.

Esse contexto está atrelado ao fato dessas indústrias se instalarem no município sem a preocupação com as condicionantes da pesca artesanal e por isso os conflitos são constantes entre atividades pesqueiras e petrolíferas.

De acordo com informante GP1 existem irregularidades e incoerência no uso dos recursos naturais por indústrias petrolíferas, acarretando impactos ambientais com implicações diretas na atividade pesqueira. De acordo com sua fala, o uso desses recursos naturais está atrelado a “interesses essencialmente capitalistas”.

[...] A prioridade da ocupação da costa deveria ser da pesca, e não para os portos. Pra esses facilita. Petrobrás e Samarco não têm IFAN³⁴ não tem nada, não teve área de preservação permanente. A Samarco tomou uma área pública sem licitação sem nada. A Lagoa Mãe Bá está destruída, um braço da lagoa faz parte do complexo industrial, não mais pertence a nós. Já degenerou e é irreversível. É preciso que haja coerência [...] e se não existir interesse político para acabar com esse antagonismo, estamos caminhando para o fim da atividade de pesca. O que vamos fazer com essas pessoas? [...] Não há união em função da própria atividade que não permite que eu esteja aqui no mesmo dia que você esteja. A pesca é uma coisa incerta, vai sair com probabilidade de pescar ou não pescar, de ter acidente ou não ter acidente. *Informante GP1*

Para esse informante, as políticas públicas ambientalistas e as de caráter compensatório acabam sendo implementadas em questões que não são relevantes para o setor pesqueiro, constituem-se, de acordo com seu posicionamento, geralmente em implementação de projetos de educação ambiental. Enfatiza também que há falta de investimento em pesquisas para o setor pesqueiro.

Se o porto da Petrobrás é interessante, a pesca não é? Pegar recurso de medidas compensatórias pra fazer educação ambiental é um erro gravíssimo, porque educação ambiental é dever do poder municipal, estadual e federal, tá na constituição nas leis orgânicas. Esse recurso deve ser urgentemente direcionado para setor que está sofrendo influência direta e onde há o conflito realmente. É vergonhoso você não ter um centavo para fazer uma pesquisa na atividade de pesca, não se fez nenhuma pesquisa no Estado; pesquisa de recursos pesqueiros pra se determinar como está a abundância desses estoques, não se tem recurso pra isso. Não é que não se procurou o Ibama, procurou, mas a dificuldade de ter um barco de pesca pra pesquisa, a dificuldade de captar recurso, de ter um técnico específico de pesquisa pra embarcar, minha função não é de pesquisador, eu sou extensionista com muito orgulho, mas existe o pesquisador aquele que fica no computador e lá no mar trabalhando aquelas questões de modificações e acompanhando. *Informante GP1*

Relata sobre a “concepção naturalista” das ONGs que, geralmente, não têm considerado as questões de ordem política e econômica que envolve a atividade pesqueira

³⁴ O informante está se referindo ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Trata-se de um instituto vinculado ao Ministério da Cultura que tem como responsabilidade a preservação do patrimônio histórico do Brasil.

na construção de propostas como medidas compensatórias para degradação ambiental provocada pelas atividades petrolíferas.

É muito dinheiro envolvido nessas atividades petrolíferas e não compensa os danos que estão sendo causados. Essa é uma fala que nós como representante do governo tem sido feita na atividade como um todo, mas não se dá a devida atenção no que você fala, não tem muito interesse. O município de Anchieta é um exemplo. Nas reuniões onde se tenta construir alguma coisa de interesse da comunidade pesqueira a gente percebe que a sociedade civil organizada se aproveita dos momentos. As ONGs³⁵ se aproveitam desses momentos, aparece e conduz as reuniões e os pescadores falam menos e elas falam mais. Aí sai educação ambiental e esse não é o problema do pescador. Educação ambiental não é coisa de momento, não é um curso, é uma coisa que tem que ser continua, assim como educação é educação, educação ambiental deve estar inserida nesse contexto. Palestra não resolve. Além de infraestrutura e logística, acho que não passa só por aí a questão da pesca, a questão da pesca passa por uma questão de pesquisa para que melhor seja ordenado esse recurso, [...] outros setores tem pesquisa, porque que a pesca não tem? *Informante GP1*

Os informantes GP2 e GP3 também consideram que tem ocorrido uma diminuição da quantidade de peixe e da área disponível para pesca em função da presença de empresas petrolíferas no município como a Samarco, além da vinda da Petrobrás com as pesquisas sísmicas. Nesse contexto destacam alternativas de geração e renda como medidas compensatórias para os impactos negativos causados pelas indústrias petrolíferas na atividade pesqueira.

No meu ponto de vista o peixe começou a diminuir há 10 anos quando começou as sísmicas aqui. E também pela pesca predatória. A pesca com traineira. O Peroá, peixe típico do Espírito Santo está sumindo. *Informante GP2*

Geração de alternativa de ocupação e renda. Essa é uma vertente forte, pois o município tem sofrido uma pressão imensa com as empresas petrolíferas, Samarco, Petrobrás. O que tem causado a diminuição cada vez mais da área de pesca. Falo que se fosse em Itapemirim onde as embarcações são maiores e que os pescadores têm autonomia de ir pra fora, não teria tanto problema, mas aqui o pescador não tem essa autonomia, pois a maioria são pescadores de remo. *Informante GP3*

De acordo com as informações do informante GP4 a presença das indústrias petrolíferas no município é um dos principais fatores que tem levado os pescadores a abandonarem as atividades pesqueiras.

Dentre as dificuldades apresentadas pelos pescadores, destaca-se a pressão exercida pelos órgãos ambientais por meio das legislações vigentes que, de acordo com suas falas, não condizem com a realidade da pesca. Os depoimentos evidenciam uma relação

³⁵ Anchieta tem duas ONGs ambientalistas, juridicamente constituídas, são elas o Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (Gama) e o Programa de Apoio e Interação Ambiental (Progaia). O Progaia foi formalmente registrado em outubro de 2001. Essas ONGs não participaram do Conselho Gestor da Agenda 21 e nem do Plano Diretor Municipal (PDM) de Anchieta. Não foi possível apurar se o informante faz referência apenas a essas ONGs ou também se remete a outras, não sediadas no município.

na qual prevalecem dificuldades de comunicação e conflitos entre órgãos ambientais e representações dos pescadores que alegam ser presente o “abuso de poder e autoridade”

Os relatórios elaborados pelos órgãos ambientais, [...] um livro desse tamanho, a gente não consegue ler não entende a linguagem, a Colônia recebe esses relatórios, mas a gente não entende direito. *Informante P1*

[...] tem muito abuso de poder e de autoridade na ação do Ibama. Tem muita fiscalização e perseguição do Ibama e IEMA³⁶. São muitos conflitos entre os órgãos ambientais e os pescadores, esses órgãos não entendem o pescador. Não chega para o governo o que de fato é a pesca artesanal. *Informante P2*

O pescador é coagido, é pressionado a se manter em dia, mas ninguém dá valor ao esforço de pesca do pescador, a vida que ele passa lá fora, 25 dias sem banho só vendo céu e água, comendo razoavelmente e chega aqui os órgãos ambientais pressiona. A gente hoje é tratado como se fosse marginais. Quando a polícia ambiental e o Ibama aborda a gente no mar, já entra no barco com escopeta como se nós fossemos marginais. No mar é tratado como marginal, a nossa classe não tem respeito dos órgãos hoje que se dizem de *fiscalização*. *Informante P2*

Para os pescadores, o barco é mais do que um instrumento de trabalho, sobre o barco projeta-se um significado que representa o universo da casa, da moradia. Por isso sentem-se invadidos e desrespeitados pela forma de abordagem dos órgãos ambientais em alto mar.

Tinha que haver dentro da área de fiscalização um projeto de atendimento ao pescador, pra ensinar o pessoal de terra firme que quando entrar no barco ele pede licença que o barco é a casa dele, ele mora no barco. Ele passa 15 dias em terra e 30 dias no mar, então a casa dele é o mar, ninguém tem autonomia de entrar na sua casa com arma no punho sem você fazer nada. Quando eles vê que a gente tá de acordo com todos os documentos nem desculpas pedem pelo como nos abordaram. *Informante P2*

Em terra é diferente porque tem testemunha, eles chegam, bate papo, brinca... no mar quem vai testemunhar? [...] todo mundo tem essa mesma definição fiscalização do mar como abuso de poder de autoridade. Não é abordado com respeito. Eu acho que no mar eles estão tão desamparados quanto a gente, então eles têm que manter esse ar de superioridade e de agressividade pra não ser retalhado também. A gente acha um absurdo, e se eles dá bobeira a gente pega também. *Informante P2*

Segundo os pescadores não há valorização da atividade pesqueira pela sociedade. A “arte de pesca”, em suas palavras, não é reconhecida, não se considera que por meio desse trabalho o pescador alimenta uma população em terra. Estas dificuldades são ressaltadas nas falas que seguem.

³⁶ O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), criado em 2002, é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), que tem por finalidade planejar, coordenar, executar, fiscalizar e controlar as atividades de meio ambiente, dos recursos hídricos estaduais e dos recursos naturais federais, cuja gestão tenha sido delegada pela União. Para maiores informações: <http://www.meioambiente.es.gov.br/default.asp>.

A vida nossa é muito difícil, é racionamento de água de comida, é muito sol [...] e tem outra coisa, ninguém dá valor o que a gente traz, se estamos lá pescando nós tamo alimentando a população aqui em terra, isso tem que ser mais respeitado essa arte que a gente faz. *Informante P2*

Se por um lado os pescadores associam a redução de oferta de pescado às práticas pesqueiras predatórias com a intensificação do uso de equipamentos como “rede de arrasto” e o aumento significativo do número de barcos. Compreendem que a pesca sem controle contribui para a diminuição das espécies de peixes e, conseqüentemente, para o aumento do preço do pescado devido à escassez. Por outro evidenciam uma contradição desse discurso quando argumentam que a escassez do peixe é um fator positivo na medida em que propicia a elevação do valor monetário na venda do pescado. Nesse sentido, é a lógica de mercado atribuída à oferta e demanda que prevalece.

Há 40 anos era de muita fartura, tinha muita fartura que a gente nem pescava por aqui, aí a gente trabalhava em Abrolhos na Bahia. Ficava 20 dias no mar. Depois foi acabando, acabando... foi inventando muito aparelho equipamento de pesca que depreda, tipo rede, foi tendo muito barco, uma pesca sem controle pegando os filhote, trabalhando onde o peixe criava. Não compensava nem pescar aqui, tinha tanto peixe que nem vendia, agora ficou melhor porque tem pouco, a demanda é maior você vende bem, mas já tá bem escasso, tem peixe que já não existe mais, como o peroá, o dourado tá se escasseando bem, devido a pesca predatória. *Informante P3*

Percebe-se no discurso dos pescadores um conhecimento sobre a função de fiscalização dos órgãos ambientais na atividade pesqueira. No entanto, com relação ao “respeito ao defeso”, a atitude dos pescadores parece estar mais relacionada ao ato de evitar multas do que, de fato, à compreensão sobre a necessidade de conservação dos estoques pesqueiros. Ao menos é isto que permitem inferir as falas transcritas na seqüência.

Tem o defeso do camarão, do sururu, caranguejo, robalo, e tem a piracema que é do peixe do rio todo, é todo peixe de rio de água doce que vai desovar, é a época da desova do peixe de água doce. [...] Não pode nem tocar no rio, se o Ibama pegar, tá lascado, tem multa prisão, processo, tudo que você pensar, é preso. No defeso, o pescador recebe durante quatro meses o salário. Tem que tá todo documentado, tem processo, a Colônia que monta o processo e manda pra o Ministério do Trabalho. Toda parte de documentação o pescador olha na Colônia. Há duas fiscalização o Ibama e a Capitania. Uma carteira a da capitania é pra você navegar e a outra a do Ibama é pra você pescar. O Ibama fiscaliza o tipo de peixe que está pescando, o tipo de aparelho que está usando e a documentação. Cada pescaria tem que ter uma licença, mas cada pescador só pode ter dois tipos. A Capitania fiscaliza se o pescador embarcado tem a carteira de pescador, se tem o mestre de barco. *Informante P2*

Alguns pescadores têm percebido o defeso como o único apoio público para atividade pesqueira. Porém, relatam que há muitos conflitos entre órgãos ambientais e pescadores. Estes conflitos se devem, em parte, ao fato de que, de acordo com a fala dos

pescadores, não há, por parte dos gestores públicos, um entendimento sobre o que de fato é a pesca; sobre quais seriam as demandas desse segmento, o dos pescadores, mais especificamente os “artesanais”.

O pescador não tem apoio. O único apoio é o defeso. O defeso é bom para o pescador. Mas tem muita fiscalização e perseguição do Ibama e IEMA. São muitos conflitos entre os órgãos ambientais e os pescadores, esses órgãos não entendem o pescador. É que não chega para o governo o que de fato é a pesca artesanal. *Informante P4*

Argumentam que a pesca é uma atividade que “depende muito da natureza” e seu desempenho está condicionado às condições climáticas, sendo “o tempo um fator que prejudica, pois às vezes você não consegue sair com o barco” para realizar a pesca. Esta dependência à natureza gera, em algumas falas, a sensação de desamparo e falta de apoio por parte do Estado. Afinal, se a natureza não permite o trabalho, o Estado poderia oferecer uma compensação.

Os pescadores consideram que além da influência negativa das indústrias petrolíferas na pesca, muitos dos utensílios empregados de forma predatória na captura dos pescados ao longo dos tempos também contribuem para escassez do peixe, mas ponderam que, culturalmente, a pesca é a atividade que eles desenvolvem e “não sabem fazer outra coisa”. Nesse sentido enfatizam sobre a importância da ação dos órgãos ambientais, principalmente quanto ao defeso, que é uma forma de garantir a continuidade da pesca.

Os pescadores têm enfrentado dificuldades na captura do pescado o que está relacionado a princípio à característica da incerteza da atividade pesqueira, por não ser possível mensurar com precisão o que será encontrado no mar. E principalmente pelos impactos da exploração de petróleo e pesca predatória.

Você não pode contar com o que vai ter no mar pra manter seus compromissos. Não é fácil, como todo setor né? *Informante GP2*

No meu ponto de vista o peixe começou a diminuir há 10 anos quando começou as Sísmicas aqui, pesca predatória. Pesca com traineira. O Peroá-peixe típico do Espírito Santo que está sumindo. *Informante GP2*

Segundo o informante GP3, a fiscalização dos órgãos ambientais está cada vez mais rígida, no entanto enfatiza que ainda há morosidade no processo.

Hoje está cada vez mais difícil fazer a coisa errada, pois a fiscalização está ficando rígida, mas ainda está um pouco moroso”. Deveria ser acompanhada de mais agilidade. O IEMA permeia todos os órgãos, pois está indiretamente ligado a pesca: Ele é do continente pra dentro, mas ele atua indiretamente, muito diretamente ele está permeando tudo isso aqui. Minha função/missão enquanto

técnico da área da pesca: que seria estar de olho nas 03 instancias na federal, estadual e municipal, para que se possa criar base para que as políticas possam ser colocadas em prática. O poder publico municipal tem a grande tarefa de fazer com que as políticas la de cima se concretizem aqui em baixo. *Informante GP3*

Menciona que o IEMA permeia todos os órgãos, pois está indiretamente ligado à pesca.

Ele é do continente pra dentro, mas ele atua indiretamente, e muito diretamente ele está permeando tudo isso aqui. Hoje está cada vez mais difícil fazer a coisa errada, pois a fiscalização está ficando rígida, mas ainda está um pouco moroso. Deveria ser acompanhada de mais agilidade. *Informante GP3*

O informante, informante GP4, não menciona sobre atuação de órgãos ambientais na atividade pesqueira.

Os pescadores argumentam que as indústrias petrolíferas têm causado impactos negativos nos pesqueiros, afugentando o peixe. Em função disso se vêem obrigados a “pescar mais pra fora” arriscando a vida porque os barcos que possuem são pequenos e não são apropriados para esse tipo de pescaria mais afastada. Além disso, correm risco de serem multados por estar em área não permitida pela marinha.

Esse negócio aí da Petrobrás largando bomba pra descobri o petróleo, isso aí tá acabando com nosso pesqueiro também, é porque que com a explosão no fundo do mar o peixe afugenta né? E aí tem que ir pescando mais pra fora. E o pescador com essas embarcações, com esses barcos pequeno não têm condição de ir acompanhar o peixe. Cê vai arriscando a vida e a Capitania de Pesca quando pega multa a gente, reboca o barco e traz naqueles navios de guerra, arriscando até botar o barco no fundo. É um sofrimento agora a pesca. Num tiro a razão da Marinha não que tá vendo a nossa segurança, mas tem que ter um modo de tratar melhor. [...] Eles aborda e manda pra fora e vai já rebocano pra terra, aí é pirigoso de mais ainda né? Um barco desses num tem condição de guentar um reboque dum navio daquele [...] o meu já veio no reboque uma vez, é que eu tava em área, em área não permitida né? Pela categoria do barco, o barco tava além da distancia né? Mais é ai o que acontece porque a gente não encontrando mais peixe, aí vai mais pra fora pra vê se acha o peixe, aí acontece esse problema. *Informante GP5*

Segundo os pescadores a inserção das empresas petrolíferas no setor pesqueiro não se pauta no diálogo, prevalecem os “interesses capitalistas” e não há preocupação com a pesca desenvolvida naquele local. Ressalta que muitos pescadores não têm esclarecimentos necessários para questionar as propostas das empresas. A seguir os depoimentos suscitados pela pergunta “qual apoio o pescador tem para desenvolver a atividade pesqueira em Anchieta?”, evidenciam que a falta de capacitação/formação de gestores públicos para atuarem no setor pesqueiro tem limitado o questionamento das ações dessas empresas e da forma de atuação de órgãos governamentais nesse setor.

Sobre? De empresa? Empresa só faz alguma coisa aqui se ela for beneficiada, só apóia pescador se ela levar lucro naquilo e o pescador só serve de degrau pusotro. Igual essa Petrobrás, quando surgiu essa Petrobrás o pescador ficou mais defasado. [...] apoio só da Colônia, a SEAP se interessa por fazer, mas num tem capacidade [...] um engenheiro agrônomo onde tinha que ter um engenheiro de pesca, é a mesma coisa que me tirar daqui e me botar lá em Viçosa, em Minas numa plantação eu num vou saber, a mesma coisa aconteceu com ele, tirou ele de lá e jogou na pesca. É uma briga de foice no escuro. Bota muitas pessoas que num entende da pesca. O chefe lá da SEAP ele não é engenheiro de pesca ele é engenheiro agrônomo e tem uma distância muito grande entre agronomia e pesca. Mas como se diz é cargo político, entendeu cume que é? Aí torna defasado a pesca, você põe uma pessoa que num é capaz praquilo então vai entrar em decadência. O problema ta aí, o famoso emprego político, aí o prejudicado é o pescador. *Informante GP5*

E outra coisa quando vem uma empresa fazer projeto, ela vem e faz aquela festa pro pescador e tome foto, e tome foto... Chega lá na empresa aceitaram mil maravilhas, mas eles fazem as coisas fechadas pra eles e o pescador que a maioria num tem a mente muito aberta e bota qualquer tipo de cabeçario [...]Depois que apareceu essa sísmica, o peroá acabou, que era muito farto na nossa região. Esse magnetismo que joga lá de cima mata os alevino, os piquininin tudo e afasta os grande. E aí joga culpa sempre no pescador com pesca predatória, é isso é aquilo. O que acabou foi isso ele afugentaram os grande e mataram os pequeno. É muito magnetismo naqueles navios, jogam pra achar petróleo embaixo duma camada de sal daquela, os pequeno mataram tudo e nunca chega e fala. Ah que foi eles, joga sempre pro lado da gente; ah foi os pecadores que acabaram. *Informante GP5*

Contudo, os pescadores atribuem como consequência das ações de indústrias petrolíferas a escassez de peixe e desaparecimento de espécies, a restrição da área disponível para pesca artesanal e mencionam sobre pescadores que ainda fazem uma pesca predatória e não se preocupam com a preservação dos pesqueiros.

Destarte os impactos socioambientais dos grandes projetos indústrias, de acordo com os depoimentos, principalmente dos pescadores artesanais, têm sido o principal fator de alteração do cenário da pesca no município de Anchieta-ES, modificando negativamente as condições de trabalho dos pescadores, sobretudo dos artesanais que detêm pouca autonomia de pesca.

3.3. O Estado e as políticas públicas para a pesca em Anchieta-ES

Abordaremos neste item o Estado e das políticas públicas direcionadas para o setor pesqueiro em Anchieta-ES, destacando os entraves e divergências no processo de implementação e estruturação de políticas para esse segmento principalmente nas instâncias municipais.

O informante GPI relata sobre a fragilidade da infraestrutura de apoio à pesca como um fator limitante para o desempenho das funções dos órgãos que atuam na atividade pesqueira em Anchieta-ES.

No município tem uma infraestrutura de apoio para a pesca, mas não atende à necessidade. Tem a Colônia de Pesca, mas precisa melhorar a gestão que não é participativa; é uma gestão de manutenção da Colônia numa relação de dependência da prefeitura, o que dificulta a crítica ao poder público local. A Capitania dos Portos centralizou seus serviços na capital de Vitória e isso dificulta o acesso para os pescadores e também a fiscalização da Capitania que tem dificuldades para deslocar para os municípios. *Informante GPI*

Apesar dessas limitações e dos vínculos de dependência dos pescadores com poder público nas esferas federal, estadual e municipal, ele pondera que a categoria tem conseguido estabelecer uma postura “mais crítica” em contraposição ao poder instituído por meio dessas esferas. Tanto em relação às prefeituras quanto aos recursos de âmbito federal destinados à pesca por intermédio de projetos dessas instâncias.

Nesses 27 anos que trabalho com a pesca no Estado, percebo que hoje o pescador já tem uma consciência mais crítica que antes não tinha, tinha medo, mas precisa se fortalecer mais. O pescador ele tem um vínculo de dependência com o poder seja municipal, estadual ou federal, esse vínculo se dá através de coisa que vem de cima pra baixo, como a fábrica de gelo³⁷. A colônia tem convênio com a Prefeitura, uma vinculação muito forte de dependência e por isso fica difícil se contrapor ao poder. *Informante GPI*

É importante destacar que na fala do técnico está ausente uma avaliação crítica sobre a atuação de sua própria instituição. Esta avaliação – como veremos mais adiante – é feita por outros gestores públicos e pelos próprios pescadores. Obviamente, caso tivesse sido feita, teria sido espontânea, já que não houve questionamento direto sobre a intervenção de sua instituição junto aos pescadores. A autocrítica institucional vem quando o entrevistado avalia a fragilidade do processo de apoio à pesca artesanal. Para ele a “falta de união” – ou de articulação entre ações políticas públicas implementadas por diversas instâncias – é o que impossibilita outro cenário.

[...] eu não falo organizar, eu costumo dizer que as pessoas têm sua forma de organizar, será que somos tão organizados assim, será que tenho uma organização perfeita? Então a palavra chave é união. A gente percebe essa falta de união, que se dá em função da falta de união das instituições, principalmente da pesca. As ações são antagônicas se paralelas, enquanto houver antagonismo prefeitura, Incaper não há uma interação. Os segmentos da prefeitura historicamente não têm interação, o maior desafio da gestão pública é fazer essa interação em todas as instâncias: municipal, estadual e federal. Não adianta traba-

³⁷ Trata-se do projeto elaborado pela Coordenação de Pesca Artesanal da SEAP para fortalecimento do setor pesqueiro que abrange, entre outras ações, o projeto de construção de fábricas de gelo sob gestão e uso das comunidades pesqueiras organizadas. Para maiores informações: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/SEAP/.

lhar esse conceito de união com os pescadores se nós mesmos, a instituição, não conseguimos fazer isso, sabemos que as ações são antagônicas mesmo, mas não conseguimos mudar. [...] O papel do extensionista não é concordar com certas atitudes, só concordar quando é de interesse do coletivo, mas você faz a crítica e não muda nada. A crítica é feita, mas ela não chega até quem tem o poder. *Informante GP1*

Os problemas apresentados pelos informantes revelam aspectos que podem indicar uma divergência entre as políticas públicas elaboradas para a pesca artesanal e o que se apresenta na realidade dos pescadores. Nesse sentido, pode-se inferir que políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da pesca artesanal não atendem completamente às demandas e às especificidades desse segmento. Tais problemas se referem, principalmente e na visão dos gestores públicos entrevistados, a dificuldades dos pescadores lidarem com “questões políticas” relacionadas à sua organização como categoria.

Nos depoimentos dos pescadores, apresentados a seguir, este tema aparece relacionado à própria construção da identidade política dos pescadores proporcionada pelo enquadramento normatizado pela política pública. Foram muito freqüentes em sua fala a referência a falhas do processo de cadastramento ou reconhecimento como “pescador” e a fraudes realizadas pelos próprios pescadores. Estes depoimentos corroboram com o argumento dos gestores públicos, quando estes destacam a “fragilidade” da organização política dos pescadores.

Os próprios pescadores denunciam que muitos são legalmente reconhecidos como “pescadores artesanais” e na verdade não o são. Estes oportunistas estariam burlando o processo legal de reconhecimento para obter vantagens, sendo a principal delas o salário-desemprego recebido na época do defeso. Os depoimentos presentes nas entrevistas são categóricos.

Tem empregado da prefeitura que mulher dele recebe como marisqueira e num é. *Informante P2*

Maioria que tem as carterinha num sabe nem o que é pedra nem o que é sururu, mora no interior num sabe nem o que é piracema. Outro dia tava lá no Ministério do Trabalho, eu e ele, e chegou uma moça lá, aquela ali tem, pelo jeito dela tem, tava num carrão, chegou lá fazendo defeso e fez tá, e conseguiu. *Informante P8*

Tem gente da prefeitura que recebe defeso, tem gente que não sabe o que é pesca, nunca pescou na vida e tem o defeso. Eles num tão nem aí não, querem

é receber, a pessoa paga e faz a documentação. Testemunha³⁸, hoje, todo mundo sabe que faz pela amizade, agora eu não vou, até vou pra quem a família é pescador, pra filho de pescador que a família trabalha na pesca. *Informante P6*

Desse jeito vai acabar, é muita gente que não tem nada a ver com a pesca e tá no defeso, assim o governo num agüenta não e quem vai ser prejudicado são os pescadores, não esses falsos. Já tá aí o do camarão que os meninos num recebe até hoje, daqui a pouco é os outros, as marisqueiras nós num sabe nem se vai receber. *Informante P8*

Tem gente que mora em Pongal, vive da agricultura, num sabe nada de pesca e vai lá receber defeso. *Informante P5*

É importante destacar que estas “denúncias” têm um tom de indignação que se fundamenta na defesa de um modo de “ser pescador”. O fraudador é aquele que “[...] num sabe nem o que é pedra nem o que é sururu [...] nem o que é piracema”; alguém que “nunca pescou na vida”, “[...] não tem nada a ver com a pesca”. Ou seja, na fala deles o outro é aquele que não possui os saberes sobre a pesca, estão por fora da rede de relações cotidianas formada pela interação entre os pescadores. Esta rede de relações contribuiria na formação de uma identidade coletiva³⁹, que surge na fala dos pescadores no momento de nomear aqueles que não são e, pior, fingem ser para obter vantagens.

Ao denunciar a fraude destaca-se na fala do pescador a percepção sobre a importância do papel do Estado para a sua atividade. É neste sentido que ele afirma que “desse jeito vai acabar” e “[...] assim o governo num agüenta não”. De acordo com as normativas do Ibama, para se habilitar ao benefício do defeso, o pescador, já credenciado com a “carteinha” deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos: (a) registro de pescador profissional devidamente atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso; (b) comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como pescador, além do comprovante de pagamento da contribuição previdenciária; (c) comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte; e (d) atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área onde atue o pesca-

³⁸ Ao falar da “testemunha” o informante se refere ao procedimento junto à Colônia de Pescadores para emissão dos documentos da carteirinha de pescador. Para solicitar essa carteirinha ele precisa comprovar que é pescador e esta comprovação envolve a apresentação de documentos e o depoimento de testemunhas, que geralmente são pescadores da própria comunidade que atestam sobre a veracidade da declaração do requerente.

³⁹ Para Mellucci (1996), a identidade coletiva é compreendida como um processo e se refere a redes de relacionamentos entre atores que ao interagirem e se comunicarem passam a se influenciar mutuamente, negociando e criando acordos que, por sua vez, os une em identificações.

dor artesanal, que comprove o exercício da profissão; que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Na Colônia num existe uma prestação de conta pra classe, a gente exige, mas num existe a gente num vê nada pro setor. Aliás, quando vem um projeto bom do governo federal, no ano passado tinha pra instalar uma fábrica de gelo da SEAP e a própria Colônia negou. Aí nos brigamos discutimos no final, e praticamente acabou o conselho por causa disso, que num existe uma coisa dessas. Que Colônia é essa? [...] Aquela fábrica lá em Anchieta é particular. Esse gelo ia sair pro pescador barato, que água seria pela prefeitura, a Secretaria de Pesca ia ajudar e a energia também. Quer dizer não seria uma fábrica pra sustento de todo município, mas ajudaria uns 40% [...] disseram que seria muito pequeno, mas equipamento é coisa que vem depois e a própria secretaria encarregou disso [...] Tem a questão também do óleo diesel subsidiado pelo governo, isso aí a gente tá na luta, há três anos, mas só que saiu licença do IEMA, saiu dinheiro pra compra do óleo, a Shell⁴⁰ forneceu tanque pra gente, tem um ano e pouco que ta guardado lá na prefeitura no almoxarifado, e até hoje esse óleo num saiu e a gente fica se perguntando qual motivo desse óleo num ter saído, tem a política, cê entendeu? *Informante P6*

O processo de modernização das técnicas, a presença de indústrias petrolíferas e a conseqüente degradação do meio ambiente têm afetado diretamente o modo de vida de homens e mulheres que sobrevivem da pesca artesanal. Além disso, os pescadores, eles próprios, enfrentam entraves políticos e econômicos, que, ao limitarem sua capacidade organizativa e sua capacidade de ação política, favorecem interesses econômicos do setor industrial, em detrimento aos interesses do setor pesqueiro. Com relação ao papel do Estado na defesa dos interesses dos pescadores artesanais, os depoimentos dos pescadores enfatizam o que alegam ser “ineficiência” e “corrupção” do governo quanto à fiscalização.

Aqui a pesca é normal, o preço do óleo, o óleo é muito caro. Falaram que o governo tinha botado um negócio em Anchieta pra o óleo ficar mais barato, tem uma fábrica de gelo, lá que não deixou botar porque se não ia acabar com eles, a gente tem que pagar um preço, o preço do roiald. Em Piúma tem barcos cadastrados que paga dois reais. Só Piúma que tem. [...] A Petrobrás deu um dinheiro pra fazer alguma coisa pro pescador, mas aí a prefeitura foi e embolsou [...] nós somos muito prejudicado lá fora por causa da plataforma [...] até hoje a Samarco não ajudou nós em nada, faz um negócio aí de festa, traz umas bandinha aí e os bobaiado fica satisfeito. *Informante P7.*

⁴⁰ Royal Dutch Shell (ou simplesmente Shell) é uma empresa multinacional petrolífera que tem como principais atividades a refinação de petróleo e a extração de gás natural. Controlada pela companhia Vale do Rio Doce e pela anglo-australiana BHP Bilinton é a segunda maior exportadora transoceânica de pelotas de minério de ferro de alta qualidade para a indústria mundial do aço. Em 2007 inicia-se o projeto que consiste no transporte de óleo combustível que sai do terminal de distribuição da Shell, em São José dos Campos-SP, e segue até a usina de pelletização da Samarco, em Anchieta-ES, em um percurso de 1.530 Km ida e volta. Para maiores informações: <http://www.shell.com/home/content/br-pt>.

Sobre atuação dos órgãos ambientais, os pescadores têm enfrentado dificuldades para se adequarem às exigências da fiscalização. Eles ponderam que os órgãos ambientais têm conhecimento que a atividade pesqueira é afetada pela exploração petrolífera e, no entanto, não respeitam os pescadores quando os abordam em alto mar. Mencionam que compreendem o papel de fiscalização, mas questionam sobre a forma como são abordados em alto mar e a “ineficiência” de órgãos públicos que atuam no setor pesqueiro.

O ano passado a Marinha prendeu um barco aqui que não tinha licença. Eles num querem nem saber se a família do pescador tá passando necessidade, leva tudo, dizem que faz doação, mas ninguém fica sabendo pra onde. Tem as despesas que fez com barco, tem o vale que o pescador pega antes de ir pescar pra ficar com a família. *Informante P8*

O negócio que tá errado é isso aí tem acertar isso aí. [...] que o barco é novo, mas seu trabalho na pesca desde que nasci, desde família, meu pai é pescador ainda [...] o Ibama ainda não prendeu meu material porque eu vivo corrido [...] um outro defeito um órgão dá a licença e outro fiscaliza. A SEAP dá a licença e demora e o Ibama num qué nem saber, diz que protocolo não é documento. O prejudicado é o pescador. O cara do Ibama ligou pra SEAP e diz eu tô considerando quebrando o galho, que o protocolo que vocês enviaram como documento, aí o cara da SEAP diz que protocolo não é documento. Quer dizer que o prejudicado sempre é o pescador, nessa briga deles, que tem uma briga entre SEAP, Ibama e superintendência e nesse joguinho curto [...] defeito tá aí. *Informante P5*

Para a maioria dos pescadores o único apoio que eles têm refere-se ao defeso. Ponderam que esse recurso do defeso é a garantia de manutenção das necessidades básicas da família nesse período de proibição. Reconhecem a importância de respeitar o defeso para garantia da continuidade da pesca, mas relatam que há pescadores que não o respeita.

A única coisa que tem é mesmo o defeso e mais nada. Alguns pescadores não respeitam o defeso. Tem casos que esse período destinado pro defeso não é o que realmente deveria ser a pesca é liberada sendo que o camarão ainda tá pequeno. *Informante P1*

Mencionam que o recurso do defeso do camarão não foi liberado por incapacidade dos órgãos responsáveis.

O defeso camarão não saiu porque a SEAP atrasou a permissão de pesca desde dezembro; e se o Ibama pegar a gente prende material por culpa da SEAP. A SEAP não entregou a licença de pesca por incapacidade do superintendente, do engenheiro agrônomo. Quem depende desse dinheiro quando receber já tá certo pra pagar o fiado que pegou em algum lugar. Quando chegar esse dinheiro pra gente já liberou a pesca, tudo por culpa da SEAP, da incapacidade deles. A gente chega lá é tratado igual bicho, é muito mal, o atendimento lá é péssimo. Todo atendimento público é assim, seja no ministério do trabalho, INSS é tudo uma porcaria só. Eles pega seu documento e joga pra lá. Acho que o pessoal

também já tá sufocado daquilo já tá. Enche o saco né? Mas desconta na pessoa que não tem nada a ver com aquilo. *Informante P5*

A “incapacidade” ou a ineficiência dos órgãos públicos foram referências constantes nas falas dos pescadores entrevistados. Apesar de reconhecerem o direito ao salário-desemprego como compensação pelo período de defeso, os pescadores destacam os entraves burocráticos que impedem o recebimento do recurso a tempo. Os atrasos no pagamento têm graves implicações em suas vidas. O tempo da burocracia governamental não corresponde ao tempo da necessidade pela comida; da necessidade de pagar as contas. O “ficar parado” no defeso é viver necessidades que têm que ser compensadas com mais trabalho (“biscates”) e ajuda da família (trabalho doméstico da mulher). O depoimento a seguir mostra esta realidade.

Olha o defeso pra você vê, vai receber quando? Parece que o problema é documento que eles não tão dando, o Ibama, não a SEAP eu acho. Então cume que o pescador fica, é proibido cê num pode pescar e tem a família como que fica? [...] a gente faz biscate, mas num é um serviço certo, alguma coisa na pescaria mesmo, que num pode ficar parado, tem luz tem água pra pagar. Minha mulher também ajuda né? Ela trabalha no hospital limpando chão, como diz... é limpeza... é serviços geral. Mais que ajuda né? Ela trabalha uma dia sim um dia não, ela tá de folga hoje. *Informante P5*

De acordo com os pescadores a fiscalização dos órgãos ambientais tem sido mais incisiva com as pequenas embarcações. Estas embarcações são as mais prejudicadas pela exploração de petróleo, que acaba limitando a área disponível de pesca para embarcações que não tem autonomia de pesca.

O Ibama olha mais os barcos pequenos, esse do defeso aí do camarão, lá fora eles num vão não, prejudica mais esses barcos pequenos, os grandes não. *Informante P2*

Ela tá muito sobrecarregada com negócio de licença ambiental, licença do Ibama sabe? Enchendo o saco entendeu? *Informante P5*

Essa relação de conflito com os órgãos ambientais tem sido presente também nos relatos da trajetória de vida de pescadores mais antigos⁴¹. Tratava-se de um período de abundância de peixe, mas de dificuldades na captura pela ausência de equipamentos e utensílios que facilitassem a rotina de trabalho. Relatam que nesse período muitos desses impasses relacionados à fiscalização da pesca ainda se resolviam pela rede de contatos e influência de amigos que o pescador estabelecia.

Eu tive arrastão, pelo Ibama. Eu trabalhava na colônia lá em Vitoria. E aí o tenente, tenente... quero lembrar o nome certo dele pra te falar, gosto de falar o que é certo ainda mais agora que eles bate no computador e aparece tudo, antes

⁴¹ Um deles com 73 e outro com 80 anos declarados.

num aparecia nada [...] menina o troço vei feio pro meu lado, negócio de imposto de renda, cheguei na gerente da caixa econômica e ela falou, J. deu tudo no computador aí cê tem terra num sei aonde, num sei aonde... aparece tudo né. Eu digo é tá certo, a mulher vai e morre e eu nem fiz inventário nem nada [...] tenho nove filhos vivo num é mole. Mais, pois é a pescaria é isso que eu tô, que eu tô te contano pra você é isso aí oh, eu entrei dentro tinha [...] Eta tenente ruim, nós tivemos uma confusão aí negócio de mergulho de navio sendo que eu nunca mergulhei, parei lá na delegacia de Guarapari, minha valença lá foi o, o, o meus Deus ... seu João Filho que me ajudô, num entrei na cadeia não, mas ficou chato pra mim, como que eu tava tirando pesca de navio sem mergulhar sem anda. *Informante P6*

Eu fui o maior pescador de tartaruga do mundo! Eu num expliquei isso a você vou explicar agora, eu pegava 18 tartaruga só nunha noite, ninguém pegava tartaruga só eu que pegava, eu fiz um espinhel, cada linha eu botava um anzol, mas muita tartaruga mesmo. Eles perguntava, mas cumé que cê sabe que tem rapaz? Tem, eu tô falando, tô sentindo o cheiro dela. [...] Era muito barato. Aí entra, nessa época que entrou esse Ibama, né? Num sabia que Ibama tinha entrado tava pegando tartaruga direto, [...] eu morava pro lado de lá, chegou dois lá e disse oh rapaz cê tem tartaruga aí? Digo tem não, tartaruga tá lá pra pegar. Aqui cê pega tartaruga? Cê pega Muito? Digo: pego rapaz. Pego 18 numa noite. A maior que eu peguei foi de 696 kg, essa foi a maior. Depois eles diz assim: você num sabe que não pode pegar tartaruga? Digo: não senhor. Mas você não sabe J. que se o Ibama pegar é cadeia? Não, não sei não senhor, rapaz num sei de nada disso não. Você agora tem que na delegacia de Anchieta. Eu vô porque que num vô? [...] Chegô lá quem era o delegado de Anchieta? Finado T., morreu. T. falou assim esse cara é jóia, se mandar uma intimação por qualquer criança ele vem aqui rapaz. Aí eu ganhei um ponto com eles. Quando chegou em Guarapari o tenente falô: J. o que que cê tá fazendo aqui nesse jipe rapaz? Ele falou: esse é o homem mais trabalhador do mundo, isso trabalha. Mas aí tive que ir pra Vitória. Aí eu fui pra Sudepe, tinha um primo lá: que negócio é esse aí? Eu digo nunca recebi intimação que num podia pegar tartaruga, digo agora vocês que vão queimar meu espinhel, eu nunca soube de nada disso, Aí me levaram em casa, chegando lá, mostrei o espinhel tinha mil anzol, eles falaram assim: rapaz você é verdadeiro mesmo. Mas se queimar você faz outro. Não, nunca mais vou pegar tartaruga, num fazer o que é proibido. Isso foi em 1972. *Informante P6*

Eu tenho um barco novo aí e nem registrei ainda, quando a Companhia dos Portos era em Guarapari era fácil hoje em dia tá em Vitória. Pricura um, tá ocupado, pricura outro, tá ocupado [...] agora precisa gastar R\$ 400,00, R\$ 500,00 lá em Vitória. [...] eu fui multado três vezes pelo Ibama, cortei uma madeira, R\$120,00 no Banco do Brasil. Digo agora vou pegar o motosserra e vou cortar mais uncado, ia plantar, né, o terreno era da mina avó a mais de 80 anos, e eu tinha panhado, uma parte de herança da minha mãe. Aí cheguei lá meti o motosserra dirrubô e lá vêm eles, R\$350,00, mesma coisa, eu digo tá bom. Menina eu plantei tantas abobra, plantei milho, olha eu colhi 100 sacas de milho, dava tanta abobra, o povo lá do posto tá lá pra provar, dava abobra até pro hospital. Cana? Eu levava até pra Guarapari [...] Menina, as duas multa eu paguei, mas quando chegou nas três sabe cumé que foi? [...] você num conheceu o prefeito P. não? Conheceu não? Quando ele era prefeito tinha ali uma fábrica de lajota então eu mandei tirar ali pra plantar milho pô, tiro 36 metros num caminhão grandão e eles pegaram menina, a multa R\$ 2000,00! Eu tinha pago as duas já né?! Aí eu conversei com adevogado e ele diz assim deixa vim, nunca veio, pra mim pagar aí fiquei naquela né? E quando mim chamaram já tava com 13 ano. Então que negócio é esse doutô isso já caducô doutô [...] eu disse olha eu num posso pagar isso agora não, mas eu num devo nada a ninguém a seu ninguém graças a Deus, eu vô pagar essa divida, já tá uns R\$ 3000,00 com juro. Num devo nada não, mas isso aí eu devo, eles num me cobraram não mas isso aí eu devo. Eu vô pagar isso aí poxa, mas eles num me cobraram antes. Ela

diz, mas ocê tá certo rapaz. Aí parcelava eu tinha pago e num tinha confusão pro meu lado. *Informante P6*

Portanto, deve ser ressaltado que há uma divergência das políticas públicas elaboradas para a pesca artesanal e o que se apresenta na realidade dos pescadores. Nesse sentido, percebe-se que políticas públicas direcionadas para a pesca artesanal não atendem as suas demandas e especificidades evidenciando a “incapacidade” ou a ineficiência dos órgãos públicos em incorporar, estruturar e implementar políticas que respondam as demandas de segmentos tradicionais como pescadores artesanais.

3.4. Representações e significados atribuídos ao Pronaf na atividade pesqueira

Até que ponto os gestores públicos diretamente envolvidos com o Pronaf o conhecem? Que leituras ou diagnósticos elaboram a partir de vivência do programa. É neste sentido que a pesquisa se propôs a identificar as representações e os significados atribuídos ao Pronaf. Como um determinado grupo pensa as suas relações com um determinado objeto com o qual convivem? Este conceito de representação está presente em Durkheim (1978) e nele nos apoiamos para analisar a construção de significados que os entrevistados elaboram, a partir de suas falas, sobre o Pronaf. É preciso ressaltar que o estudo não se propôs a fazer uma análise de discurso, mas tão somente possibilitar a expressão dos entrevistados e, a partir dela, analisar os sentidos atribuídos, como uma primeira aproximação, que pode ser indicativa de investigações mais aprofundadas.

Tendo definido este objetivo, apresentaremos a seguir uma análise exploratória sobre as representações e sentidos atribuídos ao Pronaf pelos dois grandes grupos de atores entrevistados: os gestores públicos e os pescadores artesanais.

3.4.1. O Pronaf na fala dos gestores públicos

A partir do depoimento dos gestores públicos envolvidos localmente com a implementação do Pronaf percebe-se que há por destes um conhecimento acumulado sobre o programa sobre o programa e uma visão crítica e reflexiva sobre a sua forma de execução junto aos pescadores. Esses mediadores entre as políticas públicas e os pescadores vão além das críticas ao Pronaf, elaborando uma visão ampla sobre o papel do Esta-

do frente ao segmento e na execução de política de crédito que, em sua visão, é bastante limitada pela lógica institucional que a orienta. Estes depoimentos e sua análise são apresentadas a seguir.

Parece que essa ausência de familiaridade com a política de crédito pode ser um dos fatores que dificulta um melhor ordenamento do Pronaf no sentido de atender às reais demandas dos beneficiários, principalmente dos pescadores artesanais. O programa tem um foco de ação, restrito à execução do projeto técnico elaborado para a liberação do recurso. O tempo do recurso é, portanto, o tempo de execução do projeto. Geralmente o pescador não consegue pagar o primeiro empréstimo. Sua experiência com o recurso fica limitada e dele geralmente resta somente a dívida a pagar. Por essa razão, pelo curto prazo de vivência do pescador com o crédito, não se educa o pescador a utilizar o recurso; o próprio sistema de acesso e uso do recurso público impossibilita a continuidade de acompanhamento do processo de desenvolvimento socioeconômico do beneficiário.

Uma coisa é o crédito, outra é sobre o sistema como um todo, do ordenamento da política pública, de união de trabalho [...] No passado se utilizava muito pouco crédito. O Pronaf é uma política federal né? Que hoje não é mais uma política de governo é uma política de Estado né? Que existe uma lei. O Pronaf na verdade ele é a única ferramenta instrumental pra alavancar o desenvolvimento do setor. Infelizmente ele tem uma visão muito focada para aqueles que são a base da atividade da pesca. Depois ele vai num patamar mais alto, mas não muito e daí ele cessa. É como se você criasse um filho e depois o abandonasse. Agora se vira né? Mas o “se virar” é complicado na atual situação. Então ele viu que tem uma turma do meio que tá prejudicada, os extremos são outro tipo de atendimento, concordo que o Pronaf não tem que atender os extremos, o extremo baixo sim e até o meio, o meio daí pra frente começa a andar com suas pernas não teria problema nenhum. A gente percebe que tem uma boa parte do setor pesqueiro que está sendo prejudicada. *Informante GPI*

O programa acaba selecionando aqueles pescadores que se adaptam mais à lógica do projeto e ao seu tempo relativamente curto para provocar a inovação. Acaba, portanto, beneficiando mais aqueles que estão em um “patamar mais alto”, mais capitalizados. Outros estudos também demonstram que o Pronaf voltado à agricultura familiar também beneficiou de forma seletiva este segmento, “escolhendo” os agricultores que já tinham certo nível de escolaridade, capitalização e inserção mercantil (MATTEI, 2006).

Na percepção do informante, o Pronaf não atende às especificidades dos pescadores por não ser uma política direcionada para esse segmento e sim para agricultores familiares. Menciona que todos os documentos e informações solicitadas a respeito dos beneficiários do programa são específicas da agricultura familiar. Esse enquadra-

mento dos pescadores artesanais na categoria agricultura familiar não permite a visibilidade do setor pesqueiro.

O Pronaf é uma política que não foi voltada para setor pesqueiro, foi criada para atender a agricultura por justa razão dos movimentos de base do setor agrícola, dos movimentos sem terra, o MST, sindicatos. *Informante GPI*

Ao fazer uma crítica sobre o enquadramento de pescadores artesanais na agricultura familiar o informante nos remete à ineficiência ou à falta de vontade política do Estado (ou dos governos, em particular) em promover alternativas que viabilizem a inserção da pesca artesanal na proposta do Pronaf, valorizando as especificidades e demandas desse segmento.

E o Pronaf é uma política que não foi voltada para setor pesqueiro, foi criada para atender a agricultura por justa razão dos movimentos de base do setor agrícola, dos movimentos sem terra, o MST⁴², sindicatos... é justo que eles tenham esse Pronaf. A gente sabe que por sensibilizar alguns setores do governo, por estar sensível à questão da pesca, inseriram a pesca como agricultor familiar. O que a gente percebe hoje é que todas essas normas do Pronaf não consegue... a gente faz artifício faz um remendo pra atender a atividade de pesca. Tipo de enquadramento, [...] a própria DAP⁴³ ela é específica para agricultura e não da pesca, a gente coloca coisas que é da agricultura e não da pesca se não o sistema não aceita. É muito complicado. A gente não sabe se é por falta de interesse das instituições do Estado de reivindicar de levar quem tem o setor pra discutir essa questão no Estado, se é esse o problema ou se o governo federal diz que do jeito que tá, tá muito bom, não quero que nenhum estado traga essa questão porque a pesca não é problema nosso, a pesca é um problema lá da SEAP. *Informante GPI*

Seu argumento, corroborado por outros entrevistados, como veremos a seguir, identifica e representa o Pronaf relacionado à pesca artesanal como um “remendo”, sendo necessários “artifícios” para adequá-lo minimamente às especificidades da pesca. Esta inadequação é tão evidente que o entrevistado fica em dúvida sobre sua intencionalidade. Afinal, pode ser um interesse permanecer como está ou, por outro lado, parece que os atores envolvidos não querem interferir no território político da instituição pública que deveria demandar mudanças, a SEAP.

Entretanto, por outro lado, o entrevistado considera que o Pronaf tem relevância significativa para o setor pesqueiro, mais especificamente para a pesca artesanal, por ser um “instrumental” que possibilita “alavancar” o setor quando utilizado na agregação de

⁴² O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem como objetivo a reforma agrária. Teve origem na aglutinação de movimentos que faziam oposição ou estavam desgostosos com o modelo de reforma agrária do regime militar principalmente na década de 1970. Para maiores informações acesse: <http://www.mst.org.br/mst/home.php>

⁴³ A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é o instrumento que identifica a família como beneficiária do Pronaf, diz a que grupo essa família pertence e constitui-se em documento obrigatório para acessar o crédito do Pronaf. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=698>.

valor da atividade pesqueira. Acrescenta que o Pronaf terá êxito se for compreendido e apreendido pelos pescadores como um financiamento, um empréstimo junto ao banco que deverá ser quitado.

O Pronaf ele tem sido um instrumental pra alavancar o setor pesqueiro desde que ele seja bem utilizado. Ele pode ser uma arma também, contra o próprio pescador, quando o pescador toma o crédito ele precisa ter consciência da sua responsabilidade em relação ao crédito, o crédito é uma tomada de dinheiro, um empréstimo que ele tem que devolver ao banco, ele tem consciência que tem que devolver ao banco tem que ter uma administração do dinheiro que entra para família dele. A gente percebe que o acesso ao crédito tá liberado a todos pescadores seja pescador ou pescadora, ou aquele que tá lá catando caranguejo, o Pronaf é isso. Essa tomada de dinheiro e acesso ao banco eles não têm uma consciência que esse dinheiro vai ter que retornar, e esse dinheiro tem que ser bem utilizado no sentido que venha agregar ou melhorar aquela atividade dele para que ele tenha um bem maior do que ele tinha anteriormente. Então ele tem que ter todo um processo de organização na utilização daquele recurso. *Informante GPI*

Esta consciência do pescador depende, obviamente, de um trabalho de socialização para uso do recurso como um crédito em um contexto, como já afirmou o próprio entrevistado, em que não há uma cultura para uso de financiamentos. Acrescente-se que o recurso chega, por intermédio do Pronaf, para famílias que vivem em situação financeira precária. Deste fato, decorre a importância do agente mediador e do seu trabalho de orientação para uso do crédito. Sobre este tema, o entrevistado relata a respeito da limitação da ação extensionista em programa de crédito para atividade pesqueira, em função de uma alegada “cultura imediatista” e da falta de tempo para a construção de uma relação de fato dialógica entre extensionista e pescador no processo de elaboração da proposta de crédito e acompanhamento do uso do recurso.

A cultura nossa é imediatista. O pescador não vai esperar que se faça tudo com ele, vamos discutir construir o projeto junto, o diálogo entre o pescador, o agricultor e o extensionista, isso não acontece, quando acontece é um diálogo de uma hora e isso não é suficiente pra aqueles que nunca pegou crédito, nunca entraram no Ibama. A impressão que se tem é que o governo tá dando dinheiro pra ele e ele acha que não tem que pagar e quando entrar mais dinheiro pra ele do que antes, ele vai às compras. *Informante GPI*

A falta de “consciência” do pescador sobre a finalidade do recurso obtido com o crédito não pode ser simplesmente imputada a ele, isoladamente. O recurso obtido é resultado do julgamento, pelo agente financeiro, da adequação, pertinência e qualidade de um projeto técnico que é de responsabilidade do extensionista, a partir de sua mediação com os pescadores. Quase nunca esta relação é considerada e é muito raro o extensionista ser ver como co-responsável pelo recurso. Pior, a incapacidade de pagamento é sempre delegada às deficiências do pescador. Ou lhe falta “cultura” para lidar com o

recurso; ou para compreendê-lo como um empréstimo; ou para executar de forma “eficiente” um projeto técnico. Para o técnico o problema está na falta de tempo para construir relações mais aprofundadas com o pescador. Culpa da “cultura imediatista” ou da lógica dos projetos e do próprio “sistema”. Deste estado das coisas decorre um problema central, presente em todas as falas, a incapacidade de pagamento do recurso, ou seja, a inadimplência dos pescadores e o bloqueio ao acesso a novos financiamentos.

Segundo informante GP1, um dos principais problemas do Pronaf é a inadimplência. O depoimento do informante evidencia dois grupos de pescadores inadimplentes, um que “culturalmente” são maus pagadores e outro que vivencia os entraves e dificuldades da atividade pesqueira. Observe que as responsabilidades sobre o fracasso – aqui entendido como “inadimplência” – são sempre imputadas ao pescador. Instigado a falar mais sobre o problema, o entrevistado começa a elaborar um esboço de autocrítica, responsabilizando também a sua intervenção pelo fracasso no pagamento dos recursos conseguidos via Pronaf.

Depois de questionado sobre outros fatores que contribuem à inadimplência, o entrevistado afirmar que esta também está atrelada a uma série de motivos, destacando a impossibilidade de mensurar a capacidade de produção do pescador e a insuficiência de tempo para ação do extensionista numa realidade multifacetária. O primeiro fator é relacionado pelo entrevistado às dificuldades e limitações do técnico para avaliar as reais condições de aptidão do pescador para acesso ao recurso do Pronaf. Argumenta ser esta uma tarefa que requer conhecimentos para além da formação técnica, principalmente por não ser viável identificar aqueles que, embora estejam dentro dos critérios estabelecidos pelo programa, ainda não estejam em condições para acesso a uma política de crédito. Os trechos de sua fala são ricos ao detalhar e fundamentar este seu argumento.

[...] aqueles que deixaram de pagar, deixaram de pagar porque quiseram deixar de pagar. Tem pescadores que estão pagando em dia seu empréstimo, seu ganho melhorou significativamente, ou seja, se ele ganhava 500 a 600 reais por mês ele passou a ganhar 1.500 reais por mês e pagando o banco. Aqueles que conseguem absorver o que a gente passa pra eles em tão pouco tempo, eles conseguem sair bem e os resultados são bons. Aqueles que você percebe que tem uma insegurança, mas você não pode segurar por uma questão legal que se você conseguir travar aquela situação eles vão te denunciar, que você ta trabalhando pra A e pra B não. O cadastro dele tá bom, o cara é pescador, tá dentro do que a lei manda, como você vai negar. E depois se depara com uma situação dessa e para de pagar, e não é por falta de produção, ele não quer pagar, a prestação é trimestral, três meses é R\$ 270,00. *Informante GP1*

[...] Dois barcos, mesma situação pescando, não se consegue mensurar sua capacidade de trabalho como pessoa, eu não tenho essa condição. Na verdade a gente tem sim, o barco é adequado para esse tipo de pesca se ele vai pagar e se

é suficiente pra produzir aquilo que precisa pra pagar ao banco? É, mas o pescador que tá tomando o crédito tem a capacidade de gestar essa unidade de produção? Isso eu não posso dizer, eu não posso medir. Mesma característica de barco, mesma modalidade de pesca, mesmo poder de pesca, mas é diferenciado pela tripulação pelo homem ele não consegue [...] Nessa questão eu só acredito que o crédito venha dar bom resultado se agente conseguisse trabalhar com o homem, pescador e pescadora mais tempo pra que agente pudesse tentar localizar nessa pessoa nessa dificuldade, e aconselhar, você teria que pensar igual psicólogo, eu não sou psicólogo e acho muito difícil que a psicóloga vai analisar essa questão de qualidade profissional dele de produzir, a vontade de produzir que além dele ele tem que escolher quem vai trabalhar. *Informante GPI*

A referência a esta realidade “multifacetada” como fator contribuinte às deficiências de acompanhamento técnico diz respeito, de acordo com o argumento do técnico, à atual diversidade e pluralidade das áreas de atuação do extensionista. No caso do setor pesqueiro essa realidade seria ainda mais complexa para se trabalhar e por isso demandaria maior disponibilidade do técnico, mais tempo de interação entre técnicos e pescadores. De fato, o que ocorre seria a limitação do extensionista em trabalhar com a diversidade de temas demandados, em função da falta de tempo causado por uma suposta “sobrecarga de trabalho”.

Apesar das ressalvas que faz ao Pronaf, o informante apresenta uma avaliação positiva do programa, “por ser o único apoio ao crédito” na atividade pesqueira.

O Pronaf de tudo faço uma análise boa, é uma política boa, não é uma política ruim, o problema do Pronaf é que ele tem que ser mais trabalhado junto ao pescador, o imediatismo é um problema cultural nosso. É um processo que tem que ser mais construído, algumas mudanças eventualmente tem que ser feitas para a pesca, mas ele é dirigido para a agricultura, mas não existe outra forma de trabalhar a pesca dentro da questão financeira que não seja o Pronaf. Só existe ele hoje ele tem suas limitações que ele atinge só um determinado grupo de pescadores e aí você deixa uma boa quantidade de pescadores fora do processo. [...] A maioria foi investimento do grupo D, teve alguns custeios, mas muito pouco do grupo D também e do grupo C não, não houve muito financiamento pra Anchieta não, os poucos que tiveram aqui deram problemas, mas não em função do pescador, a inadimplência ocorreu em função da má escolha por parte do pescador. *Informante GPI*

Embora sejam relevantes os casos de inadimplência e as limitações no acesso ao crédito, considera que o Pronaf teve bons resultados, apesar de ser “dirigido para a agricultura”. Relata sobre um pescador de Ubú/Anchieta que teve êxito com o crédito sendo beneficiado pelo BNCC⁴⁴ e também pelo Pronaf. Menciona que tal pescador tem como fonte de renda exclusivamente a pesca. Argumenta que a inadimplência de alguns pes-

⁴⁴ Trata-se do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC), instituição vinculada ao Ministério da Agricultura. Em 1990, o governo Collor decretou a extinção do BNCC, um banco estatal em associação com capitais de cooperativas, que existia desde 1951.

cadores impossibilita a continuidade do acesso ao crédito para aquele pescador que mantém suas parcelas em dia.

Tem pescador que chega no Banco com dinheiro enrolado no jornal pra pagar o crédito. Ele não entende, porque ele tá pagando e ele não consegue mais o Pronaf devido a inadimplência do setor pesqueiro, mas ele tá em dia com os pagamentos. [...] pescador diz que os companheiros que não pagam prejudicam lá no Banco. *Informante GPI*

A lógica do crédito é individualista, mas a falência na capacidade de pagamento é colocada, na fala, como uma questão coletiva, prejudicando a todos. O informante se refere à compra de barcos usados com problemas no motor como uma das causas da inadimplência. Pondera que ele não pode impedir tal compra porque o próprio Pronaf autoriza efetuar uma compra que, no seu ponto de vista técnico, não deveria ser permitida.

A gente pede para o banco a prorrogação, fazemos um relatório técnico, a maioria o banco aceitou, mas pede prorrogação e o problema do barco continua. Dentro dessa situação agora nós só vamos fazer o projeto quando vem uma avaliação do mecânico naval do motor, e aí surgiu um problema, isso não existe, no Pronaf tem isso. O Pronaf não tem, mas eu quero fazer, e aí eu conversei com o gerente e o gerente disse que isso pode ser um critério da norma do banco, eu só vou aceitar se vim assim e acabou então o banco vai falar com o pescador que tem que ter uma declaração do construtor naval dizendo qual é a condição do casco da embarcação e do motor. Antes já pedia nada consta da capitania pra ver se tinha multa, mas isso também não tinha como critério. São muitos documentos dificulta, não to dificultando, mas se eu não dificultar aí que complica ainda mais a situação, veja que estão comprando uma embarcação e se ela der problema aí não tem como segurar mais. Além do nada consta do Ibama. Então em função disso que aconteceu só fazer mediante apresentação de um laudo de um construtor naval. Aqueles que teve problema, gerou a inadimplência no Banco, se tem cinco projetos e se tiver três problemas é pouco mas chegou a inadimplência no Banco Brasil de Anchieta, para tudo [...] o índice de inadimplência é altíssimo e não é só na pesca não na agricultura também. E é somado os dois e aí para a oferta de crédito naquela agência onde aconteceu. *Informante GPI*

Se por um lado o Pronaf é concebido como uma “política muito social” que não confere nenhuma penalidade aos inadimplentes, por outro é visto como instrumento coercitivo quando os pescadores estão inadimplentes em função de acidentes e, ou, problemas com barco.

Precisa rever a questão do Pronaf precisa ser mais enérgico ser mais criterioso na hora de fornecer o crédito para o pescador e para a pescadora e agricultor também. O Pronaf é muito social, o fato do pescador não ter pago não há tomada da embarcação, tem que tomar, mas... é um programa social... toma o barco que tem outros pescadores sérios que querem fazer a embarcação. Se o problema é o motor toma inadimplência e vê o que pode fazer... O problema disso aí, aconteceu, mas não foi em Anchieta um pescador pegou o barco e foi pescar e o barco afundou um acidente e aí? Ele não paga como que ele vai pagar? Ele não paga gente, como que ele vai pagar? [...] não tem seguro, infelizmente ele não morreu, se tivesse morrido o seguro de vida pagava e deixava a família

sem ser inadimplente, veja que coisa absurdo. [...] uma coisa que ele não é culpado, isso acontece um acidente, ele tá vulnerável, uma operação de risco tanto na produção quanto na navegação, tempo ruim [...] vem um navio e passa por cima como já passou lancha da Petrobrás que passou por cima de barco. Essas coisas acontecem. Motor quebrar dá problema também e o cara não tem mais como fazer investimento. *Informante GP1*

O entrevistado menciona ainda sobre outros programas de crédito para pesca que já aconteceram antes do Pronaf. O do BNCC (década de 1980), o do Bandes (linha de crédito específica para a pesca); a carteira agrícola (Banco do Brasil na década de 1980). Assinala que estes programas não eram tão criteriosos quanto o Pronaf, caracterizando e delimitando o beneficiário.

Na perspectiva dos agentes públicos locais, o Pronaf, por meio da credibilidade conferida pelo técnico que assina o projeto, possibilita aos pescadores se fazer reconhecer na instituição financeira, que historicamente não era dado a eles como uma possibilidade. Os pescadores artesanais tradicionalmente não mantinham relações com bancos; e estes não os imaginavam como “clientes”. Esta perspectiva de “inclusão econômica” é atribuída à representação construída sobre o Pronaf. As falas transcritas a seguir são emblemáticas deste imaginário construído.

O Pronaf é o grande salvador, se não fosse o Pronaf dificilmente o pescador iria ao banco pra fazer um financiamento. E para o banco o aval é do técnico que atesta que o projeto é viável. *Informante GP3*

O Pronaf na verdade ele é a única ferramenta instrumental pra alavancar o desenvolvimento do setor. *Informante GP1*

É assim que o Pronaf é representado como “a grande salvação” para os pescadores. É a única forma de acesso ao crédito para pescadores. Este entrevistado considera que o índice de inadimplência é “baixo”. Relata-nos sobre os procedimentos técnicos para elaboração dos projetos especificando sobre os tipos de investimentos, ou seja, sobre as modalidades do Pronaf em que os pescadores de Anchieta se enquadram. Pontua que através do Pronaf o pescador passa a ter visibilidade junto a instituições financeiras.

Quem opera, elabora projeto e faz todo o trâmite do Pronaf é o Incaper, mas a gente sabe que é o que tem salvado os pescadores, aqueles que têm o mínimo de documentação eles têm facilidade pra conseguir e pra pagar, e claro que não fazem investimentos altos. Os investimentos são geralmente para compra e reforma de embarcação, para melhorar a propriedade, teve projeto para construção de cozinha para beneficiamento do sururu. O Pronaf é o grande salvador, se não fosse o Pronaf dificilmente o pescador iria ao Banco pra fazer um financiamento. E para o banco o aval é do técnico que atesta que o projeto é viável. Têm poucos que não pagam, mas são aqueles que realmente não pagam, ou tem casos que passaram por problemas. Cita como exemplo um pescador que

não pagou a licença e foi multado e o valor da multa era alto, quase o valor do barco e por isso ele não pagou. *Informante GP3*

Para o Informante GP2 o Pronaf é importante para atividade pesqueira. Ele considera que são poucos pescadores que têm Pronaf em função da escassez de peixe que tem enfraquecido o setor pesqueiro.

Órgão do governo federal que faz repasse de verbas. Existem pescadores aqui que tem Pronaf, mas são poucos que tem. A pesca está enfraquecendo bastante, o peixe está sumindo. Os pescadores não têm renda fixa. A renda sofre altos e baixos. Reforma de barco e compra de equipamentos. A Secretaria de Pesca e Incaper informam para os pescadores sobre as linhas de crédito, mas são poucos que tem acesso porque a dificuldade deles é com a renda, acabam ficando inadimplente. Você não pode contar com o que vai ter no mar pra manter seus compromissos. Não é fácil como todo setor né? *Informante GP2*

O informante relata sobre os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Pesca no município enfatizando a relevância de alternativas sustentáveis de geração de renda no setor pesqueiro.

A secretaria desenvolve projetos para criar alternativas para o pescador. Alternativa sustentável socioeconômica de criação de peixe em tanque rede que é parceria com a Samarco. Tem a tilápia nas águas interiores. Um projeto experimental de peixe de água salgada, o peixe bijubirá. Esse é o objetivo maior da secretaria. Apresentar para essas empresas (Samarco, Petrobrás) e mostrar que é viável. Precisa partir para unidade de beneficiamento do peixe. O pescador não tem qualificação pra trabalhar nessas empresas que estão chegando. A busca por essas alternativas é em função da escassez do peixe, da perda da área da pesca em função da ocupação dessas empresas. É uma tentativa de manter essa cultura da pesca que existe no município há muitas décadas. *Informante GP3*

O informante GP4 comentou sobre os juros do Pronaf que considera baixo, mas, segundo ele é uma contradição, na medida em que o governo estabelece aumento na alíquota do IOF.

O governo acabou com CPMF, mas aumentou a alíquota de IOF. No Pronaf fala só dos juros baixos tem até de 1% a.a e não menciona as outras taxas de manutenção da conta [...] para o Pronaf tem a conta de governo que o pescador não teria gasto de manutenção, mas ele acaba usando outra conta. Ele tem direito a essa conta do governo, mas para o Pronaf pode ser qualquer outra conta [...] O informante me pergunta se eu sabia que o Incaper um órgão do governo cobra do pescador pela assistência técnica 2% do valor total do projeto. Tem empresas particulares que também fazem o projeto e cobram o mesmo valor cobrado pelo Incaper, que é um valor significativo. Deveria ser gratuito ou um valor bem menor em relação ao cobrado pelas empresas particulares. O Incaper deveria cobrar apenas dos grandes. *Informante GP4*

De acordo com informante GP4 a agricultura tem, no município, mais investimento do que atividade pesqueira. De acordo com seu depoimento, “[...] a prefeitura investe mais na agricultura. Na pesca tem só uma pessoa, que é o engenheiro de pesca, enquanto na agricultura tem vários profissionais atuando [...] já trabalhei em outros mu-

nicípios e esse é o município que mais investe na agricultura”. Segundo este depoente, em Anchieta, 200 contratados do Pronaf são da pesca, sendo aproximadamente 90 para investimento e 110 para custeio. Informa que o índice de inadimplência da pesca é “altíssimo, que de 46 inadimplentes 34 é da pesca”.

Na perspectiva dos pescadores, veremos mais adiante quando analisarmos seus depoimentos sobre este assunto, o acesso ao crédito é difícil em função da burocracia e da exigência do Banco do Brasil instituição financeira responsável pela liberação do crédito. No entanto, para o funcionário dessa instituição, a dificuldade não é a burocratização dos agentes financeiros e sim a falta de instrução do segmento pesqueiro e o alto índice de inadimplência:

São documentos simples, mas o pescador não entende e por não entender, geralmente são pessoas de pouco estudo que não tem muito esclarecimento, o pescador acha que é muita burocracia, ele acha bonito falar essa palavra pra tudo o que não entende bem. [...] é um absurdo, mas tem pescadores que pagam despachante pra fazer cópia desses documentos e tem documentos simples que eles ainda têm que pagar, nem a Colônia faz de graça pra eles [...] apenas documentos do pescador, pessoais e aquele que comprove que ele é pescador. Uma declaração comprovando a renda e residência, que o Incaper fornece, é a declaração de aptidão para o Pronaf. Existe empréstimos de crédito para os pescadores, mas no momento nessa agência não está disponível em função da inadimplência. Os pescadores têm dificuldade com crédito por causa da inadimplência. Os 90% de inadimplência do Pronaf é da pesca. O pescador tem que ter 70% da sua produção/renda vinda da pesca. Para o Banco não importa se ele é pescador ou agricultor, que para o banco é Pronaf que não tem diferença, é publico do Pronaf. *Informante GP4*

Novamente revela-se o discurso da responsabilização dos pescadores. Eles “não entendem” as demandas burocráticas por serem “pessoas de pouco estudo”. A sua responsabilidade no processo não é mencionada. Para este entrevistado, “não importa” a condição do pescador. Importa a sua condição, perante o agente financeiro, de inadimplência. Ele menciona que o recurso do Pronaf está bloqueado para beneficiários de Anchieta em função do elevado índice de inadimplência. Enfatiza que os pescadores estão sendo atendidos na agência do Banco do Brasil em Piúma.

Em Anchieta no momento os pescadores não tem tido acesso ao Pronaf em função da inadimplência, mas eles continuam sendo atendidos. Como nessa agência eles não conseguem então são transferidos para agencia de do Banco do Brasil em Piúma. Esse procedimento é possível porque o Pronaf é contabilizado por agencia. Com isso muitos estão acessando o Pronaf em Piúma. Os projetos têm sido para reforma, compra de barcos. A agência de Piúma tem liberado recurso para Pronaf custeio e investimento. Existe empréstimos de credito para os pescadores, mas no momento nessa agencia não está disponível em função da inadimplência. *Informante GP4*

Os gestores públicos fazem referência aos aspectos positivos e negativos do Pronaf. Desta forma evidencia-se que o Pronaf não atende às especificidades dos pescadores por não ser uma política direcionada para essa categoria. Portando as falas desses informantes nos remete à ineficiência do Estado em promover alternativas que viabilize a inserção da pesca artesanal na proposta do Pronaf valorizando as especificidades e demandas desse segmento a partir das suas condições socioculturais e econômicas de reprodução social.

3.4.2. O Pronaf e seus significados para pescadores

No que se refere aos aspectos positivos, os pescadores consideram que o Pronaf tem influenciado para a melhoria das suas condições de moradia, à medida que viabiliza a aquisição do principal instrumento de trabalho, o barco, propiciando, diretamente, melhor condição socioeconômica às famílias de pescadores.

60% dos pescadores já utilizaram essa renda do Pronaf, principalmente na compra de barco, na reforma de barco. A gente utiliza o Pronaf menor que chamamos de custeio. Com Pronaf, consegui reformar minha casa, comprei meu barco. *Informante P1*

O Pronaf tem sido compreendido pelos pescadores como um “auxílio” para o desenvolvimento da atividade pesqueira. Nesse sentido, os entrevistados demonstram conhecimento acerca dos procedimentos técnicos para acessar recursos pelo programa. Dentre eles destaca-se a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Tais informantes nos explicaram a finalidade da DAP e identificam o órgão responsável por emití-la. Nota-se, em suas falas, que a DAP se constitui numa declaração pública da identidade de pescador, tornando possível identificá-lo como “Informante P5”.

O Pronaf pra mim foi o ponta pé inicial. O processo do Pronaf é dado pelo engenheiro de pesca do Incaper. O Incaper monta o projeto e dá uma Carta de Aptidão, ou seja, essa carta consta que eu sou realmente pescador, pescador artesanal, sou cadastrado na Colônia de Pescadores e que minha renda é abaixo de três salários. E esse dinheiro é liberado com juros de 1%, 1,2 % ao ano. [...] Pra ser pronafiano tem que fazer da pesca o maior sustento, tem ser a pesca o seu meio de vida. Tem Pronaf pra construção de barco de seis mil reais de 18 mil reais, que já é pra construção de barco. Tem custeio pra barcos maiores esse eu nunca utilizei. *Informante P1*

De acordo com informação disponível no site do Ministério Desenvolvimento Agrário (MAD) para requerer uma DAP, deve-se procurar órgãos/instituições autorizados a emití-la. Pode ser órgãos de assistência técnica e extensão rural, sindicato, institutos entre outros, desde que homologados pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento

Rural. Para o pescador, é necessário apresentar documentos pessoais de identificação e documentos que comprove propriedades. Pode ser escritura, título, contrato de arrendamento, contrato de parceria, contrato de comodato ou outro registro que comprove a propriedade sobre um imóvel. Este item é dispensado quando a atividade da família interessada não está vinculada a uma unidade fixa de terra, como os pescadores ou extrativistas, ou ainda no caso de “posseiros”.

Quanto aos aspectos negativos atribuídos ao Pronaf pelos pescadores, há uma referência ao fato do Pronaf ser “bom para a agricultura”, e por isso não atende às especificidades da pesca. Consideram que há incoerência nas exigências de garantia junto à instituição financeira e que esse processo é extremamente burocrático. Outro aspecto negativo levantado pelos pescadores trata-se da inadimplência que acarreta no bloqueio do Pronaf para novos acessos.

O Pronaf parece que é uma coisa muito boa para os agricultores familiares.

Quem tem o barco como garantia não precisa de financiamento. É que o Pronaf é pra quem já tem alguma coisa e não pra quem precisa de financiamento que está começando do zero, como no meu caso. *Informante P4*

Colônia de Pesca ajuda, mas não adianta, pois quando chega no banco são tantas exigências, tem que ter avalistas e dar garantias que o pescador não tem condições de cumprir, isso de ser avalista é mesmo coisa de pai pra filho. *Informante P4*

Infelizmente tem muita inadimplência. Mas existe é um tipo de política pública, né, do governo federal junto aos órgãos que destina ao pescador e agricultor? Mas quando dá muita inadimplência ele para, tem que parar se não fica no prejuízo né? *Informante P1*

Nas falas o programa é associado a tipo específico de tomador de empréstimos, aquele que tem garantias ou propriedades. Que tem seu barco, na visão do entrevistado, não precisaria de empréstimo. Quem não tem renda, propriedades ou garantias se vê excluído do acesso. O Pronaf como algo distante das possibilidades também é representado a partir das “tantas exigências” que são necessárias, dentre elas, a principal: o avalista. Quem se disporia a avalizar um empréstimo a quem não tem renda ou propriedades? Somente alguém da família, “[...] é mesmo coisa de pai para filho”. Este empecilho aparece como distanciador entre o programa e o pescador. Por fim, o reconhecimento da “política pública” e da inadimplência como um problema, que ameaça a própria existência do programa, afinal “[...] quando dá muita inadimplência ele para”. São falas que revelam o conhecimento do programa e, além disso, a construção de uma percepção crítica a respeito do mesmo.

Por meio das falas dos pescadores percebemos os significados e as representações acerca do Pronaf, envolvendo principalmente a compreensão deles sobre os procedimentos técnicos e documentos necessários para acesso ao crédito. Neste sentido, um dos informantes retrata o Pronaf como um programa de apoio às micro empresas e aos pescadores, porém de forma coletiva. É atribuída ao Pronaf a idéia de “coletividade”, de grupo organizado como condição para acesso ao crédito.

O Pronaf dá apoio a pequeno, micro empresas dá apoio a Colônia de Pescador, ao pessoal da agricultura da roça [...] aqui na Colônia o rádio e maquinário foi comprado com recurso do Pronaf [...] A colônia tem que ser documentada e ser uma entidade sem fins lucrativos, pra atender as exigências do Pronaf. Quem tem Pronaf é a Colônia e não o pescador individual [...] o Pronaf é grupo [...] A Colônia e o pessoal do Sindicato dos Trabalhadores que tem Pronaf. [...] Não tem uma associação de Pescadores em Anchieta. [...] Em Inhaúma ainda tem 90% da comunidade vive da pesca. [...] Tem a maricultura, que é uma atividade que auxilia a pesca.⁴⁵ *Informante P3*

O Pronaf, de maneira recorrente nas entrevistas, é concebido pelos pescadores como uma política pública federal destinada ao pescador e ao agricultor familiar. Mencionam que no momento o Pronaf está bloqueado em função do elevado índice de inadimplência. Há uma associação, por parte dos pescadores, do Pronaf com a política de crédito do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (Bandes).

O Pronaf pra nós, eu lembro dele há uns cinco ou seis anos, tinha parado e agora voltou a funcionar. Deu uma paradinha que infelizmente tem muita inadimplência. Mas existe, é um tipo de política pública, né, do governo federal junto aos órgãos que destina ao pescador e agricultor. Mas quando dá muita inadimplência ele para, tem que parar se não fica no prejuízo né? O Pronaf já existiu, mas através de outro banco, o Bandes⁴⁶, existiu há muitos anos atrás que é o banco de desenvolvimento do Espírito Santo; e também o Banco do Nordeste que faz essa linha de crédito para o pescador. *Informante P1*

Em diversas falas os pescadores revelam conhecer os procedimentos técnicos para solicitar recurso do Pronaf a partir da dos projetos elaborados pelos gestores públicos locais. Há, inclusive, referências aos documentos necessários para solicitar o crédito pelo Pronaf, como por exemplo na fala a seguir.

⁴⁵ No momento da entrevista não havia compreendido porque o informante afirmou que não havia Associação de Pescadores em Anchieta-ES. Imaginei que ele estava se referindo à sede, mas quando, insistindo na questão, perguntei se não teria na sede ou no município como um todo, ele continuou afirmando que não existia associação. Porém, naquele momento, eu já sabia da existência da associação e já tinha entrevistado o presidente desta. Penso que ele sabia da existência, mas a negou, expressando, veladamente, sua oposição à mesma. O presidente da Associação comentou que a associação foi criada porque a Colônia não os representava de fato nas negociações com Samarco e Petrobrás.

⁴⁶ O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (Bandes) é uma instituição pública criada em 1967, inicialmente com o nome de Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codes), com a missão de atuar como principal instrumento de revitalização da economia capixaba, que estava abalada pela política de erradicação dos cafezais. Para maiores informações: <http://www.bandes.com.br/>.

Você dá idéia do que você precisa e o Incaper monta o projeto e você com o projeto e Carta de Aptidão do Incaper e vai ao banco ele aprova ou não. Tem que ser pescador e apresentar a carteirinha de pescador que ele tira na colônia. O comprovante de renda que agora a Colônia faz, antes era um contador, mas agora a Colônia tem condições de fazer. Uns 20 ou mais pescadores de Anchieta tem Pronaf. Mas quem vai ter essa informação certa é o Banco do *Brasil*. *Informante P2*

Com relação à dívida, os pescadores elencam alguns fatores que impossibilitam o pagamento das parcelas do empréstimo, acarretando em inadimplência junto ao Pronaf. Tais fatores estão, na fala dos mesmos, relacionados às dificuldades de produtividade da pesca e de administração do recurso, bem como aos problemas com barco e variações climáticas.

Estoque pesquereiro baixo. Má vontade de pagar. Dificuldade para administrar o que ganha no mês bom, pois vai ter meses que não vai ser bom. Mudança no tempo. Consumo de drogas. Eu e minha irmã a gente paga sempre em dia. Juros são baixos, de 2% ao ano e você escolhe a forma de pagar, nós escolhemos a forma de trimestre. Acho que essa é a melhor forma, pois aí dá pra você avaliar se teve um mês ruim e outro bom e destinar o recurso pra você pagar. Mês bom: de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00. Mês ruim: problemas com barco. O tempo é um fator que prejudica, pois às vezes você não consegue sair com o barco. *Informante P1*

Muitos fazem a compra de barco e de materiais pra barco, reforma no barco. Tem a parte de investimento a longo prazo e outro a curto prazo que você precisa só da carta de aptidão e não precisa de projeto. Mas tem que pagar dentro de um ano e no investimento tem de seis a oito ano pra pagar. No investimento precisa de dois fiadores, abrir conta no banco, seguro de vida, você tem que fazer tudo, eles dá o apoio, mas exige também, o próprio banco. Quem pega, pega dentro do orçamento. Em média demora de 60 a 90 dias pra liberar tudo, agora o custeio é mais rápido ainda. É assim que funciona o Pronaf aqui, acho que em todo lugar é assim né? *Informante P1*

Segundo os pescadores, a Colônia é o órgão responsável pela emissão do comprovante de renda do pescador, uma das exigências para solicitar recurso do Pronaf através do Incaper, que elabora o projeto a ser apresentado no Banco. Eles têm ciência do papel de suas entidades representativas e do que cumprem no processo de acesso aos recursos do Pronaf. Este saber técnico dos pescadores contrasta com a percepção dos gestores públicos, que afirmam que eles, os pescadores, desconhecem as normas ou não se apropriam das demandas formais do Pronaf.

A Colônia é o único órgão responsável pelo pescador, que cuida da documentação do pescador, a Colônia é a casa do pescador. Todos que têm documento são obrigados a passar pela colônia. Ainda tem pescador que pesca sem documentação. A Colônia fornece comprovante de renda. Usa pra crédito no banco, pra pegar financiamento, pra comprar nas lojas, que a loja pede o contracheque e o pescador não tem contracheque. [...] Material do Pronaf tem que ser usado e usado para o pescador, que se não tiver eles vem e pega. Tem a vistoria. *Informante P3*

O Incaper que faz o projeto que há recurso do governo federal o Pronaf, tem uma carta de aptidão no Incaper e você apresenta no banco. No caso nosso fizemos um recurso para fazer área de beneficiamento do mexilhão através do Pronaf com apoio do Incaper. *Informante P1*

Por meio dos discursos percebe-se que o Pronaf não é concebido como “apoio” para pescadores quando exige avalistas e, ou, garantias para a liberação do crédito. Neste caso, o Pronaf é compreendido como uma de forma apoio para agricultura e para aqueles pescadores que têm condições de cumprir com as exigências do agente financeiro.

É aquele do banco? [...] vi sobre o Pronaf na televisão e parece que é uma coisa muito boa para os agricultores familiares. Foi uma reportagem que falava que os agricultores receberiam por não plantar numa área de preservação ambiental. E fiquei sabendo também através do Incaper. Na pesca tem o financiamento para barco ou para material. [...] o Pronaf não é um apoio para os pescadores, pois para conseguir precisa de três avalistas e de ter o barco como garantia. Quem tem o barco como garantia não precisa de financiamento. O Pronaf é pra quem já tem alguma coisa e não pra quem precisa de financiamento que está começando do zero, como no meu caso. As pessoas até falavam que sou responsável, mas que não tinha como ser meu avalista porque eu tava começando e se não desse certo como ficariam? Além de mim aqui em Ubú tem mais três pescadores que tentaram e não conseguiram o Pronaf, e lá em Anchieta tem vários nessa situação. O Incaper e a Colônia de Pesca ajudam, mas não adianta, pois quando chega no banco são tantas exigências, tem que ter avalistas e dar garantias que o pescador não tem condições de cumprir, isso de ser avalista é mesmo coisa de pai pra filho. *Informante P4*

Além dos entraves vivenciados com o Pronaf destaca-se o significado atribuído ao crédito pelos pescadores artesanais. O crédito possibilita aos pescadores adquirir o barco e gerar renda, o que representa um pouco mais de autonomia, mudanças na condição socioeconômica da família e valorização do trabalho realizado no espaço público.

Os pescadores identificam o defeso como apoio do governo para o setor pesqueiro, como uma iniciativa de reconhecimento e valorização desse segmento. Porém há uma referência às dificuldades e limitações com a documentação para conseguir o recurso do defeso. Demonstram conhecimento sobre algumas condições para o pescador ter acesso ao recurso do defeso.

A produção do pescador é bem simples, não tem valor, agora de um tempo pra cá os pescador até tem sido reconhecido, depois que entrou o governo Lula melhorou muito, com o defeso que ajuda bastante. Tem vários defeso: lagosta, robalo, camarão, piracema. Principalmente agora que quase ninguém ganha nada. Além do defeso não tem nada. *Informante P7*

Só mesmo o defeso, mas nem todo mundo tem o defeso, eu, por exemplo, não trabalho com nada que tenha defeso, não pego lagosta, nem camarão. Tem gente aí que pega o defeso de coisas que eles num trabalha, porque basta ser pescador, mas eu num quis, fica chato pra mim ter defeso de uma coisa que eu num pego. Tem gente que nem pescador é e tem defeso. *Informante P7*

Eu não consegui porque meu histórico não chegou de Minas. Agora quem tem histórico, mas nem é pescador consegue. Agora eu que sou pescador não consegui. *Informante P7*

Tem muita gente aí que é assalariado. A maioria dos barco que pesca lagosta é assalariado. *Informante P7*

O apoio aqui é o seguinte, se o cara tem carteira assinada ele num ganha nada, sururu tá certo, eu concordo. O pessoal aqui vevi de sururu em Inhaúma poxa!, ninguém tem rede mais, balão tem do camarão, meus filho vai lá baloar e ganha [*seguro desemprego do defeso*] do camarão também entendeu? *Informante P6*

Entretanto há pescadores que mencionam não haver apoio para atividade pesqueira e considera como apoio o aumento da pescaria. De acordo com o informante P6, “o apoio que eles têm é quando a pescaria aumenta pra eles, agora quando a pescaria é chagal eles ficam chagal também né?”.

Embora no primeiro momento alguns pescadores pronunciem que a pesca não tem apoio, num segundo momento identificam o Pronaf como uma forma de apoio do governo federal ainda insuficiente para a demanda do setor pesqueiro, porém retratam o programa como uma iniciativa positiva. Apesar dos pescadores considerarem que o apoio destinado ao setor pesqueiro ainda não seja significativo, relatam que muitos pescadores se beneficiaram com o Pronaf. Eles consideram insuficiente o quê o governo destina ao setor pesqueiro, principalmente quando fazem comparação com o destinado para a agricultura, anunciado nos meios de comunicação.

Não tem apoio. Só agora com o Pronaf. A prefeitura tem o estaleiro com os funcionários. Se não fosse o Pronaf muitos aqui num teria condição de fazer nada. *Informante P5*

Temos do governo federal esse apoio do Pronaf, mas é muito pouco apoio, não é muito interesse do governo pela pesca. Pelo o que ele faz pela agricultura era pra ele fazer também pela pesca, mas não faz [...] ah na agricultura agente vê aí na televisão né? Na pesca cê num vê o que o governo faz cê que ele não faz tanta coisa que nem na televisão num aparece. Ele num faz nada ué. *Informante P5*

Segundo alguns pescadores não há apoio dos órgãos públicos locais para desenvolvimento da atividade pesqueira. Ponderam que a dificuldade de atuação desses órgãos está relacionada à “falta de união entre os órgãos”. Identificam o estaleiro da prefeitura como apoio local para o setor pesqueiro.

Aqui apoio é pouco, Secretaria de Pesca num ajuda em nada; é pouca coisa a Colônia de Pesca é pouco apoio. Num tem nada que ajuda o pescador aqui. Num ajuda em nada, como defeso do camarão até hoje tamos aí sem receber, ninguém tomou providencia até hoje [...] tem a licença de pesca pro camarão, mas até hoje num chegou, só em Brasília que libera. Se pegasse todas as colônias, os presidente ia lá ajudava se juntasse todas as colônias, agora um só pra

fazer pra todos, F. coitado sozinho pra ajudar todo mundo , num tem nem como culpar ele, ele num tem apoio pra nada, sozinho e num tem apoio como ele vai ajudar o pescador? A Secretaria de Pesca num ajuda em nada, cê num vê ninguém falar nada, vê o que o pescador tá precisando nesses dois meses, se precisa de uma sexta básica, nada [...] eu dou meus pulo, a gente num fica parado não, pesca escondido, é complicado, porque num tamo recebendo, uma vez por semana, mas eu num vou mais porque agora apertou. Com dois meses sem receber se a gente num fazer o capital passa fome [...] uns trabalham em terra de ajudante de pedreiro, outros vai pescar peixe, mas peixe é pouquinho coisa, tudo é difícil pro nosso lado, dessa maneira entendeu? Mas por outro lado num tem nada a reclamar desse lado aí não [*o informante está se referindo ao Pronaf*], mas te garanto se matar tartaruga, caranguejo cê tá na cadeia [...] vai chegar o dia em pescador é que vai tá em extinção. Falta apoio e muito, a prefeitura de Anchieta com Secretaria de Pesca tão boa ali com uma verba muito boa, e cê num vê nada. [...] O único apoio, tem o lado ruim e tem o lado bom também, o estaleiro ali da prefeitura cê num paga nada, ajuda o pescador. Cê chega lá e eles diz que num pode fazer nada por você, mas ele que é formado em engenharia num pode, pra ele que sabe de tudo ta difícil imagina nós que nem tem estudo. *Informante P5*

As diversas representações e significados acerca do Pronaf estão presentes nos depoimentos dos pescadores. Por um lado temos pescadores que não conhecem e nunca ouviram falar do Pronaf ou já ouviram falar, mas não no seu município.

Nunca ouvi falar do Pronaf. *Informante P6*

Ouvi falar já tem muito tempo, acho que é alguma coisa relacionada à pesca, lá em Santa Catarina, vi no jornal. Aqui em Anchieta nunca vi falar não. Era um projeto que e tavam fazendo pra ajudar o pescador lá. *Informante P7*

[...] não sei de nada [...] Incaper num faz nada uma vez uma moça esteve aqui fazendo uma entrevista e dizendo que ia melhorar e até hoje não melhorou. *Informante P7*

Incaper faz nada, nem sei qual é a função. *Informante P7*

Por outro lado, os pescadores também demonstram ter conhecimento sobre o Pronaf. Inclusive, identificam grupos que podem ter acesso ao crédito através desse programa. O Pronaf está presente no discurso dos pescadores como “programa de crédito para agricultura familiar e pesca”.

Pronaf é crédito para agricultura familiar e tem pra pesca também. Tem Pronaf pra mulher, mais com associação. Só que tem uns que não leva a serio, não paga aí a com a inadimplência não consegue mais. Cheguei a fazer o projeto, mas não consegui. Têm aqui em Inhaúma três pescadores que tem Pronaf. Você tem que conversar com a esposa dele, ela é que resolveu tudo, ele não vai saber. Ela tem que vim cedinho ou à noite, é que ela trabalha no supermercado. É aquela que tava saindo quando você chegou. *Informante P1*

Durante as entrevistas os pescadores revelam ter conhecimento acerca dos procedimentos técnicos para acessar ao Pronaf. Mencionam que conheceram o Pronaf através do Incaper e que, atualmente, a dificuldade para esse acesso tem aumentado. As

falas também destacam a presença do extensionista do Incaper e de seu trabalho de divulgação e apoio ao acesso ao Pronaf.

Fiquei sabendo pelo Incaper. No começo era mais fácil, hoje é mais difícil [...] J. faz o projeto. Primeiro fiz investimento pra consertar o barco e depois fiz pra compra de barco e peguei custeio também. [...] tem inadimplência, eu já tive problema com motor e atrasei uma parcela, mas fui no banco e eles queriam jogar pra frente e ia ficar sem poder usar o Pronaf até o final, então não compensava pra mim. Eu paguei, que se precisasse mais pra frente. *Informante P5*

Fiquei sabendo através Incaper. O Incaper que divulga isso aí pra nós. Ainda bem que Incaper tem, nós aqui em Anchieta, por exemplo, temos um bom engenheiro de pesca que trabalha bem com o pescador, ele é de Pernambuco, mas mora aqui, há muito tempo já que ele tá aqui. Ele é um engenheiro que além de ter o conhecimento dele ele trabalha muito com o pescador tem uma comunicação muito boa com o pescador. Ele agora é coordenador estadual da pesca. *Informante P5*

No Incaper, a gente vem e pega uma Carta de Crédito no Banco; a gente faz projeto no Incaper e retorna pro Banco. *Informante P5*

Além disso, percebe-se no discurso dos pescadores um conhecimento acerca dos órgãos públicos locais envolvidos nos procedimentos para acesso ao Pronaf, além dos próprios procedimentos. Um dos pescadores apresenta uma crítica às incoerências do acesso ao crédito, uma vez que se consegue o crédito para aquisição de embarcação nova e não se consegue liberação para pescar porque foi adquirida uma embarcação nova. Os pescadores também identificam os documentos necessários para conseguir crédito e enfatizam qual a modalidade e finalidade do recurso que adquiriram.

[...] O custeio você paga de uma pancada só e o investimento é bem parcelado. Eu pago de seis em seis meses, pago 1.420 reais e anual o custeio. Lá no banco nunca tive problema, nunca tive problema também no Incaper, só tem um problema o governo federal ele fez o seguinte ele incentivou você fazer embarcação nova, eu tinha embarcação velha vendi e construí uma nova, que tava bem velha. O problema é esse, e no fazer essa embarcação nova eles não me deram a licença de pesca de camarão, eu tô clandestino até hoje. Como que pode o governo incentivar ocê fazer embarcação nova e num dá licença. Eu tenho barco novo, ele emprestou dinheiro pra fazer barco novo, mas não me deu a licença. [...] eu pesco todo tipo, já trabalhei em Abrolhos, de 20 a 25 dias sem vê a família, em barco grande, o meu é pequeno o que fiz pra camarão [...] trabalho no cultivo de mexilhão [...] *Informante P5*

Ah, eu tenho custeio e investimento. Custeio eu fiz pra comprar equipamento pro barco e o investimento pra comprar o barco. [...] Pra pagar num é muito coisa não, dá pra pagar, tem que pescar né? Quando a pescaria num tá boa tem que se virar né? Agora eu to aposentado né? [...] aposentadoria depende quem paga INSS quem num paga, no meu, por exemplo, eu paguei INSS, eu paguei e tempo serviço que eu trabalhei muito em firma, em firma de pesca em Vitória. *Informante P5*

Fizemos um Pronaf em nome da minha esposa pra beneficiamento, mas se quiser saber alguma coisa é melhor falar comigo e com meu irmão é quem resolve somos nós, ela num vai saber não. *Informante P5*

Todos os documentos, CPF, identidade, carteira de trabalho, carteira da SEAP, carteira do pescador. Identidade não, que eu não tenho a digital, toda vez que ia lá num dava, mexendo com a pesca e eu num podia deixar de trabalhar e ficar em casa com a mão de molho. *Informante P5*

Já, eu tirei o empréstimo do barco pelo Banco do Brasil, mas depende do custeio né? Do Pronaf. [...] isso aí a Emater passou aí [*está se referindo ao Inca-per*] tirou eu, L., M., fiz junto com eles. Teve que levar os documentos e passar pro banco pra se libera ou não, a proposta. Se tiver uma coisa pendente na rua num libera não, mas já ando com nome da gente limpo, graças a Deus tá lá. Pago de três em três meses, tem até 2012 pra quitar. Custeio peguei, mas já quitei e num quis mais saber disso não, que a gente vai juntando dinheiro mais as vezes gasta aí melhor quitar logo e ficar livre. Eu fiz a casaria do barco dei uma geral no barco, comprei o barco, mas tive que dá uma geral nele, equipar ele por do meu jeito. E também com dinheiro do custeio, eu fui passear com barco aí, aí o barco, o motor do rapaz estourou na minha mão aí tive que comprar outro. Eu que escolhi três meses que dá tempo pra juntar, passa um apertozinho, mas dá pra pagar. Eu tive um problema aí, uns dias eu atrasei coisa de metade de um mês, eu tive um problema aí infartei. Aí eu fiquei parado. A menina telefonou pra mim, eu disse pode deixar que vou acertar, aí acertei tudo. Aí fui lá no banco conversei com subgerente, cheguei lá quitei o custeio acertei tudo e aí comecei a pagar normal. Se eu pudesse quitar tudo de uma vez eu quitava, mas num tem como né? Mas até lá devagazinho vai, juntando devagazinho. Você faz entrevista assim direto? [...] mais pra frente vou pegar mais um custeio pra da uma geral no barco, a tendência é melhor né? *Informante P5*

Os pescadores ressaltam alguns fatores que levam à inadimplência junto ao Pronaf. Esses fatores estão relacionados a problemas com motor do barco, tempo e pescaria ruim. Um dos fatores refere-se à modalidade de custeio do Pronaf. Para o pescador essa modalidade pode ser a causa da inadimplência de alguns pescadores por ter uma taxa mensal que muitas vezes acaba pesando no orçamento. O informante, de maneira muito sofisticada, enfatiza que o custeio só tem êxito quando associado à modalidade de investimento.

Tem o tempo, pescaria ruim, problema no motor, e o custeio que fez com que muita gente ficasse na inadimplência. Por causa do custeio muita gente fica devendo e aumenta a inadimplência. L. tem um documento do banco com o índice de inadimplência. O banco passou para ele conversar com os pescadores que não tava pagando. Ele e J. sabem quantos tem de inadimplentes. J. andou conversando com cada um deles. Se o pescador pegar custeio pra investir no barco sem fazer o investimento não dá certo, vai investir em que? Antes só pegava custeio quem fizesse investimento. Agora não precisa mais de investimento pra fazer custeio, e isso aumentou a inadimplência. Tem investimento que não paga também. O problema é o custeio que tem um ano pra pagar, enquanto investimento é mais tempo. Vamos supor se tem aí R\$ 500,00 de custeio pra pagar por mês e R\$ 200,00 de investimento só aí da R\$ 700,00, aí pesa muito. No primeiro que fiz pagava por mês ficou pesado, agora nesse pago de três em três meses. M. fez assim, ele já me conhecia e sabia que ficou apertado pra mim da outra vez. Assim tá bom pra mim. Custeio só dá certo se o cara já tiver investimento, e o custeio só pra gerar um dinheiro compara motor e vender, num é certo que não é pra isso, mas só assim que dá pro pescador. *Informante P5*

Tenho aquele barco ali, às vez atrasa aí né, que a pescaria é muito ruim, dá problema no motor às vezes a gente atrasa né, mas a gente procura acertar aí. *Informante P5*

Na concepção dos pescadores, a “burocratização do Pronaf” consiste num dos principais entraves para acesso ao crédito no setor pesqueiro. Argumentam que a burocracia tem aumentado no decorrer dos anos e limitado o acesso ao crédito.

Antes era mais fácil, agora tem mais burocracia, o primeiro que fiz não precisava de avalista, só que isso é culpa do pescador mesmo que não paga. Eu fui o segundo ou o terceiro que fez Pronaf aqui. Até hoje tem gente que pegou naquela época e num pagou. Com a inadimplência o banco segura, e passou a pedir mais documentos, tem documento que nem eles sabem pra que serve. Umas certidão que nem lembro o nome, tinha que pegar no cartório e era pra quem tem terreno que tem casa que tem isso, não é coisa de pescador. [...] Só depois que liguei na ouvidoria do Banco Brasil, criticando aí um tempo depois liberaram. O Sicoob também faz, mas fiz no Banco Brasil. Aí quando fui no Banco Brasil pra pegar o projeto e vê se conseguia no Sicoob aí eles falaram que em janeiro saia, mas aí saiu em maio. Esse segundo foi complicado. *Informante P5*

Era menos burocrático. Esse aí era só levar a caderneta de pescador e fazia, era menos burocrático, mas também da pra trabalhar com ele. *Informante P5*

Esse depende do avalista, precisa de dois, dois avalista, e isso aí hoje em dia ninguém vai ser avalista de ninguém. Eu por exemplo num gosto trabalhar com avalista. *Informante P5*

O Pronaf é avaliado positivamente pelos pescadores na medida em que propiciou a aquisição das embarcações para aqueles que não teriam condições de adquiri-las sem esse auxílio do crédito com juros baixos. Este aspecto será retomado a seguir. Eles também mencionam que o programa não foi “direcionado” para pescadores e sim para agricultores.

O Pronaf ajudou muito, antes não dava pra ter barco. Hoje muita gente tem barco graças ao Pronaf. Todo mundo fala bem do Pronaf, mesmo quem não consegue pagar. [...] Os pescadores pegaram carona na agricultura, o Pronaf não era pra eles é coisa da agricultura. [...] Tá vendo aqueles barcos são uns sete, todos foram comprados com recurso do Pronaf. *Informante P5*

É bom, muito bom teve melhor, teve um aí melhor o BNCC, mas esse Pronaf tá bom também num tá ruim não, com juros baixo eles atendem bem, o banco tem bom atendimento também tá bom, não tem o que me queixar não. *Informante P5*

Pronaf é um programa bão, o Pronaf ele vai ajudar bastante pescador, ajuda muito boa o Pronaf, um juro desse quem num pagar, como se diz é caloteiro [...] eu tenho o investimento e o custeio. Investimento fiz pra compra do barco, em 2002 eu acho. Vai acabar em 2011, mas já peguei outro pra fazer negócio de mexilhão [...] Fiz o barco, fiz custeio aí paguei num fiquei devendo nada, sempre pagava antecipado. Isso foi uma coisa muito bom. *Informante P5*

[...] Que foi bom foi, negócio do governo o Pronaf pro pescador. De três em três meses a prestação fixa, num tem juro, cê num vai pagar é fixo. *Informante P5*

Na fala dos pescadores sobre sua trajetória como beneficiário do Pronaf destaca-se a referência às implicações positivas do Pronaf na vida do pescador e de sua família.

A partir do acesso ao Pronaf eles declaram que adquiriam o barco e isso possibilitou optar por uma modalidade de pesca que propiciasse ficar mais próximo da família. O barco, para o pescador artesanal, representa autonomia, condições de determinar seu território de pesca e poder voltar com mais frequência à terra. Esta autonomia também diz respeito ao fato de escapar de uma relação de trabalho subordinada, quando se sujeitam a donos de barcos.

Depois que adquiri o barco melhorou 100%, a minha família, meu lar que antes eu num podia, tinha uma reunião no colégio, uma festinha do meu filho eu num podia ir que sempre tava no mar, chegava hoje aí cinco dia seis dias rachava fora. Depois que tem família tem que correr atrás, dá os pulo, ês num quer saber de onde vem, criança é aquilo na hora do almoço, meio dia, tem que ter o que comer, três hora a merenda deles. Eu num posso reclamar de nada da pesca, tanto lá fora como aqui, lá fora reclamo por causa da minha família, e aqui não, aqui tô dia-a-dia com minha família. *Informante P5*

Eu trabalhava em Abrolhos, aí veio esse plano do governo o Pronaf pra ajudar os pescador. A primeira vez que eu fiz num deu certo não, [...] aí pronto aí fiquei meio desanimado, mas aí com uns oito meses voltei de novo falei com V., aí ele falô assim então tenta comprar barco trabalhando aí que deu certo. [...] Num foi fácil fazer isso não viu, mas graças a Deus consegui, já vai fazer dois anos, larguei a vida de Abrolhos que é muito sofrida, num tem hora pra nada, num hora de levantar. Mas num foi fácil não, tem que pagar, eu de três em Três meses e tem família. Eu comprei pronto o barco, tem F. que construiu o barco no estaleiro da prefeitura e que tá enrolado no banco até hoje. Uns deu certo outros não, por causa disso aí, problemas com o barco. V. já sabe que dá problemas aí rasgou o papel do projeto todinho, ele rasgou na minha frente [...] Hoje num tá fácil não, Pronaf tem que ralar muito pra cumprir isso pago de três em três meses eu pago a prestação do investimento mais eu tenho que ralar muito pra cumprir isso que tem família, tem luz água. Aí tem gente que fala que é ambição, mas num é ambição é assim se tem que ralar muito pra conseguir, tem que correr atrás daquilo que se quer, tem que ter objetivo, aí depois que pagar o barco aí sim, eu vou manerar no trabalho. *Informante P5*

Por um lado, o destaque a um dos benefícios atribuídos ao Pronaf, referente à melhoria das condições de pesca através da embarcação adquirida com recurso desse programa. Destaca-se na fala a ênfase dada aos desafios enfrentados para conseguir quitar as parcelas de crédito. Quanto ao crédito demonstra-se uma preocupação em quitar as parcelas em dia para “manter o nome limpo”.

[...] agora muita gente comprar muita coisa e num paga. Quando eu comprei barco meu barco não era daquele tipo ali não, eu investi muito peguei custeio, paguei graças a Deus. Eu tenho crédito limpo [...] o custeio é material que a gente compra, compra rede, a sonda, o barco quando foi feito era direto cê ligava e ele saia num tinha nem ponto morto e nem ré, agora não, peguei custeio e botei ré e ponto morto, então já melhorou 100% que já posso trabalhar com duas rede, antes era só com uma, sempre a intenção e melhorar, comprei freezer fui arrumando divagarim, deixei mesmo de arrumar meu barraco e fui pro barco, amolando a ferramenta depois quando pagar eu vô construir minha casa, num tem casa própria não, mas se Deus quiser através da ferramenta amolada, que sem a ferramenta amolada eu num trabalho né? Num que reclamar de nada muito reclamam que é muito papel que eles pedem, mas tem que ter paci-

ência também que num é assim do jeito que a gente pensa não, quem dera se chegasse lá e fosse assim toma aí, né não, fica lá tem que aprovar é isso, é aquilo, tem que ter paciência, eu esperei dois anos. Minha mãe e minha mulher falô num disanima não vamo aproveitar oportunidade. *Informante P5*

Apesar das limitações, o Pronaf significa para o pescador o “amolar a ferramenta”, ou seja, garante ao pescador ser proprietário do meio de produção da atividade pesqueira que desenvolve.

3.5. Uma análise exploratória de projetos elaborados pelo Incaper

Como relatado no Capítulo 2, foram analisados, como elemento metodológico complementar às entrevistas, 70 projetos elaborados pelo Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (Incaper). Estes projetos foram disponibilizados pelo próprio Incaper e se referem a projetos elaborados entre 2003 e 2008. Todos são destinados a contratação de recursos para pescadores artesanais.

De acordo com informações do funcionário dessa instituição, essa quantidade de projetos elaborados corresponde exatamente ao número de projetos aprovados pelo banco neste mesmo período. Apenas os projetos efetivamente aprovados seriam arquivados pelo Incaper. Porém, não é possível afirmar o total exato de projetos elaborados pelo Incaper para pescadores artesanais que foram aprovados junto ao Pronaf nesse período. Primeiro esta informação não é disponibilizada pelo Banco do Brasil, agente financeiro responsável pela gestão dos recursos do Pronaf. O banco alega sigilo bancário e não divulga informações. O MDA divulga em sua página na Internet uma relação de projetos do Pronaf aprovado, mas não especifica que tipo de agricultor familiar teve recursos contratados em cada um dos casos. Segundo, o próprio Incaper afirma não ter este controle. Alega-se que, ao longo dos anos, foram perdidos muitos arquivos eletrônicos, impossibilitando a contabilidade exata do número de projetos aprovados.

Em função deste contexto de indisponibilidade de dados, não foi possível identificar com precisão o número de pescadores artesanais que tiveram acesso ao crédito do programa. Não há informações sobre os períodos anteriores. Um dos objetivos da pesquisa é caracterizar o acesso ao Pronaf por meio dos dados oficiais disponíveis desde a criação do programa. Este objetivo tornou-se inviável por conta da inexistência de dados e informações. Por este motivo, a análise que segue torna-se apenas ilustrativa e

oferece suporte parcial aos argumentos e recomendações possibilitadas pelo trabalho de pesquisa.

Outro ponto a considerar é que, provavelmente, entre 2003 e 2008, tenham sido aprovados mais do que os 70 projetos disponibilizados e, conseqüentemente, mais de 70 pescadores artesanais tenham tido acesso a recursos do Pronaf nesse período. O agente financeiro informou que, até o momento da realização da pesquisa de campo, haviam sido reprovados pelo banco, no máximo, cinco projetos. Novamente este é um dado extra-oficial e impreciso. Este mesmo informante também mencionou que em um desses casos o pescador era de uma família que estava inadimplente e que, em outro caso, o pescador queria fazer financiamento para compra do barco de seu pai.

É importante explicar que os projetos disponibilizados eram documentos com no máximo quatro páginas, algumas com anexos, geralmente fotos dos barcos para os quais solicitavam recurso para compra. Os projetos eram padronizados, todos tinham objetivos do pedido de crédito, dados pessoais do pescador artesanal requerente, uma descrição da solicitação feita ao Pronaf, fotos dos barcos (geralmente usados) que se pleiteava a compra, um item em que o Incaper atesta a condição de pescador artesanal e suas condições de pagamento do recurso e, por fim, o orçamento solicitado.

Os 70 projetos disponibilizados para análise compreendem as modalidades de “investimento” e “custeio” para aquisição e reforma de barcos e aquisição de equipamentos para a embarcação. A leitura e análise destes projetos possibilitaram classificar suas finalidades e seus objetivos declarados.

A distribuição anual dos projetos disponibilizados é a que consta da **Tabela 1** apresentada a seguir. Observe-se que a maioria dos projetos, 64 dos mesmos (91,4%), foi elaborada entre 2003 e 2006. Apenas seis entre 2007 e 2008. A falta de capacidade de pagamento dos pescadores e a conseqüente elevação dos índices de inadimplência foram fatores explicativos alegados para a ausência de novos projetos a partir de 2007.

Tabela 1. Distribuição anual dos projetos elaborados para benefício de pescadores artesanais por meio do Pronaf de acordo com as modalidades de crédito

Ano	Número de Projetos Elaborados	Modalidade		
		Investimento	Custeio	Ambos
2003	16	12	3	1
2004	17	14	1	2
2005	19	18	-	1
2006	12	11	1	-
2007	2	2	-	-
2008	4	4	-	-
Total	70	61	5	4

Fonte: Incaper. Tabulação original feita a partir da análise dos projetos.

Observe-se que dos 70 disponibilizados para análise, 61 (correspondendo a 87%), tiveram recursos destinados diretamente a “investimento” e somente cinco projetos para “custeio” (7% dos mesmos). Estes dados são coerentes com a necessidade de fortalecimento da infraestrutura pesqueira, neste caso focada na compra de barcos. A modalidade “investimento” foi a única que teve contratação no período de 2007 a 2008. Acrescente-se a estes números os quatro projetos elaborados entre 2003 e 2005 que solicitaram recursos para investimento e custeio na mesma rubrica.

Os projetos foram analisados para que se pudesse classificá-los de acordo com os seus objetivos declarados. A **Tabela 2** apresenta o resultado desta classificação. Os objetivos citados nos projetos puderam ser sistematizados em três principais: (a) aquisição de barco; (b) aquisição de equipamentos; e (c) reforma de barcos.⁴⁷

⁴⁷ Nos projetos apareceram os seguintes objetivos: compra e construção de barco, aquisição e construção de caíque, compra de barco em parceria, e finalizar embarcação; aquisição de equipamentos: compra de equipamentos, compra de caminhão com carroceria frigorífica, diversificar tecnologia de captura e beneficiamento de mexilhões; reforma de barco: reformar a embarcação, melhorar a frota, melhorar embarcação, manutenção e reparação do barco.

Tabela 2. Distribuição anual dos projetos elaborados para benefício de pescadores artesanais por meio do Pronaf de acordo com os objetivos declarados nos mesmos

Ano	Aquisição de barco.	Aquisição de equipamentos	Reforma de barcos	TOTAL ANUAL
2003	7	3	6	16
2004	10	2	5	17
2005	17	2	-	19
2006	7	2	3	12
2007	2	-	-	2
2008	2	1	1	4
TOTAL POR OBJETIVO DECLARADO	45	10	15	70

Fonte: Incaper. Tabulação original feita a partir da análise dos projetos.

Os objetivos são coerentes com a distribuição dos projetos por modalidade, ou seja, a maioria foi destinada à obtenção de recursos para melhoria geral da infraestrutura da pesca em Anchieta-ES. Os dados demonstram também reflexos do problema da inadimplência, destacado na fala dos gestores públicos e dos pescadores, apresentada no item anterior. Os números demonstram claramente a descontinuidade das ações do programa no município. Observa-se que a partir de 2007, quatro anos após os primeiros projetos, houve queda significativa no número de projetos elaborados, demonstrando os reflexos da inadimplência.

Por fim, a análise dos projetos foi uma decorrência da tentativa de levantamento de dados sobre a situação oficial do Pronaf em Anchieta-ES; mais especificamente do Pronaf direcionado à pesca artesanal. Deparamos-nos com uma situação que indica limitação à informação sobre o desempenho do programa e também de falta de registro de dados e informações acerca do programa. As informações sobre a execução do Pronaf são parcialmente públicas. É possível, pela Internet, acompanhar o volume de contratos e de recursos executados ano após ano, mas estas informações são gerais, embora estratificadas a nível municipal. Quando buscamos a informação sobre os tipos de agricultores familiares – e dentre eles os pescadores artesanais – não encontramos tal informação. Ela inexistente no Incaper, de acordo com a declaração de seu gerente. No Banco do Brasil alega-se restrição normativa (sigilo bancário) para falar sobre quem são os pescadores que acessam o Pronaf. Desta forma, trabalhamos com informações possíveis e extra-oficiais. Isto gera um sério impedimento à realização de pesquisas e análises acer-

ca deste programa. Além disso, questiona-se o impacto deste tal estado de coisas sobre a gestão e a implementação do próprio programa. Como atuam os gestores públicos que não têm condições de monitorar e avaliar o programa que implementam? Como podem ser detectadas falhas ou insuficiências? Neste cenário, resta responsabilizar os pescadores pela inadimplência, como demonstram as falas dos gestores públicos apresentadas anteriormente.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A atividade pesqueira em Anchieta-ES é considerada tipicamente artesanal sendo, de modo geral, caracterizada a partir de descritores que incluem a modalidade ou tipo de pesca, os tipos ou espécies de peixe pescados, os utensílios ou equipamentos usados para pescar; de acordo com o tamanho e motorização da embarcação, com relação à área onde acontece a pesca, em relação ao tempo de permanência do pescador no mar e, finalmente, acerca de como o pescado chega à comercialização.

Além desses descritores relacionados à “arte de pescar” há outros elementos instituídos pela família que categorizam a pesca como “artesanal”. A instituição família ocupa lugar central neste tipo de pesca. Este lugar se materializa através da predominância da força de trabalho familiar, pela influência que esta exerce na transmissão do conhecimento sobre a pesca entre gerações, na definição da modalidade de pesca e nas relações de trabalho negociadas para aquisição do “vale”, que garante a manutenção das necessidades básicas da família enquanto os pescadores estão em alto mar.

Percebeu-se que na organização social do trabalho da atividade pesqueira cada pescador, além de ter uma função específica, também auxilia na pescaria propriamente dita. Nessa divisão social de papéis há uma hierarquia estabelecida pela experiência e pelo conhecimento do espaço marítimo que confere ao mestre de barco o poder de decisão sobre a pescaria em alto mar.

Desta forma, o trabalho do pescador envolve diferentes modalidades de pesca e técnicas específicas de captura do peixe. Nesse sentido identificamos as quatro modalidades de pesca: (a) pesca simples (b) pesca de beirada (c) pesca de mar aberto e (d) pesca oceânica. A “pesca artesanal” foi identificada como aquela que, sujeita à natureza, depende da força física do remo e de instrumentos simples, ficando o barco na “beirada”. A denominação utilizada pelos gestores públicos locais, em contraste com esta, usa o critério do produto obtido, o pescado, para diferenciar os “grupos”, classificando-os desde “peixe fresco” ao “peixe no gelo”.

Nesse sentido, a pesca artesanal é compreendida a partir de duas lógicas. Na perspectiva dos gestores públicos, trata-se de um critério e de uma racionalidade técnica, o tamanho do barco, para criar distinção entre os pescadores. Para os pescadores essa distinção deveria ser relacionada ao uso de equipamentos sofisticados. Se o pescador dispõe somente de sua força física, “manual”, então o tipo de pesca é “artesanal”. A

nomeação é construída a partir do critério da experiência cotidiana e da observação do vivido.

Portanto a “pesca artesanal” foi, neste trabalho, definida a partir de uma série de características, além de embarcações e equipamentos, envolve outros critérios como a pequena produção, a inexistência de vínculo empregatício e o fato de que parte da produção é principalmente destinada à sustentabilidade econômica da família.

Pode-se perceber que a implementação de grandes projetos industriais (Samarco, Petrobrás) propiciou a dinamização da economia capixaba. No entanto, os impactos socioambientais desses projetos, de acordo com os depoimentos, principalmente dos pescadores artesanais, têm sido o principal fator de alteração do cenário da pesca no município de Anchieta-ES, alterando negativamente as condições de trabalho dos pescadores, sobretudo dos artesanais que detêm pouca autonomia de pesca. A redução da área para a prática pesqueira consiste nos primeiros reflexos das transformações advindas do processo de desenvolvimento industrial petrolífero. A pesca, historicamente uma importante atividade desenvolvida do município, tem diminuído consideravelmente em função da escassez de peixe associada às pesquisas de sísmica desenvolvidas pela Petrobrás, atividades petrolíferas, poluição dos estuários com esgotos, pesca predatória, excesso de embarcações e tecnologias usadas na captura do peixe. Em função disso aumenta-se a permanência do pescador em alto mar na tentativa de encontrar o peixe. Muitos em embarcações que não tem infraestrutura e equipamentos necessários para captura do pescado em alto mar, o que acarreta conflitos com Ibama e com Marinha.

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais destaca-se a pressão exercida pelos órgãos ambientais por meio das legislações vigentes que, de acordo com suas falas, não condizem com a realidade da pesca. Evidenciando uma relação na qual prevalecem dificuldades de comunicação e conflitos entre órgãos ambientais e representações dos pescadores, que alegam ser presente o “abuso de poder e autoridade”, sobretudo em alto mar.

Outra dificuldade identificada trata-se da dependência do atravessador para comercialização do pescado. Estão atrelados a essa figura por não terem condições de armazenar o peixe, pela característica da atividade que não permite disponibilidade de tempo para negociar um “bom preço” e pelas relações de trabalho estabelecidas previamente, ou seja, o pescador quando sai para pescaria já adquiriu o “vale” e deixou com a família, logo essa pescaria trata-se do pagamento do “vale”. Além disso, a falta de qua-

lificação em outra área dificulta aos pescadores a busca de alternativas para geração de trabalho e renda.

A tipologia de pescadores está relacionada à modalidade de pesca desenvolvida pelo pescador, às técnicas de captura do pescado e aos demais elementos que caracterizam a pesca artesanal. Nesse sentido destacamos os seguintes tipos característicos de Anchieta-ES: pescador mesclado, pescador da praia central ou pescador artesanal, pescador de beirada, pescador camaroneiro, pescador de caranguejo, pescador rendeiro, pescador de arrastão e marisqueiros. Há também a referência a pescadores artesanais e profissionais quando se remete a carteirinha ou caderneta como documentação de identificação dos pescadores. Além desses, há outros critérios que identifica e nomeia as tipologias de pescadores artesanais, a partir da concepção de coletividade em que o pescador faz parte e estabelece uma relação de reciprocidade entre um grupo de iguais. Aquele que não se integra a esse grupo é categorizado como diferente.

Enfim, a categorização dos diferentes tipos de pescadores, além de estar relacionada aos elementos que identificam e caracterizam a atividade pesqueira, perpassa pelo aprendizado da atividade, que, de certa forma, está condicionada à realidade de pesca do pescador, ou seja, aos recursos e características da região onde desenvolve seu trabalho.

Percebemos que o defeso é compreendido como política de apoio governamental que possibilita aos pescadores a continuidade da pesca na medida em que se torna a garantia da manutenção das necessidades básica da família. O defeso como uma iniciativa de reconhecimento e valorização desse segmento. Porém há uma referência às dificuldades e limitações com a documentação para conseguir o recurso do defeso.

Os entrevistados fazem referência aos aspectos positivos e negativos do Pronaf, elaborando críticas aos aspectos que não atendem às especificidades e necessidades dos pescadores. No entanto, o Pronaf é valorizado por ser a única política de crédito que atende aos pescadores, embora não tenha sido pensado para esse segmento e sim para os agricultores familiares como resposta às reivindicações destes.

Quanto aos aspectos positivos atribuídos ao Pronaf destacamos algumas considerações como: o programa se constitui, na perspectiva dos informantes, como uma política governamental de apoio para a pesca artesanal. Desse modo tem como impactos positivos para esse segmento a melhoria nas condições de vida, garantia da aquisição do barco, possibilidade de acesso ao crédito, acesso a instituição financeira e agregação de

valor para o setor pesqueiro na medida em que confere um pouco mais autonomia de pesca e maiores rendimentos quando o pescador é proprietário do barco e tem condições de adquirir mais equipamentos de pesca para a embarcação.

Para os pescadores o Pronaf tem influenciado para a melhoria das suas condições de moradia à medida que viabiliza a aquisição do instrumento de trabalho – o barco – propiciando melhor condição socioeconômica às famílias de pescadores. Um dos benefícios atribuídos ao Pronaf refere-se à melhoria das condições de pesca através da embarcação adquirida com recurso desse programa. Quanto ao crédito, demonstra-se uma preocupação em quitar as parcelas em dia para “manter o nome limpo”. Enfim, o crédito possibilita aos pescadores adquirir o barco e gerar renda, o que representa um pouco mais de autonomia, mudanças na condição socioeconômica da família e valorização no espaço público do trabalho realizado por pescadores.

A criação do Pronaf pode então ser considerada uma resposta governamental à situação de abandono deste segmento na história brasileira, vivenciada por agricultores familiares e outros segmentos que passaram a ser beneficiados, a partir de 1995, por este programa. O Pronaf, por meio da credibilidade conferida pelo técnico que assina o projeto, possibilita aos pescadores se fazer conhecer na instituição financeira que historicamente não foi dado como possibilidade. Desta forma, evidencia-se que o Pronaf tem relevância significativa para o setor pesqueiro, por ser um instrumental que possibilita alavancar o setor quando utilizado na agregação de valor da atividade pesqueira.

No que se refere aos aspectos negativos atribuídos ao Pronaf pelos pescadores, há uma referência ao fato do Pronaf ser “bom para a agricultura”, e por isso não atende às especificidades da pesca. Portanto, a incoerência nas exigências de garantia junto à instituição financeira como a exigência de avalistas torna o processo de acesso ao extremamente burocrático. Outro aspecto negativo levantado pelos pescadores trata-se da inadimplência que acarreta no bloqueio do Pronaf para novos acessos.

Nesse sentido, a inadimplência aparece associada à escassez de peixe, problemas com barco, acidente, tempo ruim como fatores que limitam o trabalho dos pescadores e conseqüentemente impossibilita o pagamento das parcelas do Pronaf. Outro obstáculo existente no caminho do acesso ao Pronaf se refere à exigência de avalistas configurando-se num dos maiores problemas enfrentados pelos pescadores artesanais para acessar os recursos do Pronaf. Nesse aspecto evidencia-se que o pescador não tem garantias para o avalista. O agricultor familiar tem a posse da terra como garantia já o pescador

não tem o que oferecer em contra partida. O barco é o seu bem econômico e também seu instrumento de trabalho e geralmente o financiamento é para aquisição dessa ferramenta de trabalho. Além disso, retratam o envolvimento dos Informante P7 com drogas como uma dificuldade no desempenho da atividade pesqueira em alto mar que acarreta na inadimplência com Pronaf e, ou, na falta de credibilidade para aquisição do “vale”. O que tem tornado freqüente a dificuldade de estruturar uma tripulação para barcos maiores, em função do uso disseminado de drogas, principalmente por pescadores mais jovens, que geralmente se inserem na pesca por falta de oportunidades de trabalho. A maioria desses jovens foi atraída pelos empregos temporários da construção civil, uma demanda que surgiu com a presença e ampliação das indústrias de exploração de petróleo no município.

Embora o Pronaf se apresente como uma possibilidade de financiamento importante para pesca artesanal, ele não atende suas especificidades, sendo recorrente a burocratização dos agentes financeiros além dos entraves locais e políticos. Este distanciamento dos bancos, que muitas vezes limitam ou impedem o acesso ao crédito, pode ser um dos fatores que estão inviabilizando a reprodução social dos pescadores artesanais.

A fragilidade da infraestrutura de apoio à pesca também se constitui como um dos fatores limitante para o desempenho das funções dos órgãos que atuam na atividade pesqueira. Apesar de identificarmos que o apoio destinado ao setor pesqueiro ainda não seja significativo principalmente se compararmos com os recursos que o governo tem destinado a destina á agricultura familiar, é importante considerar que de certa forma alguns pescadores artesanais tem se beneficiado com o Pronaf.

Outro aspecto importante que deve ser ressaltado trata-se da divergência das políticas públicas elaboradas para a pesca artesanal e o que se apresenta na realidade dos pescadores. Nesse sentido, pode-se inferir que políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da pesca artesanal não atendem às demandas e especificidades desse segmento. Tais problemas se referem principalmente a dificuldades dos pescadores, com questões políticas e de organização da categoria.

Historicamente não se teve no Brasil uma cultura de acesso ao crédito, afirmam os entrevistados. Parece que essa ausência de familiaridade com a política de crédito pode ser um dos fatores que dificulta um melhor ordenamento do Pronaf no sentido de atender as reais demandas dos beneficiários, principalmente dos pescadores artesanais. O programa tem um foco de ação – a modernização produtiva por meio da execução de

projetos – e por isso não possibilita a continuidade de acompanhamento do processo de desenvolvimento socioeconômico do beneficiário. Coerente com este achado da pesquisa, a maioria dos projetos elaborados pelo Incaper é de investimento para aquisição ou reforma da embarcação, modernizando a capacidade de produção a partir da captura do pescado.

A forma de institucionalização da política pública local direcionada ao setor pesqueiro também se apresenta como uma limitação para pescadores artesanais em função da ausência de um trabalho de mediação que busque conhecer de fato as demandas e condicionantes da pesca artesanal no município de Anchieta-ES. Nesse sentido, a atuação dos órgãos ambientais consiste em uma das principais limitações para efetivação desta mediação, pois na forma de abordagem e fiscalização desses órgãos, sobretudo em alto mar estaria presente um alegado “abuso de poder e autoridade”.

Evidencia-se uma limitação da ação extensionista em programa de crédito para atividade pesqueira em função de uma cultura imediatista e da falta de tempo para relação de fato dialógica entre extensionista e pescador no processo de elaboração da proposta de crédito e acompanhamento do uso do recurso. O que também está associado à falta de formação/capacitação técnica direcionada para o setor pesqueiro e principalmente para atuar junto aos pescadores artesanais.

Portanto, falta apoio governamental e local direcionado para pesca artesanal que auxilie planejar e estruturar uma assistência técnica para além da fase de elaboração do projeto, mas que conceba a execução deste. Porém, é necessário destinar técnicos para atuar especificamente na pesca artesanal que tenham formação e capacitação para realizar o acompanhamento da implementação do projeto.

Nota-se que historicamente a pesca artesanal vem sendo atrelada a organismos que tem como foco a agricultura familiar. Embora já existam secretarias e agora ministério da pesca, as secretarias estaduais e municipais de um modo geral ainda estão vinculadas a secretarias de agricultura. Anchieta-ES foi o município pioneiro na estruturação de uma secretaria específica para a pesca. O que pode sinalizar em longo prazo melhorias quanto ao entendimento das condicionantes da pesca artesanal contribuindo para incorporação das especificidades e demanda dos pescadores artesanais nas políticas públicas.

A similaridade entre pescadores artesanais e agricultores familiares, consiste na produção familiar como forma de organização do trabalho e também por terem sofrido as conseqüências de uma modernização excludente. Outro aspecto de similaridade entre esses segmentos refere-se a influencia da família na transmissão dos saberes entre gerações, e, sobretudo, nos processos que estruturam as relações sociais e econômicas em ambos os casos.

Assim como a agricultura familiar, a pesca artesanal não é sinônima de trabalho familiar, tem a família como estrutura fundamental de organização da reprodução social por meio de estratégias que remetem à transmissão do patrimônio material e cultural a cerca dos saberes que envolvem a “arte de pescar”.

O pescador está para o mar assim como o agricultor está para a terra, embora o significado do mar para o pescador seja equivalente ao significado da terra para o agricultor, ainda assim ambas são categorias diferentes com particularidades socioeconômicas e culturais distintas. Apesar da similaridade na forma de organização social do trabalho, os meios de produção e comercialização são distintos.

Pescadores artesanais e agricultores familiares são categorias diferentes com algumas similaridades que estão enquadradas em condições semelhantes para acesso ao crédito. Ao longo de sua existência o Pronaf vem passando por diversos aperfeiçoamentos seqüenciais, no sentido de transformá-lo em um instrumento capaz de atender à diversidade de segmentos enquadrados como “agricultores familiares”. No entanto isso ainda não se evidencia efetivamente para o segmento da pesca artesanal.

Estruturadas a partir do modelo convencional de desenvolvimento agrícola, as políticas públicas não consideram os aspectos socioeconômicos e ambientais de cada região. É fundamental considerar as diversidades dos segmentos beneficiários do Pronaf não somente em termos de renda, mas, sobretudo nos aspectos organizacionais, culturais, educacionais, tecnológicos entre outros que caracterizam a demanda de cada segmento.

Em Anchieta-ES a estrutura burocrática e centralizada das instituições governamentais e a falta de integração entre os diferentes gestores públicos e agente financeiro que atuam na implementação do Pronaf direcionado a pesca artesanal local, tem acarretado no descompasso de atividades e na morosidade das ações, dificultando desse modo, o alcance dos objetivos de promover um desenvolvimento diferente daquele que tradi-

cionalmente tem ocorrido no Brasil e que tem causado impactos negativos para pescadores artesanais e outros segmentos menos capitalizados.

Contudo podemos sinalizar que o Pronaf não atende às especificidades dos pescadores por não ser uma política direcionada para esse segmento e sim para agricultores familiares. Nota-se que todos os documentos e informações solicitadas a respeito dos beneficiários do programa são específicas da agricultura familiar. Esse enquadramento dos pescadores artesanais na categoria agricultura familiar não permite a disponibilização de informações/dados do Pronaf pesca e conseqüentemente a visibilidade do da pesca artesanal. Ao fazer a crítica sobre o enquadramento de pescadores artesanais na agricultura familiar remete-se á ineficiência do Estado em promover alternativas que viabilize a inserção da pesca artesanal na proposta do Pronaf valorizando as especificidades e demandas desse segmento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília; Convênio FIPE/IPEA, 1998. 49 p.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.
- ANCHIETA (ES). Diagnóstico Sócio-Cultural-Econômico da População Pesqueira do Litoral Capixaba. **Censo da Pesca Artesanal em Anchieta**. p.1-94. SEAP-PR: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República & Cecopes-Centro de Educação e Comunicação Popular Dom João Batista, 2005.197p.
- ANCHIETA (ES). Anchieta: passos para o futuro. **Agenda 21 local**. Anchieta: PMA, 2006a. 118 p.
- ANCHIETA (ES). **Plano Diretor Municipal**. Anchieta: PMA, 2007. 129 p.
- ANCHIETA (ES). Anchieta: Desafios do Progresso. **Revista TV Gazeta Sul**. Ed: Grafband. Jun.2008. 20p.
- BECKER, H. S. Problemas de inferência e prova na observação participante. In: **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999. 47-64p.
- CAMPANHOLA, Clayton et al. **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Vol.4. Jaguariúna, SP: Embrapa meio ambiente, 2000. 176p.
- BÚRIGO, Fábio L.; CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, Adinor José. **O Financiamento na Pesca Artesanal e as Políticas Públicas de Crédito: Por que só Disponibilizar Recursos não é Suficiente?**. In: I Seminário Nacional de Sociologia Econômica, 2009, Florianópolis. Anais Florianópolis: UFSC, 2009.
- CABRAL, Silvio Thiago. **Estudo sobre o Crédito Rural no Município de Tubarão-SC**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Rural, Brasília, [s/n], jul.2001. In: MATTEI, L. Pronaf 10 anos: Mapa da produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.
- CAMPOS, Rodrigo Ferrarini; CARDOSO, João. **Pronaf: índices de financiamento e características da distribuição do crédito rural no Brasil de 1996 a 2001**. Informações Econômicas, SP, v.34, n.11, nov. 2004. In: MATTEI, L. Pronaf 10 anos: Mapa da produção Acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 1 CD ROM.
- CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais**: natureza, território, movimento social. São Paulo, 1v. (Tese de Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2001. 143p.
- CHAGAS, Miriam de Fátima. A política de reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 07, nº15, p.209-235, jul.de 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832001000100009&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 24 jun .2008.

DIAS, Marcelo Miná. **Glossário de termos utilizados em desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2006. 72p.

DIEGUES, A. C. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Etnográfica, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf>. Acesso em: 25. jun. 2008.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: **Reflexões sobre o Trabalho de Campo**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p.139-154. março/ 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192p.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3.ed.rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992, 224p.

INCAPER. Disponível em: <http://www.incaper.es.gov.br/pedeg/setores15.htm>. Acesso em: 18.jul.2009

LEONEL, M. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva, 1998. 263p.

LEWIS-MAYBURY, David. Vivendo Leviafã: grupos étnicos e o Estado. **Anuário Antropológico**. Nº83. Rio de Janeiro e Fortaleza: Tempo Brasileiro e Edições UFCE, 1985.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: Mapa da produção Acadêmica**. Brasília: MDA, 2006.

MDA. **Crédito Rural do Pronaf**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php>. Acesso em: 05 jul.2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: **pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.407p.

NIEDERLE, P. A. e ANJOS, F. S. dos. A Pluriatividade como Estratégia de Reprodução na Pesca Artesanal: o caso da Colônia Z3 - Pelotas, RS. In: **XLIII Congresso da Sober: "Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial"**. Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/542.pdf>. Acesso em: 23. out. 2008.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1984. 386p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O saber, a ética e a ação social**. Manuscrito: Revista internacional de filosofia. Campinas: UNICAMP. v.XIII, n.2:7-22. out.1990.

PASQUOTTO, V. F. **Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social**. (Dissertação de mestrado). Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre: UFRGS, 2005. 164p. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.php?nrb=000538698&loc=2006&l=10f97ab22316f95a>>. Acesso em: 12 jul. 2008.

PASQUOTTO, V. F.; MIGUEL, L. A. **Pesca artesanal e enfoque sistêmico: uma atuação necessária**. In: Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. SBSP, Aracaju, 2004.12pp. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/textos/pasquotto_02.pdf>. Acesso em: 30. jun. 2008.

RAMOS, Maria Helena Rauta. et al. **Para um Estudo de Danos Ambientais e Riscos na Saúde Coletiva em Anchieta/Es.**p.79-99. In: RAMOS, M. H. R et al. Desenvolvimento Local, saúde e meio ambiente: o impacto dos grandes projetos em Anchieta/ES, e na região metropolitana da Grande Vitória e em Macaé /RJ. Vitória/ES: EMESCAM, 2009.304p.

REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em política pública. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, nº. 51, p.11-15, fev.2003.

SEAP. **Cartilha Pronaf Pesca**. Disponível em: <http://200.198.202.145/SEAP/html/cartilhapronafpesca.tm> Acesso em: 11. jul. 2009.

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil**: Evidências empíricas de um estudo de caso no Estado do Pará. Texto para discussão N^o729. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. 67p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0729.pdf>. Acesso em: 12 jul.2008.

SILVA, Josenildo Souza e. **A pesca artesanal, um clamor agroecológico, o território pertencimento de um desafio profissional e a resistência dos saberes geracionais à erosão do patrimônio histórico-cultural-biológico da humanidade**. Resumos do V CBA – Palestras. Rev. Bras. de Agroecologia/Out. 2007 Vol.2 N^o.2.

WANDERLEY, Maria José. B. **Entrevista**. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/entrevistas/entrevista-maria-de-nazareth-baudel-wanderley-1>. Acesso em: 25. set. 2007.